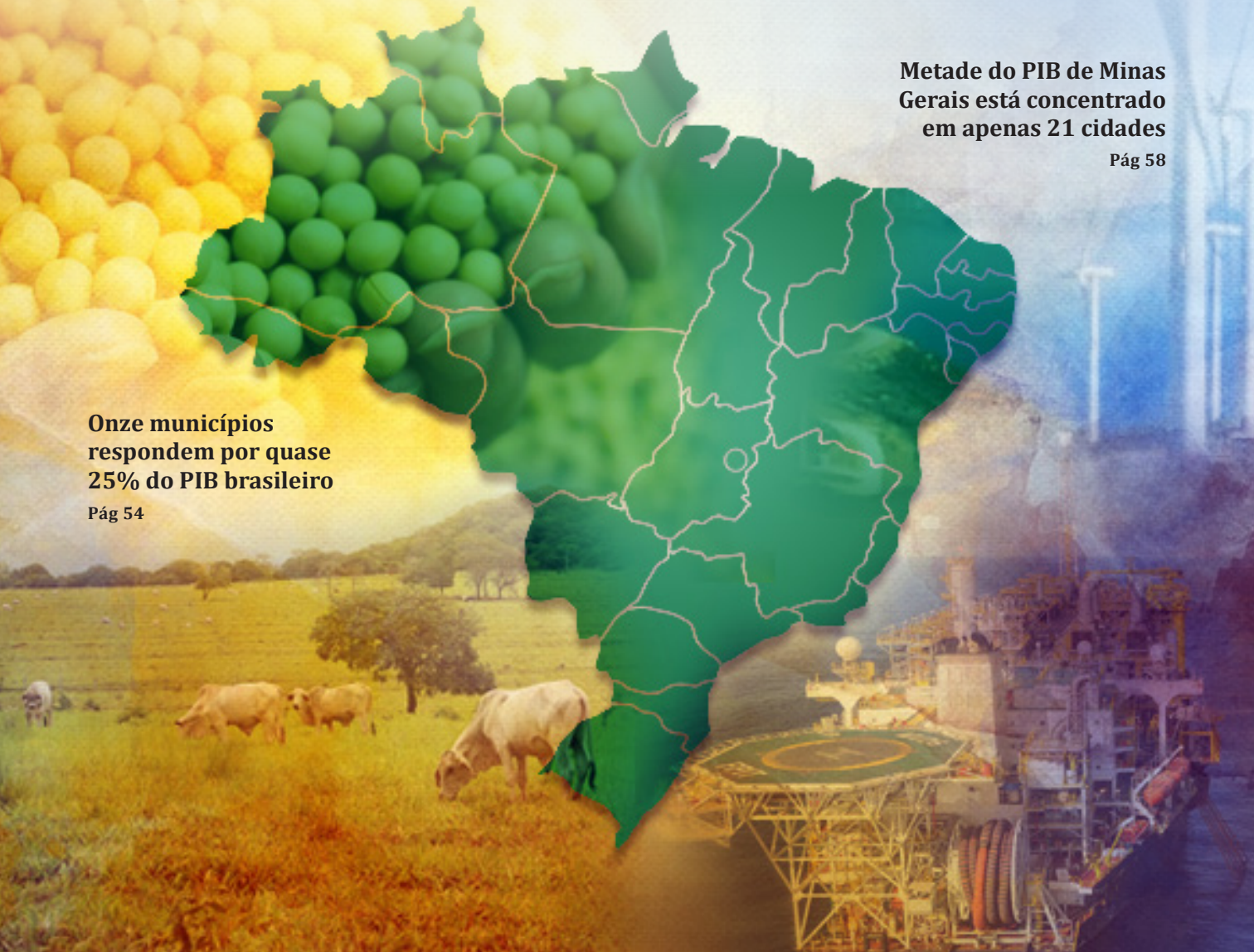
MC
MercadoComum
ANO XXXI
mercadocomum.com

MercadoComum®
PUBLICAÇÃO NACIONAL DE ECONOMIA, FINANÇAS E NEGÓCIOS
BELO HORIZONTE | MG | EDIÇÃO 328 | JANEIRO DE 2024

É preciso que a economia brasileira cresça acima da média mundial

E os juros caiam em níveis mais significativos e civilizados

Pág 35



Metade do PIB de Minas Gerais está concentrado em apenas 21 cidades

Pág 58

Onze municípios respondem por quase 25% do PIB brasileiro

Pág 54

R$ 115

MILHÕES em dinheiro de volta na conta capital.*

PARTICIPAR DOS RESULTADOS
É BOM. BATER RECORDE
EM RESULTADOS TODO ANO
É EXTRAORDINÁRIO.

Mais um recorde de resultados Credicom.
Este ano, nossos cooperados vão
receber uma parte dos R$ 115 milhões.
Quanto mais produtos e serviços
Credicom você usa, mais você ganha.
Quer participar? Seja um cooperado.

sicoobcredicom.com.br
Central de Relacionamento: 0800 283 0003
Ouvidoria: 0800 725 0996
Deficientes auditivos ou de fala: 0800 940 0458

SICOOBCREDICOM
Bons resultados o tempo todo.

MC MercadoComum ANO XXXI

MERCADOCOMUM®
PUBLICAÇÃO NACIONAL DE ECONOMIA, FINANÇAS E NEGÓCIOS

EXPEDIENTE

BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
JANEIRO DE 2024
31 ANOS - EDIÇÃO 328

Publicação Nacional de Economia, Finanças e Negócios

Presidente/Editor Geral
Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

Diretora de Desenvolvimento
Maria Auxiliadora Gontijo T. de Oliveira

Projeto gráfico/diagramação
Fio do Bigode Comunicação

Publicidade e Área Comercial
MinasPart Desenvolvimento Ltda.
Aline Cendon/Carlos Alberto
(31) 3281-6474
cato@mercadocomum.com
revistamc@uol.com.br

MercadoComum* é uma publicação mensal de MinasPart Comunicação, Ltda.
CNPJ 70.954.383/0001-12
Inscrição Estadual: 062.985.126 0079
Inscrição Municipal: 109866001-0

Marca registrada no I.N.P.I. sob o número: 817452753 de 02.08.1993

Endereço:
Rua Padre Odorico, 128 – 10º andar
Bairro São Pedro - 30.330-040
Belo Horizonte - MG - Brasil
Telefone: 55-31-3281-6474
E-Mail: revistamc@uol.com.br
www.mercadocomum.com

**Os artigos assinados podem não refletir, necessariamente, a opinião dos editores. Proibida a reprodução parcial ou total sem autorização prévia por escrito da direção desta publicação. MercadoComum é uma publicação independente, não associada a qualquer grupo empresarial e não possui filiais/sucursais ou representantes no país e no exterior*

SUMÁRIO

4
A Economia com Todas as Letras e Números

28
Mundo Empresarial

35
Debate Econômico: É preciso que a economia brasileira cresça acima da média mundial

46
Especial: Reforma Tributária é aprovada e promulgada

84
Opinião

Confira o ponto de vista de grandes nomes do cenário nacional, sobre vários assuntos.

79
Turismo

90
Lançamentos

Foto capa: pixabay

Atualização do Simples Nacional: fomento para pequenas empresas, benefícios para o Brasil

Fernando Blower
Diretor executivo da ANR. A Associação Nacional de Restaurantes é uma entidade de âmbito nacional, que representa empresários do setor de foodservice em suas relações com os poderes públicos, entidades de classe e junto à sociedade em geral. Os associados da ANR reúnem hoje mais de 12 mil pontos comerciais no Brasil, entre restaurantes independentes, franquias e grandes redes de alimentação

Instrumento disponibilizado para as micro e pequenas empresas, o Simples Nacional busca facilitar os procedimentos tributários do negócio. A alternativa é válida e impacta fortemente a economia do país. No entanto, os valores em faixas e alíquotas não são atualizados desde 2018. Se fossem, resultariam em R$ 77 bilhões para os setores produtivos brasileiros em empregos, salários, reinvestimentos e impostos diretos e indiretos, além de mais de 650 mil novos postos de trabalho, representando mais de R$ 31 bilhões na massa salarial, conforme estudo apresentado pelo Sindha (Sindicato de Hospedagem e Alimentação de Porto Alegre e Região) e assinado pelo Prof. Gustavo Inácio de Moraes, da Escola de Negócios da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Tais números evidenciam a relevância e urgência do tema. Não à toa, foi prontamente subscrito por mais de 30 entidades empresariais de comércios e serviços regionais e nacionais. apresentaram um estudo da atualização do Simples Nacional e seus impactos na economia. O documento demonstra impactos especialmente positivos nos setores de alimentação e hotelaria, que apresentam dificuldades de recuperação no período pós-pandemia. Estimular a criação e expansão de empresas é uma peça-chave na prosperidade econômica. Empresas em crescimento são as principais geradoras de impostos, e a falta de reajuste no Simples Nacional está colocando em risco essa importante fonte de receita.

A adoção de tratamento tributário diferenciado para pequenas empresas é uma prática comum em sistemas tributários ao redor do mundo. Essa abordagem visa nivelar a concorrência, gerar empregos e formalizar atividades. Pequenas empresas enfrentam uma competição desigual com empresas maiores, o que pode dificultar seu crescimento. Regimes tributários favorecidos podem nivelar o campo de jogo e reduzir esse diferencial competitivo. No Brasil, onde o empreendedorismo por necessidade é comum, o tratamento tributário favorável é necessário para compensar a menor produtividade de empreendedores com menos recursos. Além disso, simplificar o pagamento de impostos e reduzir a carga tributária pode incentivar a formalização de empresas que, de outra forma, permaneceriam no mercado informal.

Vale reforçar que a alimentação fora do lar é um dos ramos mais importantes da economia brasileira – 80% do segmento é formado por empresas do Simples Nacional. Trata-se de organizações de pequeno porte em que o próprio dono faz parte da gestão. Inclusive, em muitos casos, tira seu sustento por meio do resultado gerado pelo próprio negócio. Além disso, pequenos empresários são responsáveis pela geração da maioria dos empregos no Brasil.

No mês de agosto deste ano, o mercado de trabalho formal no país registrou a criação de 220.884 postos de trabalho com carteira assinada, o que representa a segunda melhor marca de 2023, de acordo com dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged). O setor de alimentação fora do lar contribuiu para esse crescimento, pois abriu no período 8.503 novas vagas, mantendo resultado ascendente por sete meses consecutivos. Em 2022, foi o segundo setor que mais gerou empregos formais no país.
Mesmo com números positivos, é preciso atenção quando falamos sobre a atualização da tabela. Pequenas empresas, ao saírem do Simples Nacional e serem obrigadas a entrar no Lucro Presumido, têm aumento de tributação significativo. Dessa maneira, o nível máximo de faturamento fica muito achatado.

MAS POR QUE ISSO ACONTECE?

Durante todo esse tempo, houve inflação, os preços aumentaram e, consequentemente, as pequenas empresas faturaram mais. Porém, não significa que elas cresceram, mas sim compensaram a inflação. Ou seja, as companhias do Simples Nacional estão lucrando igual ou até menos. Como o último reajuste se deu em 2018, se considerarmos a inflação do período, constatamos que há uma defasagem de 75,81%, que justifica o projeto apresentado a seguir.

PROJETO PARA ATUALIZAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL

O projeto de lei complementar, o PLP 108/21, traz alterações nos limites anuais de faturamento do Simples Nacional. Se a atualização for aprovada, o projeto prevê vários reajustes, entre eles:

- *Para MEI – Microempreendedor Individual, passaria de R$ 81 mil para R$ 144.913,41.*
- *Para ME – Microempresa, saltaria de R$ 360 mil para R$ 869.480,43.*
- *Para EPP - Empresa de Pequeno Porte, subiria de R$ 4,8 milhões para R$ 8.694.804,31.*

CORRIGIR PARA IMPULSIONAR

As empresas do Simples representam 6% da arrecadação federal, mas respondem por 22,4% dos empregos do Brasil. Logo, não o foco não é a arrecadação, como muitos preconizam, mas o desenvolvimento social do país através da geração de emprego formal.

Diante de todo esse cenário, conclui-se que precisamos corrigir a injustiça atual e trazer valores atualizados para o teto do Simples Nacional, direcionando a devida atenção às pequenas empresas do nosso país. Assim, não só empreendedores e empregados serão beneficiados, como também a população em geral, com a consolidação de novos potenciais negócios, a possibilidade de desenvolvimento de vocações e a transparência na correção das faixas e nos limites tributários.

Minas Gerais vai receber R$ 171,9 bilhões em investimentos pelo Novo PAC

O estado com a maior malha viária do país terá também o maior volume de recursos para investimentos em rodovias na nova edição do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Serão investidos R$ 62,5 bilhões em mais de 30 empreendimentos até 2026 no eixo Transporte Eficiente e Sustentável, um dos nove eixos no novo PAC.

Minas Gerais tem mais de 272 mil quilômetros de estradas, são 16% do somatório de toda a malha viária existente no país. Os recursos serão para retomar obras paradas e dar início a novas construções.

O economista Cesar Bergo explica que manter uma obra parada é caro, "quando para uma obra é preciso manter uma estrutura de controle e acompanhamento". Por isso, a retomada de obras inativas será fundamental para a região, explica o economista.

"A retomada das obras paradas realmente tem que ser prioritária. E depois, obviamente, um elenco de investimentos tem que ser feito e esse investimento em infraestrutura vai gerar impostos atividade econômica e vai gerar uma arrecadação que possa fazer frente aos investimentos."

ENTRE AS PRIORIDADES EM MINAS GERAIS ESTÃO:

Concessão/duplicação da BR-381 – que liga Governador Valadares a Belo Horizonte

Concessões das BR-153, 262 e 040

Construção da BR-367, que vai de Salto da Divisa a Almenara

Construção da BR-135, ligando Manga a Itacarambi

Para o deputado Paulo Guedes (PT-MG), os investimentos mudam a dinâmica de todo o estado.

"A importância da geração de emprego e renda é fundamental. Você abre todos os canais de escoamento, de ligação, de tudo. Melhoria de condições de vida, já que as pessoas que moram ali morrem na estrada, chove e a ambulância atola, carro não passa, encarece os produtos. Com as obras os ganhos são imensos."

TRANSIÇÃO E SEGURANÇA ENERGÉTICA

O segundo eixo com maiores investimentos no estado é o de Transição e Segurança Energética, onde serão investidos R$ 49,9 bilhões. O que para o economista César Bergo, tem todo um sentido de infraestrutura, "pois a gente precisa de infraestrutura para escoar produção, escoar economia e a economia funcionar. Quando se fala em investimentos em estradas e energia, o custo é muito maior."

Uma das obras terá financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de R$ 2,18 bilhões. Trata-se da implantação de um complexo solar com 18 usinas fotovoltaicas e sistema de transmissão associado, em Janaúba (MG). Empreendimento que deve gerar 2.500l empregos.

DINHEIRO PARA SAÚDE E EDUCAÇÃO

No eixo Saúde, o investimento previsto para os próximos três anos é de R$ 7,1 bilhões. Com o valor serão construídas novas unidades básicas de saúde, policlínicas e maternidades. O recurso ainda prevê a compra de mais ambulâncias.

Já a construção de creches, escolas de tempo integral e a modernização e expansão de Institutos e universidades federais, incluídas no eixo Educação, Ciência e Tecnologia, terão aporte de R$ 21,4 bilhões em Minas Gerais. Com os investimentos, o governo pretende impulsionar a permanência dos estudantes nas escolas, promover a alfabetização na idade certa e impulsionar a produção científica.

Fonte: Brasil 61 - Lívia Braz

Brasil gasta US$ 25 bi por ano com importação de fertilizantes

Mais de 87% dos fertilizantes consumidos no Brasil são importados com custo de US$ 25 bilhões por ano, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). Esta dependência torna o país refém do mercado externo e resulta em potenciais riscos à produção brasileira quando ocorrem, por exemplo, conflitos que envolvem os principais fornecedores. É o caso da guerra no leste europeu entre Rússia e Ucrânia e, mais recentemente, o conflito no Oriente Médio entre Israel e Hamas, como explica a advogada e integrante da Comissão de Direito Ambiental da OAB/RS, Luísa Garcia.

"A gente sabe que teve questões de tragédias, entre outras, mas a principal preocupação do mercado brasileiro era com relação aos fertilizantes. Já se sabe que Israel é um dos maiores produtores do mundo de fertilizantes agrícolas, e o Brasil é um dos exportadores. No momento que se estourou a guerra, a maior preocupação foi essa", argumenta.

Segundo especialistas, o solo brasileiro não possui todos os nutrientes necessários para o desenvolvimento das plantações. Isso aumenta a necessidade de fertilizantes para ganho de produtividade no país. Como consequência, o Brasil é o quarto que mais consome fertilizantes no mundo, atrás de China, Índia e Estados Unidos.

O produto impacta diretamente na economia brasileira, já que a agropecuária depende do insumo e é responsável por cerca de 47,5% da taxa de crescimento do PIB em 2023, de acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA). Conforme a entidade, o agro fechou 2022 com exportações recordes de US$ 159,1 bilhões. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em 2020, o agronegócio brasileiro foi responsável por 48% do total das exportações brasileiras.

Indústria de fertilizantes é responsável por 15% do PIB de insumos e 6% da agropecuária

COMISSÃO DO SENADO APROVA INCENTIVO PARA INDÚSTRIA DE FERTILIZANTES NACIONAL

PROFERT

Com o objetivo de estimular a produção de fertilizantes no país, a Câmara dos Deputados analisa o projeto de lei 3507/2021, que institui o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (Profert), de autoria do ex-deputado e agora senador Laércio Oliveira (PP-SE). O parlamentar apresentou a mesma matéria, PL 699/23, também no Senado, já aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O texto prevê a suspensão, isenção ou alíquota zero de tributos federais incidentes sobre máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos — e de materiais de construção para utilização ou incorporação no projeto. São eles: PIS/Pasep, Cofins, IPI e Imposto de Importação.

Além disso, segundo a proposta, durante a vigência do Profert não incidirá o Adicional de Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) sobre as mercadorias destinadas a projetos aprovados no programa. Para Luisa Garcia, o projeto é importante para incentivar a produção nacional de fertilizantes, reduzir a dependência brasileira do mercado externo e motivar investidores.

"A gente está falando de um percentual altíssimo do nosso PIB com relação ao agronegócio. Então, esse PL, esse projeto de lei, na verdade, busca desonerar aquele investidor que queira investir nessa produção nacional, que é muito importante para a agricultura, que hoje se vê refém de produtos internacionais, pois não existe um produto nacional de qualidade", pontua.

Coautor do projeto, o ex-deputado federal Christino Áureo destaca que o Brasil precisa avançar na discussão para se tornar mais competitivo no mercado. Ele afirma que a falta de produção interna de insumos necessários ao fortalecimento do agro coloca o país em uma posição de vulnerabilidade frente aos seus concorrentes.

"Esse tema é muito urgente, porque não dá para o Brasil ser uma liderança no agro e ser ridículo na produção dos seus principais insumos, máquinas e equipamentos. Se eu pedir agora para você listar aí quais são as principais indústrias do mundo do agro, você dificilmente vai achar uma indústria brasileira de trator ou de máquinas pesadas. Então, o Brasil tem que dar um passo grande no posicionamento frente à indústria ligada ao agro e dos insumos do agro, principalmente fertilizantes", ressalta.

De acordo com dados do Sindicato Nacional das Indústrias de Matérias-Primas para Fertilizantes (Sinprifert), a indústria de fertilizantes brasileira contribui com aproximadamente 2,2% do PIB do agronegócio; 6,0% do PIB da agropecuária; e cerca de 15% do PIB da cadeia de insumos. Além disso, o setor é responsável por mais de 28 mil empregos diretos e indiretos.

Fonte: Brasil 61 – Fernanda Vaz

Perspectivas econômicas e diplomáticas: o Brasil diante da nova presidência na Argentina

Diálogos e relacionamento próximos devem ser a chave para um maior desenvolvimento do setor

Em novembro deste ano, a Argentina escolheu Javier Milei como seu novo presidente, com uma margem de 11 pontos percentuais à frente de seu rival, Sergio Massa. Esta mudança de liderança política no país suscita importantes questões sobre seu impacto nas relações comerciais no transporte rodoviário internacional entre o Brasil e a Argentina.

O novo mandatário é conhecido por suas posturas ultralibertárias e assume o cargo em meio a uma das maiores crises econômicas, políticas e sociais que o povo argentino enfrentou em anos. Indicadores preocupantes, como uma taxa de pobreza que atinge 40% da população e uma inflação que ultrapassa 140% ao ano, segundo dados do Instituto Nacional de Estatísticas e Censo (Indec), órgão ligado ao Ministério da Economia, lançam incertezas sobre o cenário econômico e político do país.

Além disso, a retórica de Milei durante a campanha eleitoral tem levantado dúvidas sobre como ele abordará as relações com outros países, especialmente com o Brasil, considerando que já expressou sua forte oposição às políticas sociais e econômicas do nosso país, o que poderia criar desafios diplomáticos.

Danilo Guedes, CEO da ABC Cargas e vice-presidente de assuntos internacionais da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC&Logística), pondera a importância do entendimento governamental do país vizinho para os próximos passos, especialmente no setor de transporte.

"O transporte rodoviário de cargas (TRC) internacional entre Brasil e Argentina enfrentou desafios significativos nos últimos anos, incluindo restrições às transferências de fretes internacionais. No entanto, a relação comercial entre os dois países é historicamente sólida e robusta, impulsionada por interesses econômicos mútuos. O segmento desempenha um papel vital nesse comércio, uma vez que a Argentina é um importante mercado para as exportações brasileiras, principalmente de produtos agrícolas e manufaturados, e o Brasil é um fornecedor-chave de insumos para a indústria argentina", comenta o empresário.

Em meio às incertezas políticas e econômicas, é importante notar que as relações comerciais muitas vezes transcendem as diferenças ideológicas dos líderes políticos. O comércio entre países é orientado pelas condições econômicas e pelos interesses das empresas e comerciantes, e esses fatores superam as tensões políticas.

"A NTC&Logística, entidade ativa no setor com mais de 60 anos de atuação na qual venho atuando diariamente, está se preparando para possíveis mudanças no ambiente de negócios entre os países. Nos últimos anos, a companhia construiu relações sólidas com outros países, incluindo a Argentina, e está comprometida em promover soluções que beneficiem o setor de transporte rodoviário de cargas internacional", destaca o executivo.

Espera-se uma cooperação mais estreita entre os governos para que o TRC traga benefícios importantes para as duas nações, incluindo a redução de custos e a melhoria da segurança. Isso poderia facilitar ainda mais o trânsito de mercadorias entre os dois países, aumentando a eficiência do transporte e beneficiando tanto exportadores quanto importadores.

Por fim, Danilo finaliza com pensamentos positivos de uma boa relação governamental: "Tudo ainda é incerto, mas a expectativa é que o comércio continue desempenhando um papel fundamental na parceria entre os dois países, contribuindo para o crescimento econômico e a prosperidade de ambas as nações. As entidades continuarão acompanhando de perto estes desenvolvimentos e trabalhando para promover uma relação comercial sólida e mutuamente benéfica".

COPOM decide diminuir os juros em meio ponto percentual

Analistas comentam sobre tom do comunicado e sobre como ficam os investimentos agora

O Copom - Comitê de Política Monetária do Banco Central se reuniu no oitavo e último encontro do ano para anunciar a decisão sobre a nova taxa Selic. O comitê decidiu pela queda de 0,50 pp com a redução dos juros de 12,25% para 11,75% ao ano. Este é o quarto corte desde agosto, quando o comitê iniciou o processo de queda de juros.

A SEGUIR, ALGUMAS REPERCUSSÕES SOBRE O ASSUNTO:

Vinicius Moura, economista e sócio da Matriz Capital declarou que "o tom veio bem positivo com uma expectativa de mais reduções futuras, no plural e não no singular, o que anima o mercado. O comitê defende a manutenção desse ritmo de 0,50 pontos percentuais. E para as decisões futuras, mais uma vez mencionam as expectativas de quanto aos dados de inflação futura, de acordo principalmente com a questão do movimento fiscal hoje no Brasil. Afirmam que a ancoragem das metas fiscais para as expectativas é necessária para que a gente mantenha esse ritmo. E, no meu ponto de vista, veio uma ata bem prudente para o momento atual. Na minha opinião, deu bastante destaque também ao mercado internacional e à necessidade de desinflação também no exterior para que a gente tenha esse movimento desinflacionário aqui no Brasil. E, no meu ponto de vista, veio um comunicado bem brando, bem tranquilo. Não veio nenhum ponto para chamar atenção que traria preocupações quanto às expectativas da taxa de juros para as próximas reuniões.

E com a expectativa de menor queda de juros lá fora também, eu acredito que o Ibovespa deve ter um ritmo de alta amanhã porque basicamente não veio nada que traga algum comprometimento para o mercado local. E nesse cenário, se mantida essa questão da redução da taxa de juros no plural, as empresas mais alavancadas devem se beneficiar um pouco mais com uma redução das suas dívidas.

Um ponto que eu achei interessante ali é a questão da expectativa de menos crescimento para o próximo ano. Então, isso é visto por todos os players econômicos e foi algo comentado agora na reunião do Copom. E, também, reforça que a redução de inflação nos outros países é importante para que a gente consiga fazer esse movimento de redução de taxa de juros de uma forma mais consistente aqui também. Aqui o mercado está muito propício para uma redução mais forte da taxa de juros. O que a gente precisa na realidade, no momento atual, é uma redução de inflação lá fora para que a gente consiga fazer uma redução de taxa de juros mais consistente e em ritmo mais forte no Brasil."

COMO FICAM OS INVESTIMENTOS AGORA?

Para Caio Canez de Castro, especialista em mercado de capitais e sócio da GT Capital "a decisão veio de acordo com o esperado. A partir de janeiro poderemos ver algumas demonstrações com relação a aceleração nos cortes.

Apesar de estar em queda, a taxa Selic ainda segue em patamares altos e isso ajuda a renda fixa a se manter

um investimento atrativo. Além disso, a renda fixa possui um acréscimo que são os prêmios de risco e estes seguem em patamares altos. Isso segue atraindo recursos dos investidores.

Nesse cenário, os ativos prefixados, principalmente para o longo prazo, já que é dada como certa a redução da Selic, já estão precificando boa parte dessa queda, por isso para curto prazo os mais atrativos são os pós-fixados atrelados ao CDI.

Investimentos atrelados ao IPCA, apesar das excelentes taxas praticadas no mercado, são os menos atrativos, pois a meta de inflação segue muito baixa e por consequência a expectativa também. Para o investidor mais conservador os títulos atrelados ao IPCA são muito importantes, pois oferecem um retorno real, ou seja, com taxas sempre acima da inflação, mas a tendência é que esse retorno seja menor que o CDI por um tempo."

Ricardo Jorge, especialista em renda fixa e sócio da Quantzed, casa de análise e empresa de tecnologia e educação para investidores afirma que "sem dúvida, a renda fixa continua atrativa com Selic a 11,75%. Ainda mais em um cenário de juros altos nos EUA, a renda fixa global tende a seguir atrativa há algum tempo. Sem falar que qualquer taxa maior que 10% ao ano não é de se jogar fora.

Sigo na linha de que para o investidor pessoa física as incentivadas são as melhores escolhas. LCI / LCA ou mesmo debêntures incentivadas. A recomendação é escolher bem o emissor e não extrapolar o limite do FGC porque são produtos isentos e de baixo risco. Outro ponto é que eles geralmente pagam mais que outros investimentos como os CDBs e títulos públicos, por isso vejo mais vantagens. Os prazos variam em função da necessidade de caixa de cada investidor, mas no geral, esses investimentos possuem opções de três meses a 1 ano. Lembrando que em vários casos o dinheiro fica preso até o final, logo, é preciso investir o que não irá precisar de liquidez. Já para recursos com liquidez imediata, os CDBs são as melhores opções. Ainda acredito também nos prefixados de três anos aproximadamente. Os ativos ligados à inflação também são boas opções para quem quer se proteger. O importante é o investidor ter uma carteira bem diversificada e se atentar bem para os prazos e liquidez."

Rodrigo Cohen, analista CNPI e co-fundador da Escola de Investimentos, empresa de educação financeira admite que "a renda fixa vale a pena com o juro real que se ganha, não com juro nominal. Nossa Selic ainda está em um nível alto e a inflação está caindo junto, proporcionalmente. Então, enquanto a Selic está lá em cima ainda, mas a inflação caindo junto, o juro real, que é a Selic menos a inflação, ainda é alto. Então, mesmo com o novo corte da Selic, acredito que ainda vale a pena investir em renda fixa sim, pois ainda estamos em patamares bons de juros que remuneram bem o investidor.

Para 2024 o ciclo de corte deve se intensificar sim, na minha opinião, se o mercado mundial e do Brasil melhorar. Lá fora a gente tem uma expectativa de queda dos juros a partir de março. A bolsa CME já aposta que juros nos EUA devem cair entre abril e maio. E com isso, a gente também tende a ter um cenário mais positivo aqui. E aí com isso, a Selic pode cair mais em ritmo até maior.

Até que a gente tenha, na minha opinião, uma Selic em 7%, por exemplo, ainda assim na minha opinião vai valer a pena se a inflação cair junto. Só que aí é aquele negócio. Selic caindo muito, a gente tem bolsa subindo e fundos imobiliários subindo. E aí o investidor precisa começar a diversificar.

Já está na hora de começar a olhar bolsa há muito tempo, mas fundos imobiliários também. Nunca é tarde. Para mim, o ideal é sempre preferir ativos atrelados ao IPCA. Os ativos prefixados, na minha visão, só valem quando a Selic está muito lá em cima e a gente não tem expectativa de novas altas. Mesmo assim é um risco. O pós-fixado pode ser uma boa alternativa, mas o investimento pode sofrer com a inflação, caso venha a subir.

Na renda fixa, temos a marcação a mercado. Muita gente acha que no Tesouro Direto pode-se retirar o investimento com liquidez diária. Não pode. Tem a marcação a mercado. Inclusive, pode até ter prejuízos mesmo sendo renda fixa. Em muitos casos, será necessário deixar o dinheiro até uma data determinada, ou seja, investir no longo prazo para não correr riscos de prejuízo."

Santander lança conta internacional com benefícios Esfera e Mastercard Priceless

Clientes da Select Global terão descontos em mais de 220 parceiros e acesso a 2 mil experiências de viagem exclusivas

Conversão em dólar comercial com IOF reduzido, cartão de débito aceito em mais de 200 países e saque com isenção de tarifa nos caixas eletrônicos do Banco são outras vantagens

O Santander Brasil lançou no dia 05 de dezembro último a Select Global, conta internacional que oferece facilidade e jornada 100% digital para apoiar a viagem e compras dos clientes no exterior. O novo produto oferece, a partir da Esfera, plataforma de fidelidade do Grupo Santander, descontos de até 70% em mais de 220 parceiros nos Estados Unidos, nas categorias aluguel de carro, hospedagem, parques e atrações, shows, cruzeiros e gastronomia. Além disso, o cliente pode se cadastrar no Mastercard Priceless para ter acesso a mais de 2 mil experiências exclusivas, em 90 países.

A Select Global oferece o serviço de recarga de dólar comercial, com IOF reduzido (1,1%), e disponibiliza cartão de débito Mastercard para a utilização em mais de 200 países. Os clientes podem realizar saques com isenção de tarifa nos caixas eletrônicos do Santander pelo mundo e contam com suporte especializado e conversão de moeda 24 horas por dia, sete dias por semana.

Para abrir a conta internacional é necessário ser cliente Santander, baixar o App "Select Global" e seguir os passos de abertura de conta. A jornada de compra de dólar é simples e 100% digital. O cartão físico de débito pode ser solicitado gratuitamente pelos clientes dos segmentos Select e Private. Já para clientes Van Gogh e Especial, é necessário realizar uma conversão mínima de U$S 50, que poderá ser utilizado integralmente pelo correntista. Também há a opção de cadastrar o cartão online na carteira digital do Google, sistema operacional Android.

"Trabalhamos muito para entregar uma conta global que apoie o cliente em sua completude. Vamos contribuir para a experiência positiva do turista, dos consumidores de lojas internacionais e até nômades digitais", conta Geraldo Rodrigues Neto, diretor de Pessoa Física e Investimentos do Santander Brasil. "A Select Global entrega produtos bem estruturados, com a confiança e solidez de um banco internacional presente em 12 países."

OFERTA INTERNACIONAL COMPLETA

A Select Global também complementa o leque de produtos e serviços para clientes dos segmentos Private Banking e Select. Além da conta com benefícios para viagens e compra online, o Santander também oferece estrutura nos Estados Unidos para quem deseja investir ou diversificar o patrimônio no país, e serviço de intermediação para abertura de conta em 10 geografias em que o Banco está presente (Alemanha, Argentina, Chile, EUA, Espanha, México, Polônia, Portugal, Reino Unido e Uruguai).

Clientes de todos os segmentos também podem realizar transferências internacionais com tarifa zero pelo app Santander e continuam contando com mais de 300 caixas eletrônicos espalhados pelo Brasil para sacar dólares, bem como o uso do cartão de crédito no exterior. Cada produto Santander é pensado para trazer autonomia, facilidade e benefícios para servir o cliente em todas as situações.

Conab estima produção de grãos na safra 2023/24 em 312,3 milhões de toneladas influenciada por clima

Os produtores brasileiros deverão colher 312,3 milhões de toneladas de grãos na safra 2023/24, volume 2,4% inferior ao obtido na temporada passada. A queda na estimativa de produção neste ciclo é explicada pela baixa ocorrência de chuvas e as altas temperaturas registradas nos estados do Centro-Oeste, enquanto que no Sul do país, principalmente no Rio Grande do Sul, pelo excesso das precipitações. Essas condições climáticas adversas afetaram o desenvolvimento de importantes culturas, como soja e trigo. Os dados estão no 3º Levantamento da Safra de Grãos 2023/24, divulgado no dia 7 de dezembro pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

"Estamos atentos e redobraremos o monitoramento das áreas produtoras. O comportamento do clima este ano é o fator mais determinante para as culturas que estão em plantio e em desenvolvimento, em função do El Niño. Além disso, os atrasos no plantio da soja abrem incertezas para o milho 2ª safra", pondera o diretor de Política Agrícola e Informações da Conab, Sílvio Porto.

Importante produto para o abastecimento interno, o arroz tem previsão de alta na safra de 7,5%, podendo chegar a 10,79 milhões de toneladas. O melhor resultado é influenciado pela maior área destinada ao produto bem como uma recuperação na produtividade. Ainda assim, o desenvolvimento da cultura, em especial no Rio Grande do Sul, principal estado produtor, tem sido afetado pelas condições climáticas adversas. O excesso de chuvas tem gerado uma umidade excessiva no solo, o que impede a conclusão da semeadura e dificulta os tratos culturais.

Outro produto tradicional no consumo dos brasileiros, o feijão apresenta cenários diversos nas lavouras cultivadas nesta primeira safra pelo país. Em São Paulo as condições gerais, até o momento, são de bom aspecto fitossanitário. Os efeitos das altas temperaturas e baixas precipitações foram amenizados pelo uso de irrigação. Já em Minas, esse cenário de calor e irregularidade de chuvas trazem impactos nas operações de implantação e de manejo das lavouras. Ainda assim, somadas as 3 safras da leguminosa a expectativa é de uma produção de 3,1 milhões de toneladas.

O clima também tem trazido impacto para a soja, principal cultura cultivada no país. O plantio da oleaginosa continua atrasado em todas as regiões produtoras. Em alguns estados os trabalhos de implantação da cultura ficaram próximos aos da última safra, como Paraná e Mato Grosso. Com a irregularidade climática há a sinalização de redução da produtividade nos estados do Centro-Oeste. Em Mato Grosso as lavouras ainda apresentaram uma evolução satisfatória, mesmo com o pouco volume pluviométrico recebido. Já em Goiás, Minas Gerais, Matopiba e Rio Grande do Sul, a área semeada se encontra bem abaixo do ocorrido na safra 2022/23. No Rio Grande do Sul é devido ao excesso hídrico, e nas demais regiões é por conta da irregularidade ou falta de precipitações.

Diante deste cenário, a estimativa de produção da soja nesta safra é de 160,2 milhões de toneladas. O clima ainda é um fator que pode influenciar neste resultado, principalmente quando ocorrem os estágios de floração e enchimento dos grãos. Os

técnicos da Companhia continuarão acompanhando o desenvolvimento das lavouras a fim de verificar os impactos das condições climáticas no desempenho final.

Panorama semelhante é encontrado para o cultivo do milho 1ª safra. Os extremos climáticos, típicos de anos de influência do fenômeno El Niño, continuam a ocorrer nas regiões produtoras, atrasando o plantio do cereal. Neste primeiro ciclo de cultivo do grão, é projetada uma produção de 25,3 milhões de toneladas - queda de 7,5% em relação à safra anterior. Já a colheita total de milho está estimada em 118,53 milhões de toneladas.

Nas culturas de inverno, foi identificada queda na produtividade em quase todos os produtos quando comparada à última safra. Para o trigo, principal produto, as chuvas volumosas, ventanias, granizo, enchentes, muita nebulosidade e poucos dias com sol dificultam a conclusão da colheita no Rio Grande do Sul. O volume de produção está estimado em 8,1 milhões de toneladas.

MERCADO

As análises de mercado dos grãos brasileiros mostram que as exportações de soja em grãos, de janeiro a novembro de 2023, continuam elevadas. Além disso, o line-up até o final de dezembro é estimado em mais de 100 milhões de toneladas. Diante desse cenário, os embarques do grão foram elevados de 98,06 milhões de toneladas para 100,03 milhões de toneladas. Já para os esmagamentos foi verificada uma redução de 350 mil toneladas, motivada por uma diminuição nas estimativas de exportações de farelo e óleo de soja.

Já para o próximo ano, as exportações da oleaginosa estão estimadas em 101,59 milhões de toneladas, uma redução de 1,42 milhão de toneladas em relação ao último levantamento divulgado, influenciado pela atual estimativa do volume a ser colhido. Queda também para os esmagamentos, reduzidos em 1,05 milhão de toneladas devido, principalmente, pela menor estimativa de venda no mercado interno de farelo de soja em 2024.

Para o milho, a expectativa é que o volume de exportações brasileiras do cereal em 2024 seja reduzido, podendo chegar a 38 milhões de toneladas. A queda projetada se deve em razão da perspectiva de menor produção nacional somada à maior oferta disponível no mercado internacional, em meio à boa safra norte-americana.

No caso do feijão-comum cores o panorama de mercado se apresenta favorável ao produtor. A cultura se encontra em plena entressafra, e o país conta apenas com os estoques remanescentes da terceira safra e das lavouras paulista na oferta de feijão novo, pelo menos até meados de janeiro de 2024. Com a previsão de oferta moderada e baixo estoque de passagem, a tendência é que os preços continuem atrativos para os agricultores durante os próximos dois meses.

Já o mercado de trigo continua apresentando cenário de baixa nos preços. O excedente de cereal russo, com preço mais competitivo que os dos demais países, segue atuando como um dos principais fatores de pressão das cotações. Além disso, a melhora climática em importantes países produtores europeus e na Austrália também atua como fator baixista das cotações.

Os dados completos sobre o 3° Levantamento da Safra de Grãos 2023/24 e as condições de mercado destes produtos podem ser conferidos no boletim publicado no Portal da Conab.

Levantamento inicial da safra mineira de grãos 2023/2024 traz uma estimativa de produção de 13,6 milhões de toneladas

O estudo da Emater-MG revela um aumento da área cultivada de 2,75% em relação à safra passada

A safra mineira de grãos para o ciclo 2023/2024 poderá chegar a uma produção de 13,69 milhões de toneladas, numa área cultivada de 3,25 milhões de hectares. Os dados são do 1º Levantamento da Safra de Grãos e Café 2023/2024 feito pela Emater-MG e divulgados em 19/12, durante a inauguração da nova sede da Unidade Regional (Uregi) da empresa em Capelinha, no Vale do Jequitinhonha. Apesar de ter ocorrido um pequeno aumento de área cultivada de 2,75%, a empresa estima que haverá uma ligeira queda de 5,45% na produção se comparado a safra 2022/2023, que foi em torno de 14,4 milhões de toneladas.

O relatório foi elaborado com informações coletadas no período de 16 de novembro a 15 de dezembro. As culturas acompanhadas pela empresa mineira de extensão rural em todas as regiões do estado são: algodão, amendoim, arroz, feijão 1º safra, milho grão 1º safra, milho silagem, soja e café. "Os dados estimados foram coletados pelos extensionistas da Emater-MG em mais de 814 municípios mineiros, sendo consolidados pelo Departamento Técnico da empresa através do sistema de acompanhamento de safras", explica o gestor de acompanhamento de safras da Emater-MG, Thiago Emmanuel de Almeida.

A primeira safra de milho deve chegar a 5,26 milhões de toneladas em Minas Gerais, segundo os dados até agora a produtividade média estimada é de 6.718 kg do grão por hectare. A cultura teve uma redução de área plantada de 26%, passando de 826 mil hectares na safra 2022/2023 para 784 mil hectares na safra 2023/2024. No caso da soja, a produtividade média estimada é de 3,496 kg por hectare, com 2,1 milhões de hectares plantados, e uma produção total estimada em 8,07 milhões de toneladas.

1° LEVANTAMENTO DA SAFRA DE GRÃOS 2023/2024

CULTURA	ÁREA (HA)	PRODUÇÃO (T)
Algodão	27.786	119.935
Amendoim	11.536	38.885
Arroz	2.786	9.603
Feijão 1ª safra	115.710	182.114
Milho Grão 1ª safra	784.124	5.268.393
Soja	2.310.702	8.079.405
TOTAL	**3.252.644**	**13.698.335**

Já o feijão 1ª safra apresenta uma redução significativa de 25% de área plantada se comparado com o mesmo período da safra passada (outubro, novembro e dezembro) onde no mesmo período já era estimada uma área plantada 107 mil hectares, sendo que até o fechamento deste relatório foi estimado 80 mil hectares semeados. Mas devido a um aumento de produtividade (2,34%), a produção deverá ser de 182,11 mil de toneladas, ou seja, apenas 1,60% inferior ao ano passado.

A expectativa de produção de café é na ordem de 30,06 milhões de sacas, o que representa incremento de 5,2% em comparação ao volume colhido na safra 2022/23 (28,49 milhões). A área em produção está estimada em 1.095 milhões de hectares, apresentando um leve crescimento de 1,7% comparativamente à safra 2022/2023 que foi estimado uma área em produção de 1,076 milhões de hectares.

Agro mineiro teve superávit de US$ 10,8 bilhões em 2023

Setor injetou cerca de US$ 12 bilhões com exportações de commodities na economia de Minas Gerais ao longo do ano

A agropecuária mineira registrou um superávit de US$ 10,8 bilhões em 2023. O valor foi apresentado pelo Sistema FAEMG/SENAR no dia 18/12, em coletiva à imprensa para detalhar o balanço do agro mineiro no ano. O saldo da balança comercial é a diferença entre exportações e importações.

O setor injetou US$ 11,91 bilhões com as vendas de produtos ao exterior até outubro deste ano, ou seja, o valor deve ganhar cifras ainda maiores com a contabilização dos dados de novembro e dezembro. O montante diz respeito à negociação de 13,29 milhões de toneladas de mercadorias produzidas no campo e que foram vendidas para outros países.

Ao todo, 174 países têm relações comerciais com o estado. Mas os principais destinos dos produtos feitos em Minas Gerais são China (US$ 4,1 bilhões), Estados Unidos (US$ 933 milhões), Alemanha (US$ 733 milhões), Itália (US$ 502 milhões) e Japão (US$ 477 milhões).

Os principais produtos estão nas cadeias de cafeicultura e sucroalcooleiro representando, respectivamente, 13,4% e 4,5% de tudo o que foi exportado por Minas Gerais. As exportações do agro mineiro representaram 36% das exportações totais do estado. "O setor continua com ótimo desempenho, ressalto aqui que tivemos safra recorde e temos contribuído fortemente com o desenvolvimento econômico do estado, com a geração de emprego e, especialmente, com a segurança alimentar da população", destacou o presidente do Sistema FAEMG/SENAR, Antônio de Salvo.

PESQUISA APONTA QUE A GROPECUÁRIA É A PRINCIPAL ATIVIDADE ECONÔMICA DE MINAS

A agropecuária é a principal atividade econômica do Estado para 41% dos mineiros. A informação consta na pesquisa feita pelo instituto de pesquisa e consultoria Quaest, divulgada pelo Sistema FAEMG/SENAR. Ainda de acordo com os resultados, o setor é seguido pela mineração (22%) e indústria (14%).

Sobre a imagem do agro, 78% enxergam a atividade agropecuária de maneira positiva, sendo que 26% atribuem à geração de empregos, 25% à produção de bens importantes e de qualidade, 12% ao desenvolvimento que proporciona ao estado, além de outros itens como geração de riqueza e influência na economia.

O levantamento, realizado entre os dias 15 e 21 de novembro, ouviu 3.514 pessoas, em cidades que contam com a atuação do Sistema FAEMG/SENAR. A coleta de dados foi feita face-a-face por meio de questionários estruturados. O nível de confiança é de 95%.

A pesquisa visa responder questões tais como os mineiros enxergam o setor agropecuário, qual a imagem eles têm sobre os produtores rurais e a avaliação que fazem sobre a atuação do Sistema FAEMG/SENAR.

"A pesquisa será um instrumento muito importante para que possamos nos posicionar de forma mais firme na condução do segmento que tem ajudado a sustentar não apenas Minas Gerais, mas a economia do Brasil", afirmou o presidente do Sistema FAEMG/SENAR, Antônio Pitangui de Salvo.

Produtos da agricultura familiar: Emater-MG lança site de vendas

Consumidores de todo o país poderão comprar diretamente dos produtores rurais do estado

Queijos, doces, café, biscoito, cachaça, artesanato. Produtos típicos do interior de Minas Gerais que fazem muito sucesso entre os consumidores de todo o país. A boa notícia é que agora está mais fácil adquirir estes e outros itens, comprando diretamente de quem produz. A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater-MG) lançou nesta quarta-feira (6/12) uma plataforma de vendas on-line, com uma ampla variedade de produtos do meio rural.

O site É do Campo (www.edocampo.com.br) reúne inicialmente a produção de 40 agricultores mineiros. São aproximadamente 250 itens para escolha, que serão entregues no endereço escolhido pelo comprador. O É do Campo faz parte do Programa de Apoio à Comercialização Eletrônica de Produtos e Serviços da Agricultura Familiar desenvolvido pela empresa, com o objetivo de ampliar as vendas da agricultura familiar, graças às tecnologias do comércio on-line. Nas próximas semanas, mais 60 agricultores terão seus produtos incluídos na plataforma.

"O programa é dividido em dois pilares. Um deles é a disponibilização desta plataforma de venda para os produtores. Mas não se restringe a isso. O outro pilar é o serviço de assistência técnica e extensão rural desenvolvido pela Emater-MG para todos os agricultores familiares que fazem parte do É do Campo", afirma a coordenadora técnica estadual da empresa e gestora do projeto, Rhamillye Bartels.

Ela explica que esta assistência técnica funciona como uma chancela. O trabalho dos profissionais da Emater-MG junto aos produtores familiares garante as boas práticas de produção daquilo que é colocado à venda no É do Campo. "Outra questão muito importante é a venda sem atravessadores. O nosso objetivo é ligar dire-

tamente o produtor ao consumidor final. Então tudo que está na plataforma é produzido e comercializado pelo próprio agricultor", informa Bartels.

Quem faz as compras no site tem a opção de pagar com cartão de crédito ou pix. Os produtores do É do Campo passaram por capacitações promovidas pela Emater-MG para conhecer a plataforma de venda, saber como cadastrar os produtos, receber os pedidos, enviar a mercadoria e emitir nota fiscal.

HABILITAÇÃO SANITÁRIA

A segurança alimentar é outra questão levada em consideração ao selecionar os agricultores que participam do É do Campo. Todos os produtos colocados à venda possuem algum tipo de habilitação sanitária, que pode ser federal, estadual ou municipal.

A também coordenadora técnica estadual da Emater-MG, Thiara Viggiano, explica que esta habilitação determina para onde o produtor poderá vender seus produtos. "No caso de quem possui a habilitação sanitária municipal, por exemplo, poderá vender apenas para o município onde produz. Mas a maioria dos produtos terá entrega para todo o Brasil, pois possui habilitação sanitária federal", informa.

PRODUTORES COMEMORAM A INICIATIVA

A produtora rural Meire Ribeiro, do município de Sabará, na região Metropolitana de Belo Horizonte, está entusiasmada com a criação do É do Campo. Ela colocou à venda na plataforma uma série de produtos derivados da jabuticaba da marca Sabarabuçu, como molhos, doces em lata e geleias. Tudo com registro para venda em todo território nacional.

]

"Muito bacana a gente ter esta oportunidade de mostrar os nossos produtos para mais pessoas na internet, com o apoio da Emater. É sensacional você ter esta chancela de que seu produto é bom e de qualidade para oferecer ao público. É uma oportunidade maravilhosa", comemora.

A produtora diz que há anos conta com a assistência técnica da Emater-MG para ampliar a sua produção e criar uma agroindústria familiar. Tudo começou com um curso de produção de geleia e licor de jabuticaba para as mulheres da comunidade. "Comecei fazendo 200 potes de geleia dentro de casa. Hoje a gente trabalha com 30 toneladas de jabuticaba por ano. Nos tornamos um dos maiores produtores de derivados de jabuticaba do Brasil", conta Meire Ribeiro.

Já no município de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, uma família de produtores está comercializando o famoso queijo Minas Artesanal no site É do Campo. A produção da premiada queijaria Ouro das Gerais é de 70 peças por dia. Os queijos da família já receberam, por exemplo, a medalha de prata do Mundial do Queijo de 2019, em Araxá, e a medalha de ouro no Prêmio Queijo Brasil, em 2023, realizado em Santa Catarina.

"A expectativa é muito boa com o É do Campo. Será uma forma de otimizar nosso tempo e atender melhor o cliente. É uma maneira também de fidelizar o consumidor, que sabe que o pedido vai ser entregue rápido, com o frete mais barato", afirma o produtor Matheus Loreno.

De acordo com a coordenadora da Emater-MG, Thiara Viggiano, em muitos casos, a comercialização on-line está criando uma nova dinâmica nas famílias rurais. "Há situações em que o produtor rural não tem muito conhecimento sobre as ferramentas digitais. Então os filhos estão cuidando desta parte da comercialização pela internet. São as pessoas que vão ter o maior contato com a plataforma de venda", relata.

COMO PARTICIPAR

Os produtores interessados em comercializar no É do Campo devem procurar os escritórios da Emater-MG, verificar se atendem os requisitos de participação, preencher um cadastro e apresentar os documentos obrigatórios conforme a mercadoria a ser vendida.

Segundo a Emater-MG, novos produtos serão incluídos no site semanalmente, sempre que os agricultores tiverem o cadastro aprovado.

ANIVERSÁRIO DA EMATER-MG

O lançamento do site É do Campo faz parte das comemorações dos 75 anos da Emater-MG, completados no dia 6 de dezembro. A empresa é pioneira no serviço público de assistência técnica e extensão rural no país.

"Esse é mais um projeto estratégico do Governo do Estado. Houve muito empenho e dedicação. Hoje temos o primeiro marketplace público governamental do Brasil, voltado para valorizar a agricultura familiar", disse o presidente da Emater-MG, Otávio Maia, durante o lançamento do É do Campo.

O lançamento do É do Campo fez parte do "Seminário 75 anos da Ater Pública Governamental: Inovações e Soluções", promovido pela empresa em Caeté, na região Metropolitana de Belo Horizonte, nos dias 5 e 6 de dezembro. Foram debatidos os cenários, desafios e perspectivas para o setor no Brasil. O evento contou com o patrocínio do Sicoob Central Crediminas, Banco do Nordeste e Sicredi, além do apoio da BB Seguros, Cemig e Copasa.

A Emater-MG está presente em 811 municípios mineiros e presta cerca de 2,7 milhões de atendimentos por ano, priorizando a agricultura familiar.

Contas do começo do ano preocupam mais que cartão de crédito

Levantamento mostra ainda que 16,5% das pessoas não vão conseguir pagar todas as cobranças como IPTU, IPVA e seguros; 45,8% revelaram que vão parcelar

Dados divulgados pela fintech Koin, especializada em soluções de Buy Now, Pay Later (BNPL), apontam que mais da metade dos brasileiros (50,6%) estão preocupados com o pagamento de gastos sazonais como IPVA, IPTU e seguros neste começo de ano. O volume é quase o dobro da segunda maior preocupação das pessoas na chegada de 2024: 28% apontaram a fatura do cartão de crédito como a principal dor de cabeça financeira para o período. A terceira colocação no levantamento está com as despesas nas férias (16,4%).

O incômodo é mais perceptível quando o levantamento ressalta que 16,5% das pessoas assumiram que vão conseguir arcar apenas parcialmente com esses gastos (contra 63,6% que afirmaram que vão pagar tudo). Juana Angelin, COO da Koin, lembra que existem saídas para conseguir quitar todas estas dívidas e começar 2024 de forma mais leve e com planejamento para novos investimentos. "É preciso que as pessoas se planejem antecipadamente para essas cobranças que chegam todos os inícios de ano e se organizem para evitar sustos ou endividamento e justamente por isso, a educação financeira torna-se fundamental para o consumidor brasileiro", explica a executiva.

Segundo a pesquisa da Koin, 45,8% das pessoas entrevistadas pretendem parcelar as contas para reduzir os impactos, já que os gastos fixos como aluguel, parcelas de bens, energia elétrica e outros, continuam sendo cobrados. Outros 39,5% dos entrevistados vão pagar à vista. Já 10,8% vão usar reservas como poupanças e investimentos para quitá-las.

"É preciso se organizar para entender qual a melhor forma de pagamento para cada orçamento, pois nem sempre é possível pagar à vista, uma vez que pode descapitalizar o consumidor e fazê-lo entrar em dívidas. Em alguns casos, ao optar pelo parcelamento, ajuda a diluir o valor, aliviar as contas do período, que são mais pesadas, e até prever algum investimento para o futuro", explica a executiva.

A pesquisa foi respondida por 743 pessoas em todas as regiões do país, em novembro, e tem margem de 95% de confiança.

A Koin é a primeira fintech a parcelar compras online com soluções de 'Buy Now, Pay Later' Parcelado no Brasil, sem burocracia e 100% segura. A empresa segue ampliando portfólio com soluções financeiras para B2B e B2C, com atuação regional em toda a América Latina. Atualmente, além do Boleto Parcelado a companhia contempla Pix Parcelado, Sistema Antifraude, KoinPay, uma plataforma de pagamentos completa e, recentemente, ampliou sua oferta ao consumidor final lançando o Akin Shop, seu Marketplace. O propósito da cia é contribuir para o crescimento dos negócios e melhorar a vida das pessoas, democratizando o acesso a bens e serviços, oferecendo a melhor experiência de compra e venda para os seus clientes.

Atuação da economia brasileira em 2024

Existem sinalizações de que tanto cenário externo quanto interno devem ser positivos para a economia brasileira

O Ouribank apresentou suas avaliações dos principais indicadores para a economia brasileira em 2024, adotando uma visão mais otimista em comparação com o mercado. A taxa de câmbio, por exemplo, poderá ficar abaixo dos US$/R$ 5,03 previstos no Relatório Focus do Banco Central (BC), afirmou a economista da instituição financeira, Cristiane Quartaroli, em entrevista coletiva realizada no dia 19 de dezembro.

Quando se olha os dados do setor externo, observou-se que tanto o fluxo quanto o saldo comercial cresceram em 2023 e isso não se refletiu em queda na taxa de câmbio ao longo do ano. Portanto, é de se esperar que em algum momento esse impacto aconteça e seja positivo para a evolução da nossa moeda. Segundo a economista, os fatores que impediram uma taxa de câmbio melhor foram a preocupação com a política fiscal, no cenário interno, e o desempenho das economias centrais, com inflação e alta de juros. "Trouxeram cautela, incertezas e aversão ao risco, refletindo no câmbio. No entanto, a expectativa de políticas monetárias menos contracionistas ao redor do globo em 2024 tende a ser positiva para a economia brasileira."

COMO FICAM INFLAÇÃO, SELIC E PIB

Na análise de Quartaroli, a inflação deverá situar-se mais na próxima meta em 2024, ficando um pouco abaixo da expectativa de 3,93% do Focus. A inflação menor tende a impactar positivamente em nossa taxa básica de juros básicos. "A Selic poderá ficar abaixo dos 9,25% projetados para o próximo ano. Desta maneira, o Produto Interno Bruto (PIB) tende a crescer mais que os 1,51% também projetados pelo mercado."

A ata do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC divulgada nesta semana trouxe um tom mais positivo em relação ao cenário interno e externo, ela avalia. "O BC entende que os núcleos de inflação estão convergindo para a meta, embora não tenha sinalizado um aumento no ritmo de ajuste da Selic, por conta de riscos do lado fiscal e externos.

Inflação desacelerando, juros mais baixos e melhores taxas de emprego e de renda poderão influenciar no aumento do consumo das famílias; e resultar em expansão mais robusta do setor de Serviços, em 2024, uma vez que essa importante área da economia brasileira apresentou crescimento mais tímido neste ano. Já a Reforma Tributária, um grande avanço para o Brasil, na opinião de Quartaroli, tende a ter repercussão positiva para o desempenho da indústria. Outros pontos de destaque que favorecem o otimismo para 2024 são as melhoras nos índices de confiança tanto do consumidor, quanto do empresariado, importantes para impulsionar consumo e investimentos no futuro.

PONTOS DE ATENÇÃO

Se por um lado dados de trabalho, renda e confiança são indicativos de crescimento da economia; por outro, eles acendem uma luz amarela, que é o aumento do consumo e possível pressão futura sobre a inflação, alerta a economista do Ouribank. Não à toa, o BC está mais cauteloso em anunciar aumento no ritmo de reduções da Selic, em 2024, ela disse.

A política fiscal também merecerá mais atenção no próximo ano. "A questão fiscal trouxe muita volatilidade ao mercado financeiro em 2023, o que poderá continuar no próximo ano porque o atual governo tem perfil mais expansionista e o mercado se preocupa bastante com isso." A previsão de um PIB menor em 2024 do que os 2,92% projetados para este ano indicam ainda uma arrecadação menor, com despesas que podem não acompanhar esse ritmo. "Assim, a conta pode não fechar e a projeção de déficit zero para 2024 não se efetivará."

Quartaroli ressaltou, contudo, que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem sinalizado compromisso com a política fiscal, com a meta de redução do déficit e que o governo tem trabalhado para melhorar a arrecadação. "A aprovação da Reforma Tributária é uma sinalização positiva. O País deu um passo importante ao longo de 2023, mas ainda há muito a ser feito, e as medidas vão demorar um pouco para chegar na economia real."

Com mais de 40 anos no mercado, Ouribank é referência em serviços especializados de câmbio. A história do Ouribank é marcada pela excelência no atendimento personalizado, refletindo seu compromisso em inovar, trazer eficiência e superar as expectativas dos clientes.

BH Airport inaugura conexão direta BH-Buenos Aires

Operação sem escalas para a capital argentina foi retomada com rota sazonal até fevereiro de 2024

Às 23h10 do dia 16 de dezembro, a decolagem do BH Airport para Buenos Aires marcou o início da conexão direta para a cosmopolita cidade sul-americana, chamada pelos brasileiros de terra dos hermanos. A princípio, a retomada da rota será sazonal e deverá se estender até o dia 17 de fevereiro, operacionalizada pela Gol. Os voos partindo do terminal mineiro serão aos sábados, às 23h10, e do Aeroporto Internacional Ministro Pistarini (EZE) para Belo Horizonte serão aos domingos, às 3h40. O lançamento movimenta a alta temporada de verão 2023/2024 com mais uma opção de viagem internacional para a cidade que os brasileiros mais visitam no exterior.

"Além de fortalecer a parceria com a Gol, estamos ampliando a conectividade de Minas com o mercado global e nos consolidando como um dos três principais hubs de destinos do Brasil, buscando proporcionar a melhor experiência aeroportuária aos clientes", ressalta o gestor de Conectividade e Aviação do BH Airport, Clayton Begido. "Com o retorno da rota para Buenos Aires, quadruplicamos a oferta de voos internacionais do nosso terminal em 2023, totalizando oito destinos para o exterior na nossa malha aérea: Bogotá (Colômbia), Cidade do Panamá (Panamá), Willemstad (Curaçao), Fort Lauderdale (EUA), Lisboa (Portugal), Orlando (EUA) e Santiago (Chile)", esclarece.

O lançamento da rota sazonal Belo Horizonte/Confins-Buenos Aires/Ezeiza conecta duas potências que estimulam o desenvolvimento e movimentam a economia, fomentando as oportunidades de negócios e incrementando o turismo, expandindo o fluxo Brasil-Argentina. Durante todo o período de férias escolares, os mineiros poderão se deslocar com comodidade e rapidez até Buenos Aires. Por outro lado, os argentinos terão a oportunidade de conhecer a riqueza da cultura histórica e gastronômica do estado, emoldurada pela exuberância paisagística de Minas e aquecida pela reconhecida hospitalidade do povo mineiro.

Com localização estratégica e um dos principais hubs do país, o BH Airport atende a quase 70 destinos nacionais e internacionais. Desde 2014, o aeroporto é administrado por uma concessão, formada pelo Grupo CCR, uma das maiores companhias de concessão de infraestrutura da América Latina, e por Zurich Airport, operador do Aeroporto de Zurich, o principal hub aéreo da Suíça e considerado um dos melhores aeroportos do mundo, além da Infraero, estatal com experiência de mais de 40 anos na gestão de aeroportos no Brasil.

O dólar abaixo dos R$ 5: reflexões sobre o momento econômico atual

No cenário econômico atual, um dos indicadores que tem chamado a atenção é a queda do dólar frente ao real. Desde março de 2020, a moeda norte-americana atingiu pela primeira vez o patamar dos R$ 5 e permaneceu assim por boa parte do período até março de 2022. Já desde abril de 2023, esse valor vem se mantendo em um nível menor.

Em dezembro, a queda acontecia com o mercado ainda repercutindo a indicação do Federal Reserve de que os juros podem começar a cair em 2024. Não à toa, a decisão de política monetária do Banco Central do Brasil veio em linha com as expectativas.

Segundo o Relatório Focus, publicado no dia 18 do último mês de 2023 pela instituição financeira brasileira, a projeção para o dólar recuou de R$ 4,95 para R$ 4,93 no período, enquanto para o próximo ano a expectativa foi mantida em R$ 5,00. Já em 2025 a projeção caiu de R$ 5,10 para R$ 5,08, e em 2026 também há uma estimativa de diminuição, de R$ 5,15 para R$ 5,11.

Esse novo patamar carrega implicações diversas para a economia brasileira e merece uma análise mais detalhada.

Luiz Felipe Bazzo, CEO do transferbank, comenta que o valor do dólar em relação ao real está intrinsecamente ligado a uma série de fatores, incluindo políticas monetárias, fluxos de comércio internacional, cenário político e econômico global, entre outros. Por isso, a queda abaixo dos R$ 5 pode ser interpretada como um reflexo de um conjunto de variáveis que impactam diretamente o mercado de câmbio.

Uma delas é a política de juros adotada pelo Bacen, que busca controlar a inflação e estimular o crescimento econômico. Cássio Zeni, sócio da Rubik Capital, explica que as taxas de juros mais baixas no Brasil podem tornar os investimentos em real mais atraentes, diminuindo a demanda por dólares. Além disso, a retomada da

confiança dos investidores estrangeiros na economia brasileira pode contribuir para a valorização da moeda nacional.

Ou seja, a desvalorização do dólar tem implicações diretas nas transações comerciais do Brasil. As importações tornam-se mais acessíveis, o que possivelmente beneficiará empresas que dependem de insumos estrangeiros, reduzindo custos de produção e, por conseguinte, os preços ao consumidor. No entanto, as exportações também podem ser impactadas negativamente, tornando os produtos brasileiros mais caros no mercado internacional.

Em resumo, diferentes setores da economia são afetados de maneira distinta pela queda do dólar. Companhias que dependem fortemente de materiais importados, como aquelas do setor tecnológico, podem experimentar melhorias em suas margens de lucro. Por outro lado, indústrias exportadoras devem enfrentar desafios na competitividade de seu portfólio.

COMO OS INVESTIDORES DEVEM AGIR NESSE CONTEXTO?

O investidor brasileiro é apresentado a uma nova oportunidade de entrada no mercado exterior com a redução do valor do dólar. A possibilidade de investir em produtos atrelados à moeda norte-americana se torna chamativa, como forma de proteção da volatilidade encontrada no Brasil e levando em consideração a presente valorização do real.

Inclusive, dados mensais do Investimento Direto no Exterior (IDE) publicados pelo Bacen reforçam esse movimento. De acordo com a instituição financeira, cerca de USD 4,3 bilhões, alta do ano, foram investidos em companhias no exterior no mês de outubro de 2023.

Zeni ressalta que tem se tornado cada vez mais fácil investir fora do Brasil, com muitos bancos e corretoras abrindo os caminhos para o investimento offshore, em especial nos Estados Unidos. Desse modo, ao aumentar a exposição ao dólar e à bolsa americana, o investidor diversifica sua carteira, reduzindo os riscos atrelados ao território brasileiro e obtendo acesso ao mercado mais desenvolvido do mundo.

Já Bazzo enfatiza que o poder de compra da população deve crescer com a situação, principalmente, em relação a eletrônicos, veículos e outros bens de consumo importados. Por outro lado, vale frisar que é fundamental reconhecer que as flutuações cambiais são normais em economias globais interconectadas. Assim, o impacto dessa mudança no câmbio dependerá, em grande parte, de como o País aproveitará as oportunidades que surgem no caminho.

O governo, empresas e consumidores não podem perder a atenção aos desenvolvimentos econômicos e ajuste de estratégias conforme o necessário. A estabilidade cambial é um objetivo almejado, mas a compreensão e adaptação às mudanças são cruciais para garantir um crescimento financeiro sustentável e equilibrado.

Taxação de fundos exclusivos e offshore acelera decisões de saída do País

Guilherme Bottrel Pereira Tostes
Vice-Presidente da Região Sudeste FENACON

Desde a aprovação do PL 4173 que trata sobre a taxação de fundos exclusivos e recursos mantidos no exterior, muitas famílias começaram a pensar em formas de não se sujeitarem às novas regras de tributação.

O projeto trouxe, na prática, equidade. No caso dos fundos fechados, apenas uma parcela pequena dos investidores tem capital suficiente para aderir a essa modalidade, onde a tributação acontecia no resgate, enquanto para os demais ela se dá de forma periódica, conhecida como "come cotas". Agora, na prática, os fundos fechados estão com a mesma incidência e alíquota. Como estas estruturas são caras, somente aos chamados super ricos serão afetados.

Já o investidor que mantém o recurso no exterior por uma estrutura offshore, gozava do mesmo benefício de diferir sua tributação, para o memento do seu uso ou resgate. Agora, também este, terá que se adequar a regras de tributação periódica ou equivalente a dos investidores com conta em nome da pessoa física.

Para se defender dessa tributação, muitos investidores começaram a pensar em estruturas alternativas que existem no Brasil. Outros pensaram em trocar o domicílio fiscal, deixando o país e se tornando contribuintes em outra jurisdição. Essa alternativa não é uma exclusividade nacional. No mundo inteiro, grandes contribuintes buscam jurisdições que os favorecem mais.

Ainda que estejamos tratando de um contingente pequeno de pessoas, o movimento acaba chamando a atenção das autoridades brasileiras, pois um percentual grande de recursos. Se "fugir", esse dinheiro acabará fazendo falta ao país, inclusive na arrecadação. Por isso, essa taxação é um movimento tão delicado. Além disso, são pessoas geradoras de PIB. Quando ocorre a troca de domicílio, estamos perdendo mais do que recursos financeiros, mas capital intelectual, empreendedorismo. Isso deveria merecer uma atenção especial das autoridades, para mitigar esse êxodo e criar um ambiente favorável para a sua permanência.

Do lado dos investidores, uma questão precisa ser considerada. Não é simples essa troca de domicílio fiscal. Traz uma série de imposições e limitações aos investidores. A aprovação do projeto deu um empurrão para quem já estava pensando em sair do país, mas não, foi algo determinante, para a maioria. Quando começa o trâmite de saída definitiva aparecem uma série de problemas práticos, que os levam a cancelar a medida. Não será mais possível, por exemplo, manter conta-corrente no Brasil, de modo que ela terá que ser substituída por conta de não residente, o que é burocrático e caro. Entre outros desafios mudam as regras de tributação e alíquotas aplacáveis.

Mas ao fim, o PL coloca o Brasil em pé de igualdade com o universo de nações pertencentes à OCDE, e está em linha com o que é aplicado no resto do mundo. Não há nada de sobrenatural. É fazer contas, consultar seus assessores, em especial contadores e se adequar às novas regras.

Dívidas tributárias podem ser pagas sem multa ou juros de mora

Nova lei permite adesão do contribuinte à autorregularização para quitar débitos com a Receita Federal

Com a Lei nº 14.740, de 29 de novembro de 2023, os contribuintes terão a oportunidade de aderir à autorregularização para quitar débitos tributários com a Receita Federal. Chamada de "novo Refis", a norma oferece vários benefícios. "Um deles é a possibilidade de liquidação dos débitos com redução de 100% dos juros de mora", afirma o advogado tributarista Nicholas Coppi, da Coppi Advogados Associados.

Para isentar o contribuinte dos juros de mora, explica Coppi, a nova lei exige o pagamento de no mínimo 50% do débito à vista e o restante em até 48 prestações. Essas parcelas mensais serão corrigidas pela taxa Selic acumulada mais 1% relativamente ao mês em que o pagamento for efetuado. "É importante destacar que precatórios próprios ou adquiridos de terceiros, créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) também podem ser utilizados para quitar a dívida", diz.

Como atrativo, o "novo Refis" prevê, expressamente, que não haverá incidência de Imposto de Renda (IRPJ), CSLL, PIS e Cofins sobre as cessões de precatórios, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL.

Após a regulamentação da nova lei, o prazo para realizar a autorregularização é de até 90 dias, "mediante a confissão e o pagamento ou parcelamento do débito, com a exclusão de juros e multa de mora, bem como da multa de ofício", alerta o especialista.

A norma permitirá a inclusão de tributos federais não constituídos até sua publicação, ou seja, tributos cujos fatos geradores já ocorreram, mas ainda não foram declarados, inclusive aqueles sobre os quais há procedimento de fiscalização pendente. Em relação a esses casos, Coppi pontua: "A confissão deverá ocorrer por meio da retificação das correspondentes declarações e escriturações". Além disso, também poderão ser incluídos os tributos declarados entre a publicação da lei e o fim do prazo para adesão. "Ficam de fora os tributos apurados no Simples Nacional", pontua o advogado.

Para o especialista, a nova lei para quitação de débitos é vantajosa, principalmente para os contribuintes que já declararam, mas não pagaram os tributos devidos. "Há que levar em conta também o pagamento principal, que pode ser feito com prejuízo e base negativa da empresa, sem a necessidade de tirar dinheiro do caixa", destaca.

Embora haja benefícios para o contribuinte, Nicholas Coppi lembra que a situação das empresas interessadas na adesão à autorregularização deve ser analisada individualmente. "Somente a partir de um estudo de enquadramento é possível avaliar as vantagens para recomendar ou não a efetivação da transação", conclui o especialista tributário.

Livro inédito contesta críticas sobre a economia no governo JK

Com mais de 700 páginas, livro 'JK: Doutor em Desenvolvimento – Um Mineiro à Frente de seu Tempo' apresenta documentos inéditos sobre o ex-presidente

Gabriel Gontijo

Conhecido até hoje pelo seu lema desenvolvimentista enquanto presidente, o famoso "50 Anos de Progresso em 5 anos de Governo", Juscelino Kubitschek talvez seja uma das poucas unanimidades, quiçá a única, quando se fala em Presidência da República. Porém, até ele sofre algumas críticas, como a de ter sido o responsável pela disparada da inflação. Entretanto um livro inédito, 'JK: Doutor em Desenvolvimento – Um Mineiro à Frente de seu Tempo', escrito por Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, mostra justamente o oposto. Foi no governo do mineiro, segundo a obra, que a inflação começou a ser combatida.

Administrador, Economista e Bacharel em Ciências Contábeis, Carlos Alberto Teixeira de Oliveira é um admirador confesso de JK. Em conversa mantida recentemente comigo o escritor fala que o intuito da obra não é o de divulgar somente as ações feitas de Juscelino enquanto presidente, mas a mentalidade à frente do tempo que o mineiro de Diamantina tinha.

"Nos últimos 40 anos, o Brasil parece que desaprendeu o significado do que é crescimento econômico contínuo e só anda para trás. Então foi esse espírito desenvolvimentista que me impulsionou a fazer toda essa pesquisa com o objetivo de divulgar não só as realizações, mas o pensamento de JK, no sentido de mostrar o que o caminho para o Brasil é sempre o do crescimento econômico vigoroso, consistente e sustentável, algo que o país parece ter desaprendido", afirmou.

MITOS HISTORIOGRÁFICOS SOBRE O GOVERNO JK

Eleito em 1955 e empossado como presidente no ano seguinte, Juscelino é conhecido por ter ampliado a industrialização no país e pela criação do Plano de Metas.

Entre as críticas feitas ao seu governo estão a alta da inflação e o custo para a construção de Brasília, inaugurada como a nova capital do país em 1960. E sobre ambos os temas o escritor afirma que são divulgadas "Fake News" sobre o governo JK.

"Há quem diga que o JK foi o responsável pela alta da inflação dos anos posteriores. Isso não procede. A inflação antes já era muito superior do que ocorreu durante o mandato do Juscelino. O que de fato aconteceu, ao contrário do que dizem, foi um combate de maneira significativa e expressiva no seu governo. Um argumento muito interessante sobre isso, e que é válido para os dias atuais, é que a melhor forma de se combater a inflação é produzir-se mais com qualidade. E com mais produtividade. O que isso significa? É que, para JK, a melhor forma de combater a inflação e o custo de vida era produzir mais com ótima qualidade e custos menores. Para isso, ele defendia o aumento da produtividade industrial brasileira", explicou.

Outro equívoco que o autor aponta é sobre o custo da construção de Brasília, algo que teria, segundo alguns historiadores, causado o aumento da dívida do país.

"Tal alegação também não procede. A capital brasileira, segundo o ex-ministro Roberto Campos, teria custado, no máximo 3,5%, do PIB nacional, o que equivaleria, nos dias de hoje, a cerca de US$ 70 bilhões. Esse valor, considerando-se o dólar atualmente cotado a R$ 5,00 – equivale a R$ 350 bilhões. Isso custo total. Ora, só em 2023, o setor público brasileiro está pagando a título de juros nominais da sua dívida, considerando os últimos 12 meses, até outubro deste ano, 720 bilhões de reais. Ou seja, nós já jogamos no lixo, apenas neste ano, 720 bilhões de reais. Ou seja, duas vezes o custo da construção de uma cidade como Brasília", salientou

E outro ponto que o economista trata de desmitificar é sobre o aumento da dívida do país durante o mandato de Juscelino Kubitschek.

"O nível de endividamento do país no final do governo JK era 4,5% do PIB, de acordo com dados da fundação Getúlio Vargas. Olha, atualmente está em 75% (risos). O que significam 4,5% diante dessa porcentagem atual?", questiona.

Com 704 páginas, o livro 'JK: Doutor em Desenvolvimento – Um Mineiro à Frente de seu Tempo' pode ser adquirido no site a seguir: www.mercadocomum.com

A cigana leu o meu destino

Magda Portugal
Presidente da Portogallo Investimentos/Family Office
magda@portogalloinvestimentos.com.br

"Eu sonhei!
Bola de cristal
Jogo de búzios, cartomante
E eu sempre perguntei
O que será o amanhã?"
(O Amanhã)

Os últimos três anos foram marcados por acontecimentos que mudaram o cenário geopolítico global.

A pandemia causada pelo Covid-19 em 2020 seguida pela invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022, trouxe de volta o fantasma da inflação que tanto assola os países em desenvolvimento aos os países ditos desenvolvidos como EUA e Comunidade Europeia.

Os juros antes baixíssimos, próximos de zero e até negativos, que favoreciam os mercados de risco, passaram a subir muito.

O FED, Banco Central norte-americano demorou muito para entender que a inflação não era um fenômeno transitório e causou muita volatilidade com as elevações abruptas de juros em 2022 e 2023.

Vários bancos norte-americanos com títulos do tesouro de longo prazo em seus balanços comprados a taxas muito baixas, tiveram problemas de liquidez ao ter que vendê-los com enorme deságio para honrar pedidos de resgates de seus correntistas.

A percepção, confirmada pelo último discurso de Jerome Powell, de que o FED não elevaria mais os juros e que até cogitaria fazer 3 cortes em 2024, informação corroborada pelo índice de inflação, o PCE, que veio muito próximo da meta, fez com que os mercados acionários comemorassem e os índices devem fechar 2023 muito próximos às máximas históricas.

Aqui no Brasil, os juros finalmente começam a cair, mas os desafios são muitos.

O alto endividamento do país e a concentração do gasto público em coisas que não aceleram o crescimento, podem trazer de volta a inflação e, com ela, a renda mais concentrada e os tão mal falados juros altos, num ciclo que parece sem fim.

E o investidor? O que deve esperar em 2024?

No mercado internacional continuamos investindo em ativos de renda fixa atrelados ao USD, com boas taxas e vencimentos de até 5 anos, que devem se beneficiar da queda dos juros básicos. Importante escolher bem a qualidade das empresas para evitar perdas. Nos mercados acionários, gostamos das 7 maiores empresas de tecnologia (Apple, Google, Microsoft, Tesla, Amazon, Meta e Nvidia) pois se beneficiarão cada vez mais dos avanços em Inteligência Artificial.

O Brasil deve se beneficiar da recuperação da economia chinesa que pode ter crescimento por volta dos 5% em 2024. Com isso, as ações de empresas exportadoras sugerem representar boa oportunidade por aqui.

Com juros estimados em 9,25% e inflação próxima de 4% para o final de 2024, a renda fixa ligada ao CDI num curto prazo e indexada ao IPCA no médio/longo prazo continua sendo uma excelente oportunidade de ganhos no ano que entra.

Não sabe como será o amanhã?

Converse conosco! Montaremos uma solução personalizada de investimentos para você e sua família.

“O Sertão é formado por gente forte e é do tamanho do mundo”

Grande Sertão: Veredas

Guimarães Rosa escreveu um livro grandioso ao mostrar que o Sertão é mais que um lugar geográfico: **ele está dentro da gente!**

No sertão dos Gerais de Rosa está o Vale do Jequitinhonha e nele está a **CBL**, empresa pioneira na produção e exportação do lítio.

Nossa história tem heróis do Sertão, homens e mulheres que são protagonistas deste **novo Vale do Jequitinhonha** gerado pelas riquezas do lítio.

O lítio da CBL é do Sertão, mas como ***Grande sertão: veredas***, ganhou o mundo. E, ao ajudar a combater o aquecimento global, está fazendo este mundo melhor.

CBL

COMPANHIA BRASILEIRA DE LÍTIO

Adobe Stock

Castelo Alimentos aposta em novos usos para vinagres com lançamento de Vinagre de Álcool Aromatizado Citrus

O produto acaba de chegar ao mercado e inova com aroma purificador, de estímulo à criatividade e de sensação refrescante do citrus

A Castelo Alimentos, maior empresa de vinagres da América Latina e referência em temperos e conservas, acaba de incluir uma novidade em seu portfólio: o Vinagre de Álcool Aromatizado Citrus. Com o novo produto, a marca propõe novos usos para o vinagre, que vão além da utilização em preparos culinários, destacando a versatilidade do item.

O Vinagre de Álcool Aromatizado Citrus chega ao mercado com acidez de 6% e em embalagem de dois litros, com indicações de uso variadas que incluem conservação de arranjos de flores, neutralizador de odores de ambiente e confecção de conservas, por exemplo. Após estudos da área de desenvolvimento de produtos da Castelo Alimentos, o aroma citrus foi escolhido pela empresa devido ao seu potencial purificador, renovador, de estímulo à criatividade e à sensação refrescante.

Gislaine Pavani de Freitas, Coordenadora de Marketing da Castelo, ressalta que o produto é novidade no mercado brasileiro na categoria de vinagres com aroma. "O Vinagre de Álcool Aromatizado Citrus chega para inovar no mercado interno, uma vez que, neste lançamento, aliamos todas as propriedades do vinagre ao aroma citrus, potencialmente purificador e refrescante, tornando o produto completo para o que se propõe, indo muito além do uso culinário", explica Freitas.

Os consumidores poderão encontrar o Vinagre de Álcool Aromatizado Citrus nos pontos de vendas e marketplaces de todo o país.

No mercado desde 1905, a Castelo Alimentos, antiga Vinagre Castelo, é a maior empresa de vinagres da América Latina. Considerada uma das mais importantes indústrias de alimentos, a empresa comercializa mais de 120 produtos, desde vinagres de vinho, de arroz, maçã e saborizados, até temperos completos, molhos para salada, molhos condimentados, balsâmicos, azeites, conservas, palmitos, patês, entre outros. Nos últimos anos, a Castelo Alimentos desenvolveu um projeto de conquista do mercado internacional com a exportação de seus produtos para diversos países, como Argentina, Bolívia, Chile, Uruguai, Paraguai, Japão, Emirados Árabes, Angola, Portugal, Holanda e Inglaterra.

Shopee aumenta vendas em 10 vezes com RCS

Sistema de mensageria do Google permitiu maior conversão à varejista

Como sua empresa se comunica com seus clientes? Se a resposta não envolve o uso de canais de mensageria interativos, completos e seguros, então seu negócio pode estar perdendo diversas oportunidades de crescimento. Quem entende muito bem essa importância é a Shopee, marketplace internacional que acaba de adotar o RCS (Rich Communication Service), novo sistema de mensageria do Google, em suas estratégias corporativas, obtendo um aumento de 10 vezes em suas vendas. À frente do projeto está a Pontaltech, empresa de tecnologia especializada em comunicação omnichannel.

Fundada em 2015, no Sudeste Asiático, a Shopee se tornou uma das maiores empresas de comércio eletrônico do mercado internacional. Só no Brasil, de acordo com dados divulgados pela própria empresa, mais de três milhões de vendedores cadastraram seus negócios na plataforma, consagrando-se como um dos e-commerces mais usados pela população.

A preocupação em ofertar uma variedade de canais de comunicação para seus consumidores sempre foi uma estratégia presente no marketplace. Mas, a busca por uma melhor performance frente ao crescimento exponencial da marca foi o que a motivou a procura por uma solução mais robusta que atendesse esta necessidade. "Encontrar um novo meio de falar com o público é sempre um grande desafio. Como os recursos que estávamos utilizando deixaram de captar a atenção dos usuários, enxergamos a necessidade de investir em um canal mais interativo e atrativo que nos ajudasse a potencializar nossa comunicação", explica Felipe Yuzo, Growth Manager na Shopee.

Após analisarem as soluções disponíveis no mercado, a escolha pelo RCS foi certeira. Afinal, a tecnologia trouxe um novo padrão de comunicação digital para o mercado, dispondo de um conjunto de recursos para que a experiência do usuário seja muito mais interativa e personalizada. Ao enviar mensagens – as quais contém um selo de autenticidade do negócio assegurado pelo Google – as empresas podem inserir texto, imagem, vídeos, gif e muitos outros recursos audiovisuais, como imagens e botões

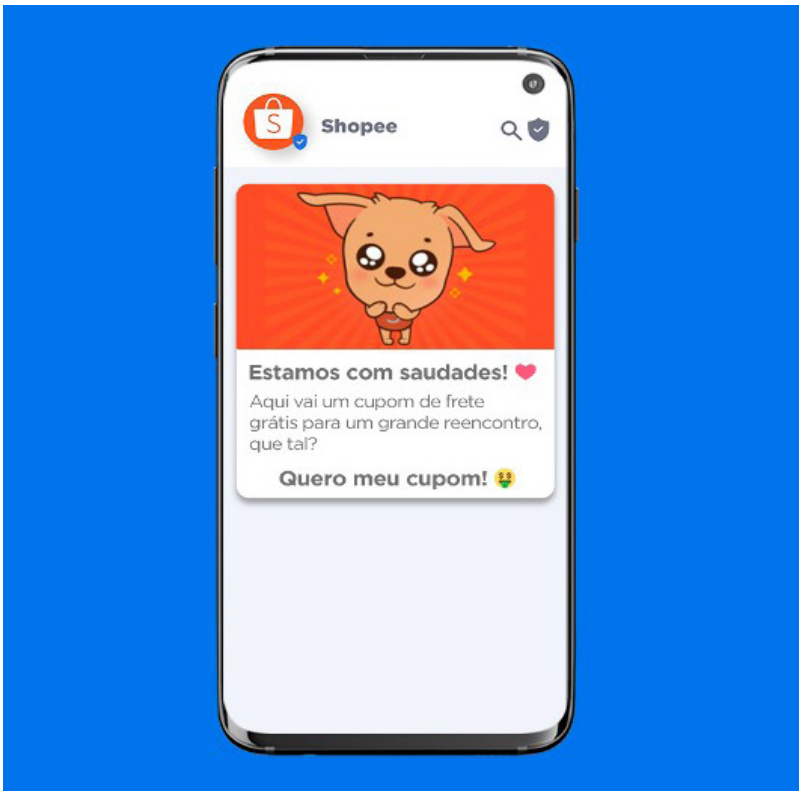
que ajudam a potencializar a comunicação da marca com seu público-alvo.

Para auxiliá-los a implementar essa solução, a Pontaltech foi o parceiro ideal. "O RCS traz mais segurança e confiabilidade para o usuário, o que contribui para a conquista de melhores resultados. No caso da Shopee, seguimos a estratégia de enviar mensagens com imagens e botões que direcionavam para o aplicativo, além de um cupom de descontos para despertar o interesse dos clientes para efetuar a compra", ressalta o CEO, Carlos Secron.

Duas bases foram separadas para este processo: uma destinada a novos usuários com o objetivo de conversão na primeira compra, e a outra focada na reativação de clientes que não haviam realizado nenhuma compra nos últimos 90 dias – ambas, acompanhadas de um cupom de desconto. No final, sua interface amigável e facilidade de interação com os recursos multimídia foram extremamente importantes para o processo de compra e trouxeram resultados extremamente positivos.

Após o final do segundo disparo em uma base processada acima de 98.400 usuários, a aderência das mensagens enviadas via RCS atingiu a marca dos 55%, com 95% de taxa de entrega conquistada. Destes, 20% foram respostas efetivas, as quais englobam pessoas que clicaram no botão de sugestão de respostas e enviaram a mensagem para a empresa.

No total, o marketplace obteve um aumento em suas vendas com o RCS, em comparação com os outros canais utilizados, como o e-mail marketing e o push notification do próprio aplicativo, além de uma taxa de respostas quatro vezes maior. Com dados fornecidos em tempo real, a Shopee também pôde entender, exatamente, para quem a mensagem chegou e, com isso, identificar quais ações se mostraram mais positivas.



Para Secron, a estruturação da base utilizada foi fundamental para obter o melhor aproveitamento possível, assim como o alcance de resultados tão satisfatórios. "O RCS é capaz de fortalecer significativamente a conexão das empresas com seus clientes, criando experiências memoráveis. Estamos muito contentes em termos ajudado a Shopee nessa conquista, na certeza de que teremos resultados cada vez melhores com essa estratégia", afirma.

As mesmas perspectivas são compartilhadas pelo marketplace, na expectativa de atingirem metas cada vez melhores com o apoio deste sistema de mensageria. "A ferramenta nos proporcionou uma performance excelente com nossos usuários. Continuaremos investindo nesse recurso para proporcionar uma comunicação mais rica, segura e interativa com nossos usuários", finaliza Yuzo.

Fundada em 2015 no Sudeste Asiático, o marketplace da Shopee se tornou uma das maiores empresas de comércio eletrônico do mercado internacional. Com mais de 100 milhões de download do aplicativo no Brasil, a empresa alcançou mais de 3 milhões de lojistas brasileiros na plataforma desde o início das suas atividades no país em 2019, que foi o primeiro mercado fora do continente asiático a receber a empresa e destacar a marca especialmente na América Latina.

Fundada em 2011, a Pontaltech é uma empresa de tecnologia especializada em comunicação omnichannel que ajuda empresas a automatizar e escalar seus atendimentos com um portfólio composto por diversos canais digitais e de voz. Com soluções integradas de SMS, e-mail, chatbot, RCS, agentes virtuais, entre outros, simplifica a comunicação das empresas com seus clientes de forma inteligente e eficiente, sem nunca perder a proximidade humana.

Rede Mater Dei e Atlântica Hospitais anunciam parceria para a construção de um novo hospital em São Paulo

Com investimento de cerca de R$ 600 milhões, empreendimento vai ocupar área de 45 mil m² na Zona Norte da capital

Ana Clara Pinho

A Atlântica Hospitais e Participações, empresa do Grupo Bradesco Seguros, e a Rede Mater Dei de Saúde anunciam joint venture para construção de um novo hospital no bairro de Santana, em São Paulo (SP). O empreendimento marca a chegada da rede hospitalar mineira, que possui nove ativos de saúde espalhados por quatro estados, à capital paulista, em uma região que, atualmente, possui alta demanda por serviços de saúde de ponta.

Com investimentos na ordem de R$ 600 milhões, o novo hospital de alta complexidade terá a Atlântica e a Rede Mater Dei de Saúde como investidoras, sendo a Rede Mater Dei de Saúde a gestora operacional. O hospital geral ocupará uma área de 45.000 m², terá aproximadamente 250 leitos individuais e ainda vai dispor de salas de cirurgia e parque tecnológico para exames de imagem de ponta. A construção ficará a cargo da BSP Empreendimentos Imobiliários, empresa que também integra o Grupo Bradesco Seguros, em contrato no formato built to suit.

Sobre a iniciativa, o diretor geral da Atlântica Hospitais e Participações, Carlos Marinelli, afirma: "Quando abordamos a importância da sustentabilidade do setor de Saúde Suplementar, não estamos falando somente de gestão de recursos, mas também da constituição de parcerias com grandes nomes do setor e da colaboração de forças com suas respectivas contribuições de expertise".

Segundo José Henrique Salvador, CEO da Rede Mater Dei, o projeto deve combinar excelência em gestão com excelência assistencial, tornando-se uma referência em atendimento médico para os paulistanos, enquanto oferece às empresas de saúde suplementar um novo parceiro com entrega de saúde de ponta na cidade. "A Rede Mater Dei de Saúde tem um profundo compromisso com o equilíbrio do ecossistema de saúde no Brasil. Por isso, investe na atração e retenção de profissionais qualificados, em inteligência artificial, na ciência de dados e em tecnologia de ponta para gerar eficiência na gestão, o que beneficia todos os atores envolvidos. Essa expertise resulta em ganhos para todos, excelência clínica para o paciente e redução de desperdícios para operadoras", finaliza José Henrique Dias Salvador, CEO da Rede Mater Dei de Saúde.

O Grupo Bradesco Seguros, conglomerado segurador da Organização Bradesco, tem atuação multilinha em âmbito nacional nos segmentos de Seguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta, atuando com empresas que detém representatividade nos respectivos segmentos: Bradesco Seguros, Bradesco Saúde, Bradesco Vida e Previdência, Bradesco Capitalização e Mediservice.

A Rede Mater Dei de Saúde, fundada em 1980, tem o paciente como o centro de tudo e está ancorada em três princípios: inteligência e humanização como pilares do atendimento; tecnologia como apoio da excelência; e solidez das governanças clínica e corporativa. Os serviços médico-hospitalares estão disponíveis para toda a família, em todas as fases da vida, com qualidade assistencial e profissionais altamente capacitados e especializados. A premissa é valorizar a vida dos nossos pacientes em cada atendimento, disponibilizando o melhor que a medicina pode oferecer.

Projeto Gerdau Transforma completa 5 anos com 30 mil beneficiados por cursos de capacitação ao empreendedorismo

Programa em parceria com Besouro de Fomento Social é voltado para quem quer montar ou aprimorar seu negócio; em 2023, 38% dos alunos aumentaram a renda depois do curso

O Gerdau Transforma, programa de capacitação e mentoria para o empreendedorismo da Gerdau em parceria com a Agência Besouro de Fomento Social, completou cinco anos com o marco de ter impactado a vida de quase 30 mil pessoas. Desde 2019, quase 6.000 alunos tiveram seus projetos incubados, dos quais 3.457 conseguiram abrir e manter seus negócios com a ajuda da mentoria no Brasil e na América Latina.

O projeto tem o objetivo de promover a inserção de pessoas em situação de vulnerabilidade social no mercado de trabalho por meio do empreendedorismo, desenvolvendo habilidades e conhecimentos de gestão.

"Essa abordagem visa não apenas capacitar, mas também contribuir ativamente para o desenvolvimento de comunidades e do entorno como um todo", afirma Vinicius Mendes Lima, CEO da Besouro, que também destaca a importância de estimular o protagonismo empreendedor. "Estamos promovendo uma mudança estrutural", completa.

Por meio da metodologia "By Necessity", criada por Vinicius, as aulas abordam temas como desenvolvimento de marca e produto, projeção de vendas, pesquisa de mercado, levantamento de custos, divulgação do negócio e conceitos financeiros. Os cursos são gratuitos e voltados para pessoas com mais de 18 anos que já têm um negócio próprio ou sonham em ter um.

Só em 2023, com a conclusão da 30ª turma, o programa capacitou mais de 1.500 empreendedores em 24 estados do Brasil. "Acreditamos que o empreendedorismo tem um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa, empoderando pessoas e moldando um futuro melhor", reforça Paulo Boneff, líder de responsabilidade social da Gerdau.

Após as 20 horas de curso, divididas em cinco dias, os alunos saem com um plano de ação pronto para ser executado e ainda passam por um período de incubação com mentorias e consultorias durante 90 dias. Neste período, solucionam dúvidas sobre o desenvolvimento do negócio em reuniões semanais e presenciais com os professores.

Alexandra Santos de Sá, de Sapucaia do Sul (RS), participou do curso em abril buscando formalizar seu negócio de confeitaria artesanal. Com o acompanhamento dos instrutores, ela obteve um CNPJ e abriu caminho para fazer parcerias com empresas, vendendo seus produtos para eventos corporativos da região. "Quero continuar expandindo para ter mais estabilidade, ao invés de ficar na gangorra das vendas sazonais", diz a empreendedora.

Além disso, o programa atua para aumentar os postos de trabalho e diversificar a renda nas comunidades em que está inserido. Esse ano, 38% dos participantes aumentaram a renda, de R$ 1.920,33 para R$ 2.648,59, após a conclusão do curso.

Com 122 anos de história, a Gerdau é a maior empresa brasileira produtora de aço e uma das principais fornecedoras de aços longos nas Américas e de aços especiais no mundo. No Brasil, também produz aços planos, além de minério de ferro para consumo próprio. Por meio da divisão de novos negócios, a Gerdau Next, atua em segmentos adjacentes ao aço. A companhia está presente em 9 países e conta com mais de 36 mil colaboradores diretos e indiretos em todas as suas operações. Maior recicladora da América Latina, a Gerdau tem na sucata uma importante matéria-prima: 71% do aço que produz é feito a partir desse material. A Gerdau também é a maior produtora de carvão vegetal do mundo, com mais de 250 mil hectares de base florestal no estado de Minas Gerais. Como resultado de sua matriz produtiva sustentável, a Gerdau tem uma das menores médias de emissão de gases de efeito estufa. As ações da Gerdau estão listadas nas bolsas de valores de São Paulo (B3), Nova Iorque (NYSE) e Madri (Latibex).

A Agência Besouro de Fomento Social, vinculada ao Grupo Besouro, é uma organização da sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, dedicada à assistência social, educacional e cultural e à inovação. Com sede em Porto Alegre (RS) e comprometida com alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, atua em parceria com governos e organizações públicas e privadas no Brasil e no exterior com o propósito de oferecer melhores condições e oportunidades de vida às pessoas e comunidades em situação de vulnerabilidade. Por meio da metodologia "By Necessity", desenvolvida por seu fundador Vinicius Mendes Lima, a Besouro oferece capacitação para a criação de negócios próprios a custos baixos ou zero, além de iniciativas relacionadas à Educação para o Futuro do Trabalho.

Supermercadistas sofrem com altas cargas tributárias no Brasil; entenda as estratégias para aumentar o lucro

Especialista em varejo explica como os tributos impactam na rotina do consumidor por meio de uma dor dos supermercadistas

Com uma legislação extensa e complexa, empresas de diversos setores sofrem para cumprir com as obrigações fiscais existentes no Brasil. Quando se fala em supermercadistas, ainda há uma atenção extra com relação às normas e impostos específicos do setor, como recolhimento do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), ISS (Imposto Sobre Serviços) e PIS/Cofins (Programa de Integração Social/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social). Diante de tantos detalhes que permeiam manter a regularidade, uma questão é latente: existe solução para que varejistas do setor alimentício driblem as altas cargas tributárias e passem ilesos das autuações e multas por não conformidade?

"Os supermercados vendem milhares de produtos diferentes e cada um tem um sistema de tributação. Um refrigerante de lata e um de garrafa podem ter tributos completamente diferentes. Essas nuances fazem com que empresas paguem valores mais altos do que deveriam ou que se encontrem em uma situação irregular, caso a contribuição seja incompleta. Alguns estabelecimentos já preveem verbas para pagamento de multas, que por sua vez são repassadas aos consumidores, por meio do aumento de preço dos itens. Consequentemente, há diminuição de margem de lucro para o varejista", explica Antônio Sá, especialista em varejo e sócio-fundador da Amicci, empresa de Gestão & Desenvolvimento de Marcas Próprias.

Para entender a fundo os impactos, é preciso analisar o que compõe o preço de um produto - uma soma de custos, margem e impostos. Porém, vale o alerta: dados do Impostômetro mostram que 20,43% do preço final dos itens da cesta básica é composto por tributos.

Como alternativa, empresas de varejo alimentício estão examinando a área fiscal para torná-la mais eficiente. No entanto, é preciso refletir que, com a inflação e desafios ligados à indústria, que podem incluir escas-

sez de mão-de-obra e logística, quem quer aumentar a lucratividade, precisa ir além.

"O lucro é extremamente afetado por conta do regime tributário. O principal ponto é pensar em um planejamento para minimizar os impactos sobre os resultados, sem falar na escolha de um regime adequado mediante as opções disponíveis para a companhia. Vale lembrar que esses fatores afetam diretamente o pagamento de impostos e a gestão financeira do negócio", alerta Sá.

COMO DRIBLAR AS ALTAS CARGAS TRIBUTÁRIAS?

O primeiro passo que um supermercadista deve seguir para minimizar os impactos fiscais é realizar um planejamento tributário visando redução de custos e riscos. "Um estudo aprofundado da situação da empresa pode jogar luz sobre oportunidades de redução da carga tributária. Com a liberação de recursos financeiros, outras áreas podem receber investimento e, se realizado com uma estratégia correta, haverá retorno. Outro ponto é a melhoria na tomada de decisão, sempre suportada pelo que os números mostram", pontua o sócio-fundador da Amicci.

O planejamento é importante, principalmente, para identificar como aproveitar incentivos fiscais, que variam de acordo com a legislação vigente no Estado. Consultar um profissional especializado, como advogado ou contador, pode ajudar a avaliar as condições. "O Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), por exemplo, garante dedução de 4% do valor gasto com a alimentação dos funcionários. Existem também os incentivos regionais, que podem incluir redução ou isenção de impostos estaduais e municipais, como o ICMS e o IPTU", explica.

A redução de impostos sobre produtos da cesta básica é um dos destaques, já que ao diminuir a carga tributária sobre os alimentos, o acesso à população é maior. De acordo com o especialista em varejo, a redução é importante, já que a pandemia da covid-19 resultou em aumento do número de desempregados e menor poder de compra. Aliado à escassez de produtos e aumento do dólar, isso faz com que os produtos subam cada vez mais. Torna-se um ciclo: as vendas caem e os custos são repassados aos consumidores, ou as margens de lucro diminuem para tentar manter um valor equilibrado.

Além disso, outras alternativas devem ser consideradas, como negociação com fornecedores em busca de melhores valores para redução de custos e melhoria na logística e cadeia de suprimentos, com o objetivo de diminuir os custos de transporte e armazenagem.

Por fim, uma das soluções, ainda pouco explorada, é a criação de marcas próprias. A principal vantagem é a margem de lucro. Além dos preços atrativos - que podem ser até 20% menores do que marcas líderes de mercado -, o consumidor é fidelizado pela qualidade dos produtos. "Posso ressaltar como demais benefícios a vantagem competitiva, flexibilidade e preenchimento de lacunas. Sem falar do poder de negociação com a indústria, que também ganha com a estratégia", diz Sá.

Com presença expressiva no Nordeste do Brasil, a rede Supermercadista GBarbosa é um exemplo de varejista que apostou no portfólio exclusivo, já composto por itens como alimentos e artigos de limpeza e higiene pessoal, além de pets e bazar, com vendas nas lojas físicas e e-commerce. Como resultado, entre 2020 e 2021, a companhia registrou um aumento de aproximadamente 70% nas vendas do quadrimestre.

Já em um dos associados da rede Unibrasil, o macarrão instantâneo de marca própria Felitá se tornou líder de vendas, com participação acima de 50% na categoria, trazendo maior rentabilidade para o negócio e fidelizando o consumidor.

"Todas as alternativas devem ser examinadas caso a caso, de acordo com o porte e situação do negócio. Contar com a ajuda de um especialista pode ser fundamental, tanto para otimizar o planejamento tributário, quanto para a aplicação de qualquer estratégia na busca de aumentar os lucros", finaliza Sá.

É preciso que a economia brasileira cresça acima da média mundial e os juros caiam em níveis mais significativos e civilizados

Em 2023 Brasil deverá crescer menos, mais uma vez, do que a média global e pagamento de juros pelo Governo pode superar R$ 750 bilhões no ano

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira
Presidente/Editor Geral de MercadoComum

A economia brasileira surpreendeu positivamente em 2023 e apresentou resultados melhores do que se esperava no início do ano, como aqueles projetados pelo mercado financeiro e que são divulgados semanalmente pelo Banco Central.

De acordo com o último Relatório Focus de 22 de dezembro último, projeta-se que o PIB – Produto Interno Bruto brasileiro venha registrar, em 2023, uma expansão de 2,92%. Ainda assim, estará ligeiramente inferior às projeções de crescimento médio da economia mundial, estimadas em 2,96% pelo FMI – Fundo Monetário Internacional, de acordo com o estudo World Economic Outlook, divulgado no início de outubro último.

A previsão de base do FMI é que o crescimento global desacelere de 3,5% em 2022 para 3,0% por cento em 2023 e 2,9% em 2024, bem abaixo da média histórica (2000–19) de 3,8%. A instituição prevê, ainda, que as economias avançadas desacelerem de

RELATÓRIO FOCUS DO BANCO CENTRAL – 30.12.2022 – Último do Ano

Mediana	Unidade	2022			2023		
		23/12/22	30/12/22		23/12/22	30/12/22	
PIB	% ao ano	+3,04	+3,04	→	+0,79	+0,80	↑
Câmbio (fim de período)	R$/US$	5,25	-	↑	5,27	5,27	→
Balança Comercial (saldo)	US$ Bilhões	+57,0	+56,9	↓	+58,8	+58,0	↓
Selic (fim de período)	% ao ano	-	-	→	12,00	12,25	↑
IPCA	% ao ano	5,64	5,62	↓	5,23	5,31	↑
IGP-M	% ao ano	5,51	-	↑	4,54	4,55	↑

RELATÓRIO FOCUS DO BANCO CENTRAL – 22.12.2022 – Último do Ano

Mediana	Unidade	2023			2024		
		15/12/23	22/12/23		15/12/23	22/12/23	
PIB	% ao ano	+2,92	+2,92	→	+1,51	+1,52	↑
Câmbio (fim de período)	R$/US$	4,93	4,90	↓	5,00	5,00	→
Balança Comercial (saldo)	US$ Bilhões	+79,8	+81,4	↑	+69,0	+71,0	↑
Selic (fim de período)	% ao ano	-	-	→	9,25	9,00	↓
IPCA	% ao ano	4,49	4,46	↓	3,93	3,91	↓
IGP-M	% ao ano	-3,46	-3,36	↑	4,09	4,07	↓

2,6% em 2022 para 1,5% em 2023 e 1,4% em 2024, à medida que o aperto das políticas comece a fazer efeito. Estima-se que os mercados emergentes e as economias em desenvolvimento tenham um declínio modesto no crescimento, de 4,1% em 2022 para 4,0% em 2023 e 2024 e que a inflação global diminua de forma constante, de 8,7% em 2022 para 6,9% em 2023 e 5,8% em 2023 e 5,8% em 2023. O ano de 2024, devido a uma política monetária mais restritiva, auxiliada pelos preços internacionais mais baixos das matérias-primas. De um modo geral, prevê-se que a inflação subjacente diminua de forma mais gradual e não se espera que a inflação regresse à meta antes de 2025, na maioria dos casos.

Durante estes 23 anos do século XXI, em apenas cinco deles (2002, 2004, 2007, 2008 e 2010) é que a economia brasileira registrou desempenho superior à média global – sendo que o último deles ocorreu em 2010. Nesse período, o crescimento do PIB nacional apresentou-se bastante inferior à média dos países emergentes ou em desenvolvimento, categoria da qual faz parte.

Na última década – 2011 a 2020 e no acumulado desse período, a economia brasileira apresentou uma expansão equivalente a apenas 10% da média registrada globalmente.

Na presente década – 2021 a 2023, o Brasil melhora o ritmo de sua economia quando comparado à média global, mas não consegue acompanhar a cadência global e permanece dissociado dos níveis dos países emergentes ou em desenvolvimento.

E os indicativos atuais, tanto do Relatório Focus do Banco Central, quanto em relação ao World Economic Outlook do FMI, apontam para 2024, mais uma vez, uma perda expressiva da dinâmica do crescimento econômico nacional, caindo o mesmo a níveis quase à metade da média prevista globalmente e a um terço dos emergentes. Entendo seja urgente reverter essas expectativas e o caminho ideal, para esse fim, continua sendo o de eleger o desenvolvimento com a meta prioritária número 1 do país, acompanhado do crescimento econômico vigoroso, consistente, contínuo e sustentável.

DESTAQUES DE 2023

Foram muitos os destaques positivos conquis-

Merece uma atenção especial a tabela a seguir:

TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL DO PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO - MUNDO X BRASIL - 2001/2023 – Em %

Ano	Mundo	Brasil	Emergentes
2001	2,46	1,39	3,64
2002	2,90	**3,05**	4,45
2003	4,26	1,14	6,92
2004	5,42	**5,76**	7,88
2005	4,85	3,20	7,10
2006	5,41	3,96	7,88
2007	5,56	**6,07**	8,38
2008	3,10	**5,09**	5,73
2009	-0,08	-0,12	2,83
2010	5,44	**7,53**	7,39
Média	3,93	3,71	6,22
Acumulada	46,84	43,55	82,55
2011	4,25	3,97	6,33
2012	3,52	1,92	5,36
2013	3,41	3,01	4,98
2014	3,53	0,50	4,71
2015	3,43	-3,55	4,33
2016	3,24	-3,28	4,39
2017	3,76	1,32	4,76
2018	3,63	1,78	4,65
2019	2,80	1,22	3,60
2020	-2,80	-3,28	-1,78
Média	2,88	0,36	4,13
Acumulada	32,48	3,32	49,67
2021	6,34	4,76	6,88
2022	3,48	3,02	4,09
2023*	2,96	2,92	3,97
Média	4,26	3,57	4,98
Acumulada	13,30	11,08	15,67

*Previsões

Em azul: Anos em que o PIB brasileiro cresceu mais do que a média mundial

Fonte: World Economic Outlook/FMI – Oct 2023

Fonte: IBGE/IPEADATA/MinasPart Desenvolvimento – Elaboração: MercadoComum

Exportações						
	Acum. no mês			Acum. no ano		
	2023	2022	Var. YoY	2023	2022	Var. YoY
Soja	US$ 1,6 bi	US$ 1,3 bi	30,4%	US$ 64,1 bi	US$ 57 bi	12,5%
Petróleo bruto	US$ 2,3 bi	US$ 3,2 bi	-29,3%	US$ 40,9 bi	US$ 41,3 bi	-0,8%
Minério de ferro	US$ 1,8 bi	US$ 1 bi	78,5%	US$ 28,7 bi	US$ 27,8 bi	3,2%
Açúcar	US$ 0,8 bi	US$ 0,8 bi	-0,1%	US$ 14,5 bi	US$ 10,9 bi	32,8%
Carne bovina	US$ 0,4 bi	US$ 0,4 bi	9,1%	US$ 9 bi	US$ 11,5 bi	-21,5%
Importações						
	Acum. no mês			Acum. no ano		
	2023	2022	Var. YoY	2023	2022	Var. YoY
Combustíveis	US$ 0,8 bi	US$ 1,3 bi	-36,0%	US$ 16,4 bi	US$ 22,3 bi	-26,7%
Adubos ou fertilizantes quím.	US$ 0,6 bi	US$ 1,3 bi	-51,0%	US$ 14,1 bi	US$ 24,8 bi	-43,3%
Componentes eletrônicos	US$ 0,4 bi	US$ 0,4 bi	-2,9%	US$ 8,8 bi	US$ 3,5 bi	150,4%
Telecomunicação	US$ 0,2 bi	US$ 0,3 bi	-27,7%	US$ 5,5 bi	US$ 6,4 bi	-14,1%
Partes de automóveis	US$ 0,3 bi	US$ 0,3 bi	-9,9%	US$ 7,1 bi	US$ 7,4 bi	-3,9%

tados pelo Brasil durante o ano de 2023 e, entre vários, cabe destacar alguns deles:

Em função do crescimento econômico houve geração de 2 milhões de empregos e, com isso, o desemprego alcançou 7,5% (dados de novembro), o menor nível desde novembro de 2014.

A taxa de Inflação – IPCA divulgada pelo IBGE atingiu 4,53% em 2023, inferior aos níveis de 5,78% do ano anterior e expressivamente menor aos 10,06% apurados em 2021.

A taxa de juros básica da economia brasileira, a SELIC, reduziu-se de 13,75% no final de 2022 para 11,75% no fim de 2023, mas poderia ter sofrido quedas mais acentuadas em função da queda da inflação e de um maior controle em nível internacional, não se verificando a ocorrência de possíveis crises financeiras nem outros traumas externos que poderiam contaminar internamente o cenário nacional. No entanto, a SELIC média anual, que foi de 4,81% ao ano em 2021 e elevou-se para 12,63% ao ano em 2022 – atingiu o patamar de 13,25% em 2023 – correspondendo a uma taxa real de juros de 8,23% ao ano (descontado o IPCA médio) – considerada a mais elevada desde 2006. O país perdeu a liderança no ranking da maior taxa de juros real do mundo e, no entanto, agora situa-se em 2º lugar.

A cotação do dólar norte-americano em relação ao real também registrou queda, cabendo destacar as cotações médias que se reduziram de R$ 5,40 em 2021, para R$ 5,16 em 2022 e R$ 4,99 em 2023.

O Ibovespa, principal índice da Bolsa de Valores brasileira, encerrou o ano com uma alta acumulada de 22,29%. O avanço representa o melhor resultado desde 2019, quando subiu 31,58%. O índice fechou o ano de 2023 em 134.185,23 pontos – considerado um recorde histórico.

Na 3ª semana de dezembro, o saldo comercial brasileiro somou quase US$ 1,1 bilhão, quando as exportações foram de US$ 6,1 bilhões e as importações, de US$ 5,1 bilhões. No ano, o resultado acumulado é de US$ 94,2 bilhões, versus US$ 61,5 bilhões no acumulado de janeiro a dezembro de 2022. A média das exportações no mês é de US$ 1,4 bilhão/dia (+17,2% quando comparado anualmente). Petróleo, minério de ferro e soja lideraram as vendas no mês, nessa ordem. As importações no mês registraram uma média de US$ 0,9 bilhão/dia (-1,6% anual). Combustíveis e fertilizantes foram os principais produtos comprados no mês. Aprojeção para o saldo comercial no mês é de US$ 9,1 bilhões.

A S&P elevou o rating soberano do Brasil para BB, de BB- e a perspectiva ficou estável. Entre os fatores para a melhora do rating foi citada a aprovação da reforma tributária, que deu prosseguimento à agenda de reformas estruturais, iniciada no governo Temer. Na visão da S&P, esta reforma poderá resultar em ganhos de produtividade no longo prazo. Também foram destacados outros fundamentos como a forte posição externa do país, o regime de câmbio flexível, uma política monetária sob o regime de metas de inflação, conduzida por um Banco Central autônomo, o desenvolvimento dos mercados de capitais e de dívida mitiga o risco de rolagem da dívida do governo soberano e permite que este mantenha uma composição favorável da dívida, denominada majoritariamente em moeda local.

As Reservas Cambiais do país (Conceito de Liquidez Internacional) voltaram a registrar expansão e estima-se que tenham alcançado US$ 333 bilhões, também no final de 2023 – para uma Dívida Externa Bruta de US$ 329,96 bilhões.

Juros continuam consumindo maior parte das receitas públicas e devem superar R$ 750 bilhões em 2023

O Setor Público Consolidado registrou superávit primário de R$ 14,8 bilhões em outubro, ante superávit de R$27,1 bilhões em outubro de 2022. Houve superávit de R$ 19,5 bilhões no Governo Central, e déficits de R$ 3,9 bilhões nos governos regionais e de R$ 805,0 milhões nas empresas estatais. Nos doze meses encerrados em outubro, o Setor Público Consolidado registrou déficit de R$ 114,2 bilhões, equivalente a 1,08% do PIB (0,11 p.p. superior ao déficit acumulado até setembro).

O montante dos juros nominais do Setor Público Consolidado, apropriados por competência, somou R$ 61,9 bilhões em outubro de 2023, comparativamente a R$ 41,6 bilhões no mesmo mês de 2022. O resultado menos favorável das operações de swap cambial no período contribuiu para esse aumento (ganho de R$ 12,8 bilhões em outubro de 2022 e de R$ 1,8 bilhão em outubro de 2023), além do próprio crescimento do estoque do endividamento líquido. No acumulado em doze meses, os juros nominais alcançaram R$ 720,1 bilhões (6,80% do PIB) em outubro de 2023, ante R$ 573,2 bilhões (5,88% do PIB) nos doze meses até outubro de 2022.

O resultado nominal do Setor Público Consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R$ 47,1 bilhões em outubro. No acumulado em doze meses, o déficit nominal alcançou R$ 834,3 bilhões (7,88% do PIB), 0,26 p.p. do PIB superior ao déficit acumulado até setembro.

A taxa média real da SELIC – isto é – deflacionada pelo IPCA alcançou, em 2023, o maior nível desde 2006, conforme tabela apresentada a seguir:

Ano	SELIC REAL	Ano	SELIC REAL
2006	11,60	2015	2,63
2007	7,20	2016	7,41
2008	6,27	2017	6,77
2009	5,37	2018	2,72
2010	3,86	2019	1,58
2011	4,97	2020	-1,63
2012	2,48	2021	-4,77
2013	2,39	2022	6,47
2014	4,34	2023	8,42

Fonte: Bacen, IpeaData, LCA e MinasPart Desenvolvimento
Elaboração: MercadoComum

DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (DLSP) E DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL (DBGG)

A DLSP atingiu 60,0% do PIB (R$ 6,4 trilhões) em outubro, mantendo-se estável em relação ao mês anterior. Essa estabilidade refletiu sobretudo os impactos dos juros nominais apropriados (aumento de 0,6 p.p.), do superávit primário (redução de 0,1 p.p.), da desvalorização cambial de 1,0% no mês (redução de 0,1 p.p.), e do efeito da variação do PIB nominal (redução de 0,4 p.p.). No ano, o aumento de 2,9 p.p. na relação DLSP/PIB resultou, em especial, das contribuições dos juros nominais apropriados (aumento de 5,8 p.p.), do déficit primário (aumento de 0,8 p.p.), do efeito da valorização cambial acumulada de 3,1% (aumento de 0,4 p.p.), do reconhecimento líquido de ativos (redução de 0,2 p.p.), de privatizações (redução de 0,2 p.p.), e do crescimento do PIB nominal (redução de 3,7 p.p.).

A DBGG – Governo Federal, INSS e governos estaduais e municipais – atingiu 74,7% do PIB (R$ 7,908 4 bilhões), elevando-se 0,3 p.p. do PIB em relação ao mês anterior. Esse resultado foi impactado, em especial, pela evolução dos juros nominais apropriados (aumento de 0,6 p.p.), pela emissão líquida de dívida (aumento de 0,1 p.p.) e pelo efeito da

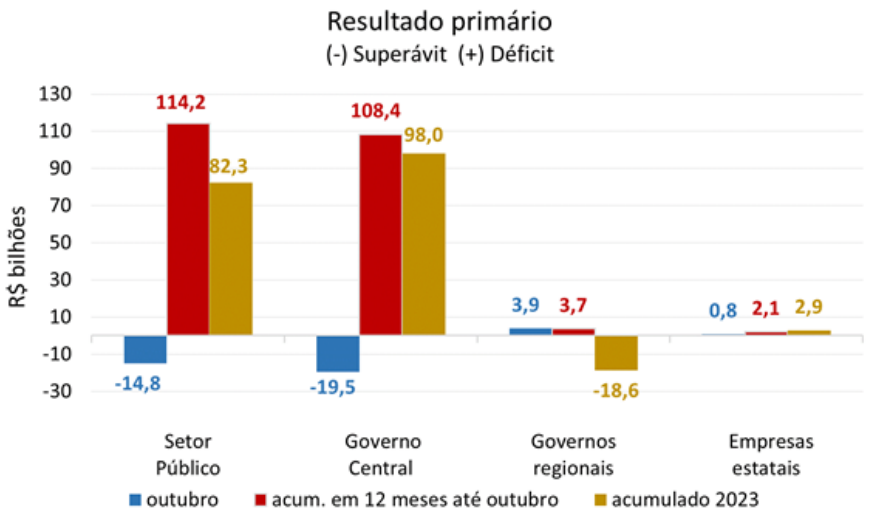
variação do PIB nominal (redução de 0,5 p.p.). No ano, o crescimento de 1,8 p.p. na relação DBGG/PIB resultou sobretudo dos juros nominais apropriados (aumento de 6,4 p.p.), das emissões líquidas de dívida (aumento de 0,2 p.p.), do efeito da valorização cambial acumulada (redução de 0,1 p.p.), e do efeito da variação do PIB nominal (redução de 4,7 p.p.).

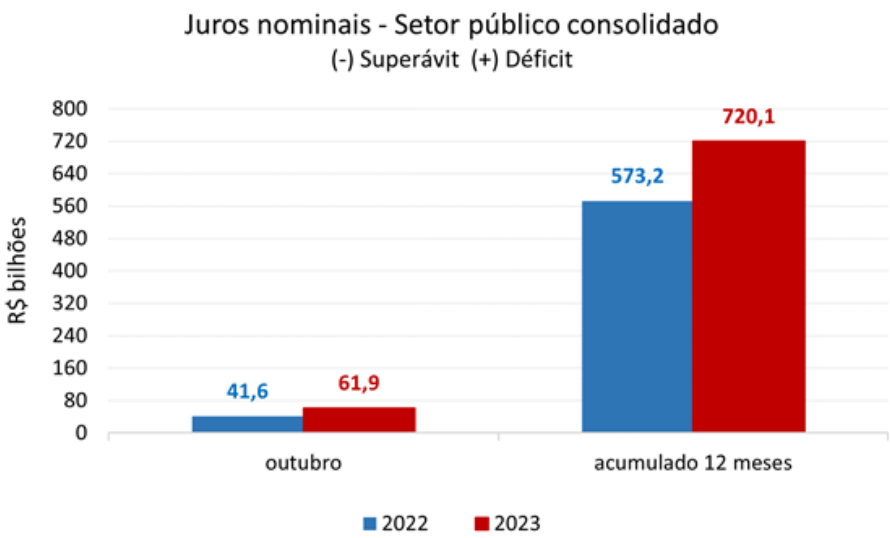
Finalizo, a seguir, com um texto que publiquei em meu mais recente livro intitulado "JK: Doutor em Desenvolvimento – Um Mineiro à Frente de seu Tempo" e que considero oportuno ser lido, adicionalmente, como uma reflexão após este artigo:

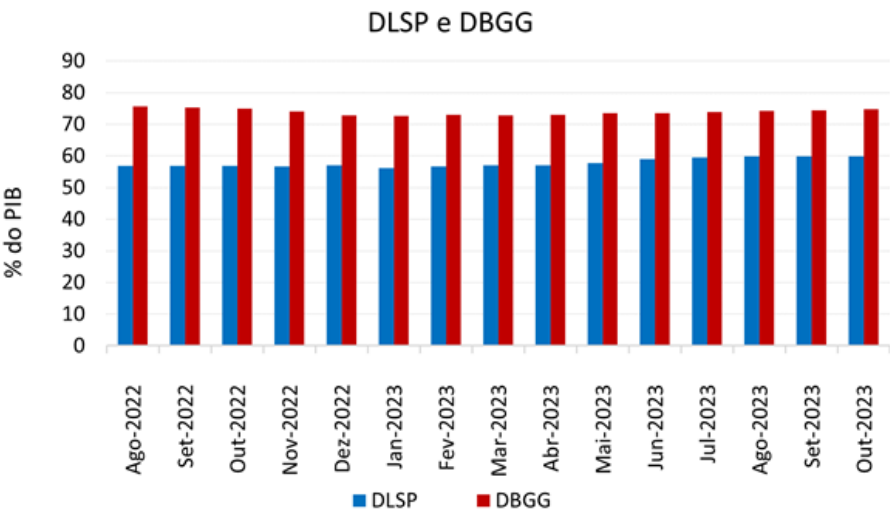
Os brasileiros precisam recuperar a bandeira de nossas bandeiras, que é a Esperança!

É urgente o Brasil se reconciliar com o crescimento econômico vigoroso, consistente, contínuo, sustentável e eleger o desenvolvimento como a nossa meta prioritária número 1!

O crescimento econômico vigoroso deve deixar de ser apenas uma casualidade, uma questão episódica, uma efemeridade ou um acontecimento meramente fortuito para se transformar, efetivamente, na grande meta econômica nacional, permeando a convolação do País em uma economia madura e desenvolvida. Nesta direção, já tivemos antes, vários exemplos de sucesso e que poderiam nos servir de ins-







piração, como foi o caso do Plano de Metas, implementado durante o Governo JK.

País que não cresce é país condenado à pobreza e ao subdesenvolvimento, e, por isso, torna-se imprescindível o estabelecimento de uma "Agenda Estratégica para o Desenvolvimento Nacional" – em que a transformação do Brasil em nação desenvolvida seja o grande objetivo.

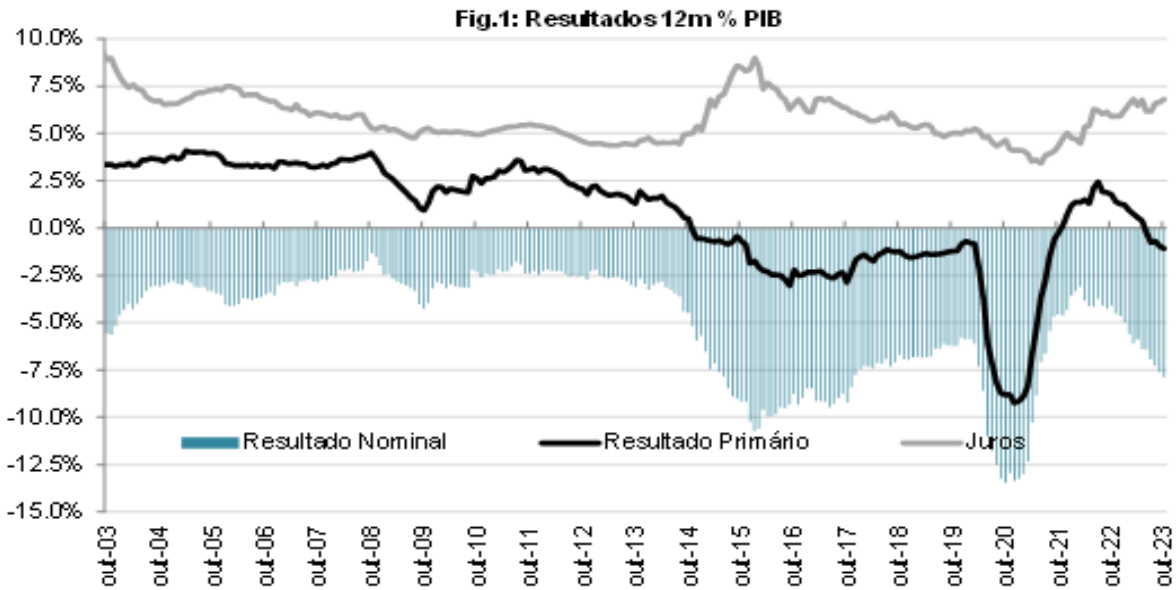
Quadro 1: Resultado primário do setor público

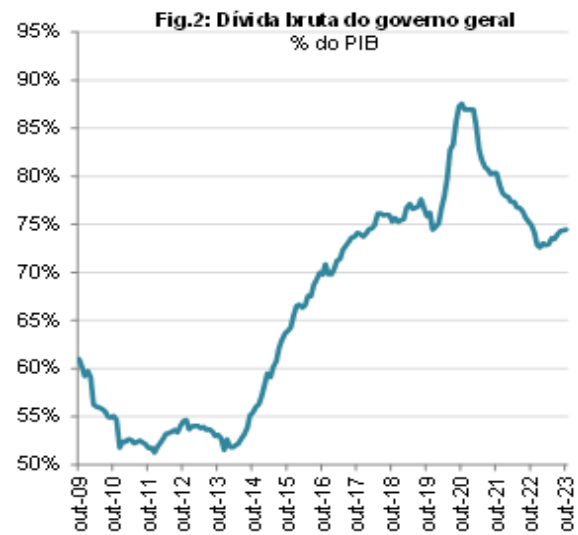
Discriminação (R$ bilhões)	out-22	set-23	out-23
Nominal	**-14.5**	**-99.8**	**-47.1**
Governo Central	-2.7	-89.2	-32.6
Governos regionais	-12.1	-9.6	-13.2
Empresas estatais	0.3	-0.9	-1.3
Juros nominais	**-41.6**	**-81.7**	**-61.9**
Governo Central	-32.9	-72.7	-52.1
Governos regionais	-8.3	-8.6	-9.3
Empresas estatais	-0.4	-0.4	-0.5
Primário	**27.1**	**-18.1**	**14.8**
Governo Central	30.2	-16.5	19.5
Governos regionais	-3.9	-1.1	-3.9
Empresas estatais	0.7	-0.5	-0.8

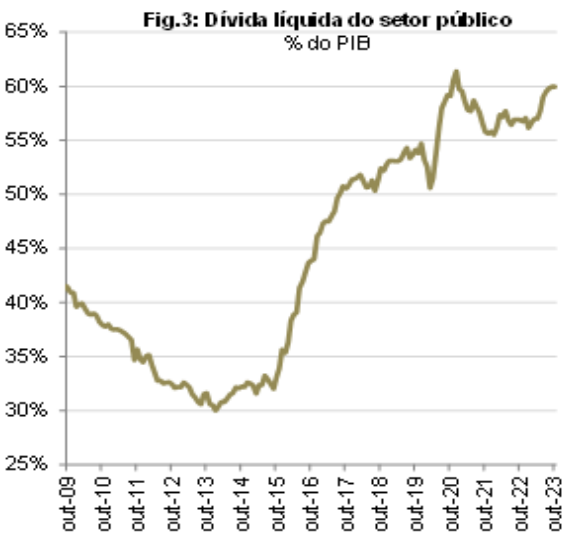
(-) déficit (+) superávit

Fonte: BCB

JK já afirmava que as maiores ameaças à democracia são a miséria, o desemprego e o subdesenvolvimento. Ao longo destas últimas três décadas, a busca obsessiva pela estabilidade econômica tem nos ofuscado todas as possibilidades de colocar o desenvolvimento como a nossa grande, prioritária e fundamental meta nacional, e corremos ainda o risco de ficarmos durante os próxi-



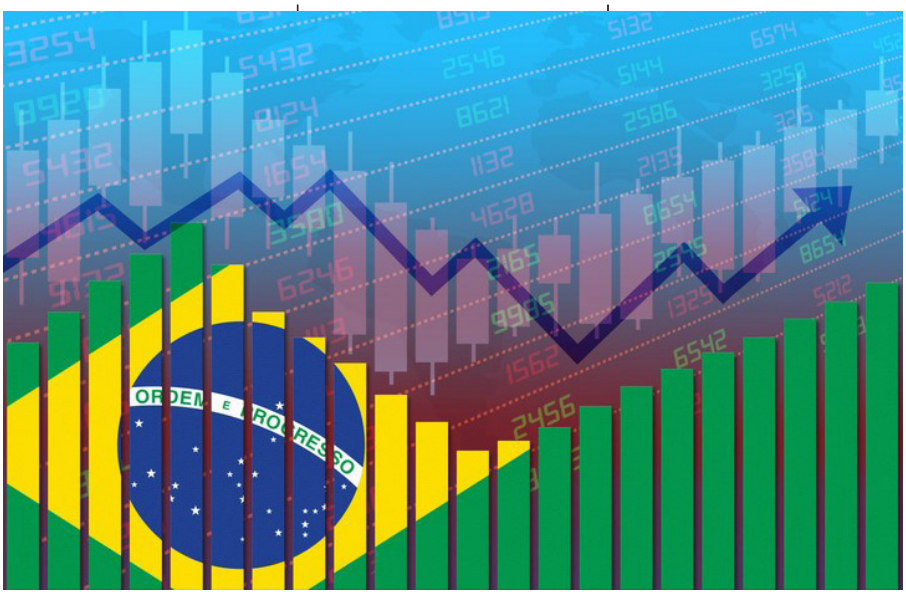




BRASIL – INDICADORES MACROECONÔMICOS – 2021/2023

	2021	2022	2023
Atividade Econômica			
PIB – US$ bilhões	1.649,37	1.919,75	2.176,31
PIB-Variação real anual – Em %	4,76	3,02	2,92
PIB Per Capita-Variação real anual – Em %	4,10	2,39	2,31
Taxa de Desemprego – PNAD -Média anual %	13,23	9,27	7,90
Preços, Câmbio, Juros e Bolsa			
IPCA- IBGE – Variação Anual – Em %	10,06	5,78	4,53
IGP-M – FGV – Variação Anual – Em %	17,78	5,45	-3,18
R$/US$ - Final de Período	5,58	5,22	4,85
R$/US$ - Média Anual	5,40	5,16	4,99
SELIC – Final de Período – Em %	9,25	13,75	11,75
SELIC – Média Anual – Em %	4,81	12,63	13,25
EMBI+ Brasil – Pontos	337	259	205
IBOVESPA – Pontos	104.864	109.735	134.185
Balanço de Pagamentos			
Exportações – US$ bilhões	280,81	334,23	338,15
Importações – US$ bilhões	219,41	272,63	239,77
Saldo – US$ bilhões	61,41	61,60	98,38
Transações Correntes – Saldo US$ bilhões	-46,36	-55,67	-34,04
IED-Invest. Estrang. Diretos – US$ bilhões	46,44	90,57	54,34
Reservas Cambiais – US$ bilhões	362,20	324,70	333,00
Dívida Ext. Bruta – US$ bilhões	325,44	319,63	329,96
Finanças Públicas			
Resultado Primário – Setor Público Consolidado - Em % do PIB	0,73	1,27	-1,37
Resultado Nominal – Setor Público Consolidado - Em % do PIB	-4,31	-4,64	-10,01
Dívida Bruta – Governo Geral – Em % do PIB	78,3	72,9	76,4
Dívida Líquida – Governo Geral – Em % do PIB	55,8	57,1	62,7

Observação: Alguns dados relativos a 2023 ainda são estimados
Fontes: Bacen, IBGE, IPEADATA, LCA Consultores e MinasPart Desenvolvimento. Elaboração: MercadoComum



mos vinte anos relegando o crescimento vigoroso pela discussão centrada apenas no ajuste e no equilíbrio das contas públicas.

JK também já alertava que é preciso que nos capacitemos, de uma vez para sempre, de que o desenvolvimento do Brasil é uma condição ligada à nossa sobrevivência num mundo que se impõe, mais e mais, pela força de sua vertiginosa marcha técnica. Não temos de nos desenvolver apenas por ambição mesmo justa, mas desenvolver para sobreviver.

SEM INVESTIMENTO NÃO HÁ HIPÓTESE DE DESENVOLVIMENTO!

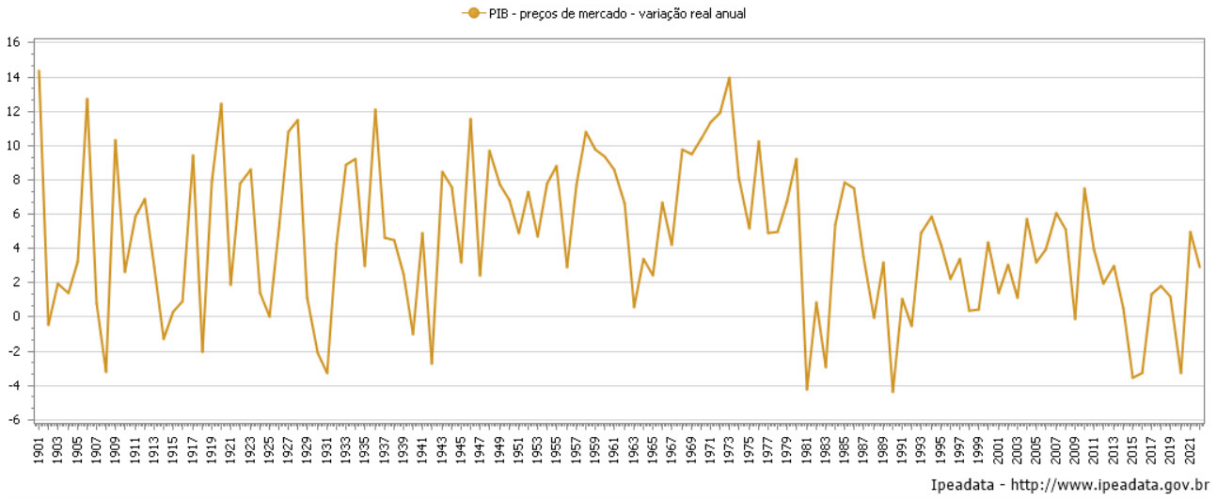
Já tivemos antes a oportunidade, juntamente com vários outros colegas economistas, de ressaltar a necessidade de compreendermos a importância da retomada do crescimento econômico; alguns equívocos têm permeado as políticas econômicas do País e, se persistirem, obstruirão inapelavelmente qualquer tentativa de relançamento da economia brasileira de volta ao caminho do desenvolvimento. Não basta apenas crescer. É necessário que o crescimento da nossa economia supere a média mundial e possa se compatibilizar com o nível de expansão das economias dos países emergentes. E, ainda, que incorpore outros elementos, como as da qualidade, da produtividade e da competitividade.

Um desses equívocos diz respeito à crença de que a estabilidade econômica é condição prévia à retomada do desenvolvimento do País. Primeiro a estabilidade, só depois o desenvolvimento. Sendo assim, as políticas de estabilização assumem um caráter de primazia absoluta, subordinando e sufocando todas as outras políticas. Apequena-se a política econômica, amesquinham-se os objetivos para a economia do País. E já lá se vão algumas décadas de busca inglória da miragem da estabilidade.

Evidentemente, ninguém, em sã consciência, há de negar a necessidade de as economias nacionais ostentarem bons e saudáveis fundamentos macroeconômicos. O caminho da estabilidade deve ser concebido e implementado, no bojo de uma política de desenvolvimento para o País. A estabilidade não precede o desenvolvimento; ao contrário, é a estratégia de desenvolvimento do País que deve, simultaneamente, orientar e contextualizar as opções da política macroeconômica. Até porque, ao contrário do que se costuma propagar, os caminhos possíveis para se alcançar a estabilidade econômica são vários.

Outro desses equívocos é imaginar que apenas o ajuste fiscal e algumas reformas – como a previdenciária - também devem ser considerados como condições prévias à retomada do desenvolvimento. Da mesma forma colocada em relação à estabilidade econômica, deve-se privilegiar – concomitantemente - a expansão econômica que produzirá ganhos generalizados e, em especial, aumentos da arrecadação tributária. Cabe destacar que, quando um denominador é baixo, todos os numeradores podem ser considerados altos – o que se aplica efetivamente no tocante à questão das receitas e despesas públicas. Quando há declínio da atividade econômica, como ocorre nos anos mais recentes – a produção nacional não cresce – os lucros se transformam em prejuízos para empresas e, com isso, não há como gerar Imposto de Renda e outras receitas.

Aspecto fundamental para superar a questão do fraco crescimento econômico, em primeiro lugar, passa pelo resgate da confiança, da credibilidade e do otimismo, para considerarmos que esta situação crítica pela qual hoje atravessa o país não seja considerada contínua, definitiva ou duradoura. Sempre o Brasil deu provas concretas de sua capacidade para superar os seus principais problemas e entraves, de forma eficiente e rápida, mas isso depende, principalmente, da inadiável exigência de realização de profundas reformas políticas, sociais e econômicas, bem como torna-se hoje imperativo desideologizar



e despolitizar o debate econômico, sintonizando-nos com as várias transformações em curso na economia internacional para lhes captar as tendências mais prováveis de realização e aqui antecipá-las na sua implementação.

O Brasil está acometido de uma doença que intitulo de "síndrome do raquitismo econômico" – em função do intenso declínio dos seus níveis de produtividade e pela constante retração da atividade econômica, principalmente quando comparados com as médias mundiais. A constatação, como já mencionado anteriormente, é que desaprendemos a crescer, e a nossa máquina propulsora do crescimento econômico vigoroso e contínuo enferrujou-se ou está quebrada. País que não cresce está condenado ao ananismo, ao atraso e ao empobrecimento. Isso potencializa tensões e perspectivas sociais explosivas - podendo colocar em risco a ainda incipiente democracia brasileira.

É indispensável, ademais, recuperar a nossa capacidade de planejamento estratégico de longo prazo, que entendo, deva ter, como fundamento básico, a nossa transformação em Nação desenvolvida. É preciso nos sintonizar com as rápidas e importantes transformações por que passa a economia internacional, a sua estrutura produtiva e as novas dimensões trazidas por novos e potenciais mercados, como seriam os casos da China e Índia, além de outros.

Para isso ocorrer, é preciso formar uma "intelligentsia" nacional com o objetivo de se definir que, para a nossa transformação rumo ao desenvolvimento, será exigida, como a primeira de todas as metas, a do crescimento econômico vigoroso, consistente, contínuo e sustentável. Nesse sentido, ganha relevância e requer ênfase especial as prioritárias questões da inovação tecnológica, da produtividade, da qualidade e competitividade, da eficácia e melhoria da educação em todos os seus níveis.

O Brasil foi um dos países que mais cresceram no século passado e, durante a sua 2ª metade, o crescimento vigoroso da economia nacional ficou conhecido como "Milagre Brasileiro". Em todo o século XX, o PIB nacional registrou declínio em apenas 13 ocasiões. A título de ilustração, no período de 1957 a 1976, o PIB nacional contabilizou expansão média anual de 8% e, no acumulado, o aumento atingido foi de 365% - ou seja, a economia brasileira praticamente quadruplicou de tamanho em apenas 20 anos. Portanto, a história já nos demonstrou e comprova que sabemos fazer desenvolvimento e crescimento econômico expressivo.

*CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

*Administrador, Economista e Bacharel em Ciências Contábeis, com vários cursos de pós graduação no Brasil e exterior. Ex-Executive Vice-Presidente e CEO do Safra National Bank of New York, em Nova Iorque, Estados Unidos. Ex-Presidente do BDMG-Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais; Foi Secretário de Planejamento e Coordenação Geral e de Comércio, Indústria e Mineração; e de Minas e Energia do Governo de Minas Gerais; Também foi Diretor-Geral (Reitor) do Centro Universitário Estácio de Sá de Belo Horizonte; Ex-Presidente do IBEF Nacional – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças e da ABDE-Associação Brasileira de Desenvolvimento; Atualmente é Coordenador Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico; Presidente da ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais. Presidente da MinasPart Desenvolvimento Empresarial e Econômico, Ltda. Vice-Presidente da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas. Presidente/Editor Geral de **MERCADOCOMUM**. Autor de vários livros, como a coletânea intitulada "Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento".*

JK: LIVRO INÉDITO SOBRE EX-PRESIDENTE FOCA EM SUA VISÃO DE FUTURO E ESPÍRITO DESENVOLVIMENTISTA

INFORMAÇÕES TÉCNICAS

Após o lançamento, o livro "JK: Doutor em Desenvolvimento – Um Mineiro à Frente de seu Tempo" que ocorreu no dia 20 de novembro e que também foi comemorativo dos 30 anos da revista MercadoComum, a edição poderá ser encontrada, inicialmente, apenas junto à referida publicação:

Tel: 31 3281-6474 – revistamc@uol.com.br
Rua Padre Odorico, 128 – 10º Andar
30.330-040 – BELO HORIZONTE – MG
www.mercadocomum.com

VALOR DO LIVRO:
Retirada na sede de MercadoComum: R$ 100,00
Envio para Belo Horizonte e Interior
de MG: R$ 120,00
Outros Estados: R$ 140,00

PAGAMENTO:
Via PIX: 70.954.383/0001-12
Crédito em C/C:
A favor de MinasPart Comunicação, Ltda.
Banco Itaú (341) - Agência 3176 - Conta 05630-1

INFORMAR:
- Nome do adquirente
- Endereço Postal
- CEP

MercadoComum®
HÁ 30 ANOS FORMANDO OPINIÕES!

SOBRE O AUTOR:

***Carlos Alberto Teixeira de Oliveira** é Administrador, Economista e Bacharel em Ciências Contábeis, com vários cursos de pós graduação no Brasil e exterior. Ex-Executive Vice-Presidente e CEO do Safra National Bank of New York, em Nova Iorque, Estados Unidos. Ex-Presidente do BDMG-Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais; Foi Secretário de Planejamento e Coordenação Geral e de Comércio, Indústria e Mineração; e de Minas e Energia do Governo de Minas Gerais; Também foi Diretor-Geral (Reitor) do Centro Universitário Estácio de Sá de Belo Horizonte; Ex-Presidente do IBEF Nacional – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças e da ABDE-Associação Brasileira de Desenvolvimento; Atualmente é Coordenador Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico; Presidente da ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais. Presidente da MinasPart Desenvolvimento Empresarial e Econômico, Ltda. Vice-Presidente da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas. Presidente/Editor Geral de MERCADOCOMUM. Autor de vários livros, como a coletânea intitulada "Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento".*

A vida, obra e trajetória do ex-presidente Juscelino Kubitschek já rendeu livros, filmes, documentários, minissérie na TV e até podcasts. E a julgar pelas informações que não param de surgir, ainda vai render muito material para pesquisa. Que o diga o economista Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, que irá lançar o livro "JK: Doutor em Desenvolvimento – Um Mineiro à Frente de seu Tempo", no dia 20 de novembro, às 19h no Automóvel Clube, em Belo Horizonte – Minas Gerais.

O lançamento da edição ocorreu no dia 20 de novembro por ocasião do 25º Prêmio Minas – Desempenho Empresarial – Melhores e Maiores Empresas 2023", evento organizado por MercadoComum - publicação de Economia, Finanças e Negócios e que, neste ano, completa 30 anos. O autor, que é diretor-presidente do MercadoComum, já havia anteriormente escrito outros três livros sobre JK totalizando 6 volumes, quase 5.000 páginas e, com a nova publicação, pretende reforçar os ensinamentos e lições do ex-presidente, para que sejam resgatadas e não fiquem esquecidas. "Até porque eles continuam plenamente válidos para os dias atuais. O Brasil tem que pensar grande e buscar o crescimento econômico vigoroso, consistente, contínuo e sustentável como meta prioritária número 1 e acima da média global. Aliás, o desenvolvimento foi praticamente abolido das políticas públicas adotadas pelo país, principalmente nestes últimos 30 anos", afirma Carlos Alberto.

O que transparece no livro de 704 páginas é a visão de grandeza de Juscelino e a sua antevisão do futuro. Haja visto o projeto da Pampulha, projetada quando ele foi prefeito de BH, e que significou o marco inicial de uma nova arquitetura, depois consolidada com a construção de Brasília. Carlos Alberto Teixeira destaca um recorte do período de JK em Minas Gerais e selecionou alguns discursos da época em que ele esteve à frente da capital mineira, e depois, como governador do Estado. Nesse sentido, todo o material publicado é inédito e pouco conhecido.

Carlos Alberto lembra que, antes de Juscelino, falava-se muito em progresso, mas foi JK que praticamente introduziu a palavra "Desenvolvimento" no nosso vocabulário. "Procurei, principalmente, associar Juscelino a um novo pensamento econômico, que é o seu traço mais importante, essa chamada ao desenvolvimento. E isso o acompanhou durante toda a sua vida principalmente, após conhecer e morar na França e conhecer vários outros países, como os EUA, que vivia um ritmo desenvolvimentista muito forte, com o pós-guerra".

FAKE NEWS

Neste novo livro, o autor procurou desmitificar e derrubar algumas histórias e infundadas críticas, como a de que Juscelino teria sido o causador da inflação no Brasil. "Eu comprovo que ela já vigorava e prevalecia no país antes da sua posse, com percentuais elevados, e ele procurou combatê-la de forma coerente e prática. Nesse sentido, JK afirmava que a melhor forma de combater a inflação e o custo de vida era produzir mais, com mais qualidade e custos menores e defendia o aumento da produtividade industrial brasileira". Outra ficção, segundo ele, é a de que o custo da construção de Brasília levou ao endividamento do país. "Tal alegação também não procede. A capital brasileira, segundo o ex-ministro Roberto Campos, teria custado, no máximo 3,5%, do PIB nacional, o que equivaleria, nos dias de hoje, a cerca de US$ 70 bilhões. "Esse valor, considerando-se o dólar atualmente cotado a R$ 5,00 - equivale a R$ 350 bilhões. Ora, esse montante representa apenas a metade de tudo quanto o setor público brasileiro – União, Estados e Municípios gastará, neste ano, no pagamento de juros sobre a dívida pública consolidada. De outro lado, a dívida pública total no final do governo de JK representava menos de 5% do PIB brasileiro. O que representa isso, nos dias atuais, quando a dívida pública bruta brasileira consolidada aproxima-se de 75% do PIB?", conclui Teixeira de Oliveira.

Reforma Tributária trará incertezas para a economia do país já a partir de 2024

Texto aprovado na Câmara dos Deputados mantém impactos negativos para o empresariado e os contribuintes, como aumento de tributos e de burocracia, além de prejudicar competitividade dos pequenos negócios

Mesmo depois de uma longa tramitação entre as duas casas do Congresso Nacional, a Reforma Tributária (PEC 45/2019), agora perto de ser sacramentada pelo governo, significará um cenário de incerteza ao país já a partir de 2024. O texto final foi lido e aprovado na Câmara dos Deputados nesta sexta-feira (15) sem alterações significativas no escopo que já havia passado pelos senadores em meados de novembro.

Como a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) vem afirmando, a reforma ainda suscita muitas dúvidas aos contribuintes e ao empresariado de todos os portes e segmentos, principalmente porque pontos essenciais serão regulamentados, a partir de agora, por meio de leis complementares.

Uma dessas incertezas é sobre a alíquota do IVA — que, se ficar como previsto pelo próprio Ministério da Fazenda, será o maior do mundo: 27,5%, superando a Hungria (27%). Ainda que o escopo aprovado na Câmara tenha mantido uma trava a elevações futuras de arrecadação, ela não é suficiente para mudar uma conjuntura de curto prazo em que os brasileiros pagarão mais tributos (e mais altos).

A alta da carga tributária foi uma discussão presente em diferentes propostas de reforma ao longo dos últimos anos e, por isso mesmo, tem sido uma crítica constante da FecomercioSP neste período. Desde que a tramitação da PEC 45/2019 avançou no Congresso, esse apontamento se manifestou em diversas oportunidades – tanto publicamente, na imprensa e em debates organizados pela

Entidade, quanto em reuniões com parlamentares, lideranças do Executivo e partidos políticos. Não é uma preocupação trivial já que, hoje, os tributos correspondem a quase 34% do PIB do Brasil.

JUDICIALIZAÇÃO

Em suma, apesar de aprovada, a nova legislação ainda não está pronta. Mais do que isso, não fornece garantias de que será possível atingir o principal objetivo de uma reforma tributária almejada há pelo menos três décadas: a simplificação da estrutura arrecadatória brasileira. A consequência desse cenário será um aumento imediato da judicialização, na medida em que a reforma eleva a insegurança jurídica sobre procedimentos tributários de empresas e contribuintes.

SETOR DE SERVIÇOS SERÁ AFETADO

No médio e no longo prazo, porém, os efeitos serão principalmente sobre o principal setor da economia brasileira: os Serviços, que terão de suportar tributos mais altos, já que o IVA, que possibilita o "creditamento" de tributos pagos em etapas anteriores da cadeia produtiva, manterá uma sequência complexa de débitos e créditos para esses empreendimentos, cuja principal despesa é com folha de pagamento (40% do orçamento), que não dá direito a esses créditos.

Isso resultará em queda de investimentos e em redução de empregos justamente no campo que mais gerou vagas formais ao longo de 2023 e que corresponde a 70% da produção do país. Considerando o peso desse setor para o Produto Interno Bruto (PIB), é de esperar que esses reflexos sejam vistos, daqui alguns anos, no próprio desempenho econômico nacional.

SIMPLES NACIONAL PERDERÁ COMPETITIVIDADE

Micro e pequenas empresas, que dão a tônica do dia a dia da economia, também estão sob risco a partir de agora, já que há um novo regramento para transferência de crédito nas aquisições de empresas optantes pelo Simples Nacional. Na atual legislação, esses negócios podem transferir integralmente os créditos de PIS/Cofins no montante de 9,25%. A reforma, porém, restringe a transferência de crédito ao montante cobrado no regime unificado. Isto é, negócios de pequeno porte terão, agora, duas opções: ou se manter integralmente no Simples Nacional, mas com perda de competitividade, ou excluir os novos tributos no regime diferenciado e, então, assumir uma carga tributária maior.

LONGA TRANSIÇÃO

A FecomercioSP ainda se preocupa significativamente com o longo período de transição, que fará com que os contribuintes passem por sete longos anos convivendo com dois sistemas tributários simultâneos.

A proposta também altera tributos que não incidem sobre o consumo, como o Imposto sobre a Propriedade Predial Territorial Urbana (IPTU), por exemplo, que permite às prefeituras alterarem a base de cálculo do imposto por decreto, e que poderá ensejar elevação da tributação sob os imóveis.

Há, contudo, pontos positivos. Um deles é a já citada "trava" que impede que os novos tributos criados — IBS, CBS e IS — resultem em uma carga tributária superior aos tributos substituídos (PIS/Pasep, Cofins, IPI, ISS e ICMS). Algumas atividades dos Serviços também poderão ter redução de até 60% nos tributos, além da inclusão de uma nova alíquota reduzida, no percentual de 30% para profissionais regulamentados, como contadores.

A manutenção de regimes específicos para outras atividades, como nos serviços de turismo. Contudo, um aspecto positivo incluído pelo Senado Federal, a possibilidade de adoção de regime específico para bens e serviços que promovam a economia circular, está entre as exclusões promovida pela Câmara dos Deputados.

Outro ponto suprimido pela Câmara e que, em um primeiro momento, era à sociedade como um todo, é sobre a cesta básica estendida, que permitia a inclusão de outros produtos alimentícios com redução de 60% da alíquota de referência.

REFORMAS E EQUILÍBRIO FISCAL

Na visão da FecomercioSP, seria mais salutar se, em vez de prosseguir com uma mudança na legislação que diminuísse os tributos dos setores mais onerados, o governo avançasse em medidas para reduzir os próprios gastos. A Federação e os sindicatos filiados defendem uma reforma sem aumento de carga e que promova simplificação, modernização e desburocratização do sistema tributário.

A legislação atual, fruto de debates há três décadas, penaliza o empresariado e prejudica o ambiente de negócios. Entretanto, é importante que essa mudança aconteça preservando os pilares da economia do Brasil, e não os enfraquecendo. Para isso, a Entidade continuará levando esse posicionamento aos parlamentares no Congresso Nacional.

A FecomercioSP reúne líderes empresariais, especialistas e consultores para fomentar o desenvolvimento do empreendedorismo. Em conjunto com o governo, mobiliza-se pela desburocratização e pela modernização, desenvolve soluções, elabora pesquisas e disponibiliza conteúdo prático sobre as questões que impactam a vida do empreendedor. Representa 1,8 milhão de empresários, que respondem por quase 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e geram em torno de 10 milhões de empregos.

Reforma Tributária é aprovada e promulgada

Prevista a unificação de cinco impostos em dois com alíquota padrão de até 27,5% e regimes diferenciados

O Congresso Nacional promulgou, no dia 20 de dezembro, a Reforma Tributária. A proposta, defendida por diversos setores como meio de melhorar a produtividade da economia, foi discutida por mais de três décadas na Câmara e no Senado.

Inicialmente, a proposta já havia sido aprovada no dia 15 de dezembro em primeiro turno por 371 votos a 121, e em segundo turno por 365 a 118. O texto aprovado é uma mistura entre a versão da Câmara, do relator Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e a versão do Senado, do senador Eduardo Braga (MDB-AM). Dessa forma, foi possível promulgar a proposta sem outra votação.

Segundo a proposta, uma lei complementar criará o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) - para englobar o ICMS e o ISS - e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) para substituir o PIS, o PIS-Importação, a Cofins e a Cofins-Importação. Com recursos federais, aos valores atuais de R$ 730 bilhões ao longo de 14 anos e orçados por fora dos limites fiscais (Lei Complementar 200/23), a PEC cria dois fundos: um para pagar até 2032 pelas isenções fiscais do ICMS concedidas no âmbito da chamada guerra fiscal entre os estados; e outro para reduzir desigualdades regionais. O texto estabelece ainda outras formas de compensar perdas de arrecadação com a transição para o novo formato, uma dentro do mecanismo de arrecadação do IBS e outra específica para a repartição do Imposto sobre Produtos

Industrializados (IPI), que continuará a incidir apenas sobre produtos fora da Zona Franca de Manaus (ZFM) e que sejam produzidos dentro dela também. O objetivo é manter a competitividade dessa área especial de produção. Os valores de compensação do IPI também ficarão de fora dos limites do novo regime de despesas primárias.

Haverá isenção do IBS e da CBS sobre produtos de uma cesta básica nacional de alimentos a ser definida em lei complementar. A cesta deverá considerar a diversidade regional e garantir alimentação saudável e nutricionalmente adequada. O texto prevê isenções de 100% ou 60% das alíquotas para determinados setores ou tipos de produtos, contanto que aquelas aplicadas aos demais sejam aumentadas para reequilibrar a arrecadação da esfera federativa (federal, estadual/distrital ou municipal/distrital). Entre os setores contemplados com redução de 60% da alíquota estão serviços de educação e saúde, medicamentos e equipamentos médicos, transporte coletivo de passageiros, insumos agropecuários, produções artísticas e culturais e alimentos destinados ao consumo humano. Uma lei complementar definirá quais os tipos de serviços ou de bens desses setores serão beneficiados. A PEC também remete a uma lei complementar a definição de serviços que poderão ser beneficiados com redução de 30% das alíquotas quando prestados por profissionais cuja atuação é submetida a conselho profissional, como advogados e médicos. Como os novos tributos, a exemplo do que ocorre hoje, não atingem as empresas do Simples Nacional, serão beneficiados aqueles com faturamento anual acima de R$ 4,8 milhões.

O Plenário incluiu no texto base um trecho vindo do Senado que o relator propunha deixar de fora. Trata-se de eliminar o subteto vigente para os salários de carreiras das administrações tributárias de estados, Distrito Federal e municípios. Em vez de o salário máximo seguir o subsídio do governador ou do prefeito, passará a valer o teto federal, atualmente o subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) no valor de R$ 41.650,92.

O IBS (estadual e municipal) e a CBS (federal) dependerão de lei complementar para serem criados e sua cobrança terá um ano de teste em 2026, quando a CBS será cobrada com alíquota de 0,9% e o IBS de 0,1%. Apesar de o IBS ser um tributo estadual/municipal, tanto ele quanto a CBS poderão ser compensados pelas empresas com o devido a título de PIS/Cofins ou PIS-Importação/Cofins-Importação (no caso dos importadores). O que for arrecadado com o IBS em 2026 será destinado integralmente ao financiamento da estrutura do Comitê Gestor do imposto, criado para gerir o tributo, e o excedente irá para o fundo de compensação dos incentivos do ICMS. Durante este ano, os contribuintes que cumprirem as obrigações acessórias dos dois tributos poderão ser dispensados de seu recolhimento se assim prever a lei complementar. A partir de 2027, a CBS substituirá definitivamente os quatro tributos federais sobre bens e serviços: PIS/Cofins e PIS-Importação/Cofins-Importação. Também de 2027 em diante, o IPI será mantido apenas para os produtos competidores daqueles produzidos na Zona Franca; e entra em cena o imposto seletivo, criado para incidir sobre produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, papel hoje exercido pelo IPI. Para 2027 e 2028, o IBS continua a ser de 0,1%, mas metade da alíquota (0,05%) será referente ao imposto estadual e a outra metade à parte municipal. Entretanto, apesar de a CBS substituir o sistema PIS/Cofins, outra parte do texto determina a redução em 0,1 ponto percentual de sua alíquota durante 2027 e 2028. Juntos, PIS e Cofins somam 3,65% no sistema cumulativo e 9,25% no sistema não cumulativo.

Quanto aos contratos atuais, a lei complementar definirá os ajustes necessários para sua adequação aos novos tributos, inclusive os contratos de concessões públicas.

O imposto seletivo deverá ser adotado por meio de lei complementar, mas suas alíquotas por lei ordinária e deverá obedecer aos princípios da anterioridade (publicação no ano anterior ao de sua validade) e da noventena. Inicialmente pensado para substituir o IPI, ele não incidirá sobre todos os produtos industrializados, devendo ser cobrado pela produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos definidos em lei complementar. O novo tributo não será cobrado nas exportações e poderá ter o mesmo fato gerador e base de cálculo de outros tributos, integrando essa base de cálculo do ICMS e do ISS, enquanto ainda vigentes, e do IBS e da CBS. A PEC prevê explicitamente algumas regras: não incidirá sobre energia elétrica e telecomunicações; alíquotas poderão ser em percentagem ou por unidade de medida do produto (m^3, por exemplo); e na extração, a alíquota máxima será de 1% do valor de mercado do produto.

Quanto ao ICMS e ao ISS, a transição de 2029 a 2032 para sua extinção ocorrerá com diminuição gradativa de suas alíquotas vigentes, reduzindo-se em iguais proporções os benefícios e incentivos vinculados. Assim, as alíquotas serão equivalentes às seguintes proporções daquelas vigentes em cada ano: 90% em 2029; 80% em 2030; 70% em 2031; 60% em 2032. A partir de 2033, o ICMS e o ISS serão extintos. O Senado Federal estipulará as alíquotas de referência do IBS. No período de 2029 a 2033, essa alíquota será usada para recompor a carga tributária diminuída dos impostos atuais. (Fonte: LCA Consultores Econômicos)

A missão do jornalismo seria ajudar as pessoas a compreender o mundo, para mudá-lo e melhorá-lo

Roberto Brant
Advogado, ex-deputado federal e ex-ministro da Previdência Social

O escritor americano James Carroll escreveu que a linguagem está para os homens como a água para os peixes: "Estamos imersos em uma linguagem. Pensamos em uma linguagem. Vivemos em uma linguagem." Se concordarmos com isto devemos necessariamente concordar que para preservar a vida humana é preciso preservar a integridade da linguagem. A corrupção do sentido das palavras coloca em risco a convivência social e o próprio progresso humano. Hoje, quando com razão grande parte da humanidade se mobiliza para proteger o meio ambiente, cuja deterioração põe em risco nossa vida biológica, deveria haver idêntica mobilização para preservar as palavras, cuja degradação põe em risco nossa vida moral.

A frequente ocorrência de transtornos climáticos está colaborando para a percepção generalizada de que algo muito errado está ocorrendo com o nosso planeta e mais cedo ou mais tarde as pessoas e os governos vão concordar com os sacrifícios necessários para impedir os piores cenários. As deformações da linguagem, que tantos danos vem causando à democracia e à convivência humana, não são visíveis o suficiente para formar a mesma percepção de perigo.

As palavras deveriam corresponder com clareza aos fatos e facilitar a concordância entre as pessoas. A manipulação da linguagem não é um fenômeno atual, evidentemente. Ela certamente esteve presente desde as mais longínquas origens da vida social. O que é novo é a amplitude que a manipulação pode alcançar com os meios modernos de comunicação e agora pela infinidade das redes sociais, que criaram o caos informacional.

Hoje as palavras perderam completamente a sua sacralidade original e podem ter qualquer significado, dependendo apenas do poder informacional do agente interessado. E surgiram agora também os fatos alternativos, os não-fatos que buscam impor-se como realidade.

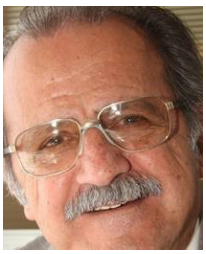
A política sempre foi uma área de risco para a linguagem, porque a palavra é a principal arma dos políticos e eles sempre a usaram com grande liberdade. Mas na maior parte da história as palavras eram breves como vento e passavam sem muitos rastros. Hoje as mesmas palavras têm um alcance ilimitado, graças aos meios eletrônicos, e ainda ficam registradas para sempre. Uma falsidade ou uma mentira adquiriram um poder germinativo que nunca tiveram e estão envenenando as relações entre as pessoas e o funcionamento dos governos democráticos, nos quais a comunicação é o elemento essencial.

Este é um problema particular das democracias, onde predomina um multiverso informacional e é livre a criação e a circulação de ideias e informações, ao contrário dos sistemas autoritários onde o Estado controla a fonte e o fluxo de informações e ainda detém o monopólio da manipulação da linguagem. É por isto que as democracias são tão instáveis e polarizadas, enquanto os totalitarismos parecem, pelo menos de longe, plácidas paisagens.

Seria, no entanto, uma injustiça debitar somente à internet o controle e o uso político da linguagem. A grande mídia aderiu de corpo e alma ao emprego dos dialetos políticos no lugar da linguagem com sentido universal. Um veterano jornalista americano James Bennet, ex-editor de opinião do New York Times e atualmente editor da revista The Economist, escreveu esta semana que a grande imprensa agora prefere servir às suas audiências partidarizadas a versão da realidade que elas preferem, renunciando à missão do jornalismo que seria ajudar as pessoas a compreender o mundo, para mudá-lo e melhorá-lo.

Guerras culturais e polarização política estão partindo nosso país em dois. Num país como o nosso o verdadeiro problema é o crescimento econômico e o fim da pobreza. Quem procurar por esta agenda no debate político ou nos meios de comunicação, vai procurar em vão. Os conflitos e as divisões se multiplicam porque não vemos mais os mesmos fatos nem falamos mais a mesma língua.

Nossa democracia só estará protegida de fato quando encontrarmos um terreno em que todos os lados possam compartilhar os mesmos fatos e possam chamá-los pelo mesmo nome.



O ciclo de inovação e o capitalismo natural

Paulo R. Haddad
Economista, ex-ministro do Planejamento e da Fazenda

"A melhor forma de prever o futuro é criá-lo."

Qual o cenário mais provável para a evolução da economia brasileira no próximo triênio? Cenário é um mapa de possibilidades procurando entender o que poderá ocorrer se forem mantidas as restrições e condicionalidades que se impõem ao desenvolvimento sustentável do País, assim como se forem mantidas as tendências das decisões político-institucionais prevalecentes na atualidade.

Ocorre que a Economia não é uma ciência física com narrativas determinísticas, mas uma ciência construída pela ação dos homens e das mulheres no exercício de suas liberdades individuais e coletivas, em um contexto de instituições estruturadas pelas gerações passadas. Assim, cenários não são projeções, mas mapas de possibilidades e opções, particularmente úteis para contextos de rápidas mudanças.

Quando se observam as experiências de superação de crises econômicas na América Latina, há uma tendência para que governos orientados por programas de gestão primariamente ideológicos elaborem um modelo de política econômica descompassado do contexto histórico em que se situam. Normalmente, os seus programas apresentam uma sobrecarga de fundamentalismos ideológicos, aos quais se apegam em uma rígida trajetória linear de gestão, indiferentes aos problemas e às potencialidades das novas realidades do cotidiano assim como às condicionalidades impostas pelo passado.

Diferentes contextos históricos requerem diferentes modelos de política econômica. A Economia dispõe de uma multiplicidade de modelos sob medida para uma variedade de contextos históricos, um verdadeiro mosaico de modelos alternativos. A política econômica tem de ser contexto-específica e apresentar intensa docilidade às novas realidades de uma economia com renovação de ideias e de modelos. Daí Peter Drucker afirmar que a melhor forma de prever o futuro é criá-lo.

Nos últimos anos, a economia brasileira cresceu lentamente, impulsionada pela demanda das famílias que se endividaram profundamente ao longo dos últimos anos.A proporção das famílias endividadas tem ficado em torno de 75%, ainda com elevado nível de inadimplência, sendo que as últimas medidas tomadas pelo Banco Central impactam, principalmente, o perfil da dívida no tempo, não tanto a renda disponível ou discricionária para as famílias expandirem as despesas de consumo de bens duráveis e não duráveis. Há, pois, uma certa exaustão de que se denomina debt-led growth (crescimento impulsionado pelo endividamento), que se manifesta pelo elevado índice de insegurança ou de fragilidade financeira das famílias brasileiras.

Da mesma forma, a economia brasileira cresceu a partir da abertura dos anos 1990, quando o processo de globalização impôs que as empresas se atualizassem em termos de novos processos produtivos, de novas técnicas de organização, de novos mercados, de novas estratégias empresariais de baixo custo, de diferenciação dos produtos ou de diversificação das atividades. Como resultado, houve ganhos de produtividade e de competitividade que alavancaram algum crescimento na economia.

Mas, não podemos apostar em um processo de retomada do crescimento na expectativa de dinamização do export-led growth (crescimento impulsionado pelas exportações), pois a economia mundial passa por um longo processo de lento ou quase-recessivo crescimento e, simultaneamente, de ampliação do neoprotecionismo nas economias desenvolvidas.

Mesmo nesse contexto de exaustão das duas principais fontes de crescimento no período recente, há uma tendência autorreguladora do organismo econômico que permite manter, pelo menos, o estado de equilíbrio interno de seus principais grupos de interesses. O equilíbrio interno ocorre ou porque os detentores de capital financeiro estão usufruindo de parcelas crescentes da renda nacional ainda que semiestagnada, ou porque os grupos sociais de baixa renda estão conformados com as generosas benesses distributivas das políticas sociais compensatórias.

No curto prazo, não há no horizonte um contexto de rupturas sociais ou de veias abertas no sistema. Basta lembrar que as taxas de juros têm permanecido entre as maiores do Mundo e que as políticas sociais têm ampliado o número de beneficiários à medida

que avançam as condições de pobreza e de miséria entre os brasileiros. Neste caso, destaca-se que: no mês de agosto deste ano, já eram 21 milhões e 140 mil famílias beneficiárias do Bolsa Família, mais de 4 milhões de brasileiros recebendo o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e mais 8 milhões e 400 mil de beneficiários da Previdência nas áreas rurais. Configura-se deum lado, uma sociedade conformista e complacente com as desigualdades sociais (que poderíamos chamar lamentavelmente de uma sociedade neomalthusiana) e, do outro lado, uma sociedade sofrida e imersa nas entranhas da pobreza e da miséria (que poderíamos chamar lamentavelmente de uma sociedade 0800).

Esse estágio de letargia social de "uma economia em banho-maria" pode se prolongar ao longo do tempo por alguns mandatos presidenciais coeteris paribus (se não houver uma grande transformação socioeconômica e socioambiental). Por isto, necessitamos urgentemente de estruturar e implementar um novo ciclo de desenvolvimento sustentável, com estabilidade monetária. Mas, de onde virá o crescimento econômico para gerar o excedente econômico que irá viabilizar esse ciclo?

OS LIMITES DA MACROECONOMIA DE CURTO PRAZO: O PIB POTENCIAL

Quais são os limites e as possibilidades para a formação de um novo ciclo de expansão da economia brasileira? No curto prazo, esses limites são definidos pelo PIB potencial.

O PIB mede o total de bens e serviços finais produzidos dentro de determinada área geográfica por residentes e não residentes, durante um certo período. E o PIB potencial é definido como o nível máximo do produto que pode ser alcançado pela economia, sem gerar pressões inflacionárias – o que equivale ao nível máximo do PIB possível.

O Banco Central utiliza o conceito de PIB potencial para monitorar o processo inflacionário. Preocupa particularmente ao Banco Central, para a gestão da política monetária, o cálculo do hiato do produto que mede a diferença entre o produto efetivo e o produto potencial. Uma tendência ao fechamento do hiato do produto pode significar que o elevado nível de utilização da capacidade produtiva e o baixo nível da taxa de desemprego da mão de obra podem induzir uma aceleração da taxa de inflação. Quanto mais próximo o nível de produção de um país for do limite de sua potencialidade produtiva, maior a probabilidade que a inflação acelere.

Uma visão contemporânea do PIB potencial procura incorporar a dimensão ambiental neste conceito. A escala da economia tem um limite máximo definido também pela capacidade regenerativa ou pela capacidade assimilativa dos ecossistemas, aquela que for menor.

Há duas formas de introduzir os ecossistemas no conceito de PIB potencial ecológico. Na primeira, todas as espécies não humanas e seus habitats são avaliados apenas instrumentalmente, de acordo com sua capacidade de satisfazer os desejos humanos; seu valor intrínseco é considerado nulo. Na segunda, outras espécies e seus habitats são preservados além do ponto necessário para evitar o colapso ecológico ou a decadência cumulativa, e além do ponto de conveniência instrumental máxima (a natureza tem o seu próprio valor independente da experiência humana).

O setor produtivo pode continuar expandindo o PIB real efetivo para além do PIB potencial ecológico, através do uso não sustentável do capital natural, o que não tem sido captado pelas contas nacionais (mais grãos e mais carnes com desmatamento das florestas tropicais, por exemplo). Neste caso, o consumo predatório do capital natural é contabilizado como crescimento do PIB real, mas a perda econômica com o desmatamento (banco genético, biomassa, fertilidade do solo etc.) passa a ser captada apenas pelo PIB potencial ecológico.

Em anos recentes, os primeiros sinais da aceleração inflacionária, quando se inicia algum ciclo de expansão da economia global, têm sido dados pela elevação dos preços relativos dos produtos intensivos direta e indiretamente de recursos naturais, antes mesmo de se aproximar da taxa natural de desemprego em muitos países.

Essa aceleração inflacionária dependerá, pois, da intensidade de recursos e funções ambientais incorporada no PIB e na sua utilização, assim como da própria composição de bens e serviços do PIB (pegadas ecológicas, agricultura de baixo carbono, resíduos sólidos etc.). Dada a atual voracidade de demanda de recursos naturais pelos países asiáticos, é possível, pois, deslocar o seu impacto inflacionário em escala global por meio da expansão da fronteira do PIB potencial ecológico através de inovações tecnológicas e mudanças estruturais.

Essa concepção de PIB potencial é extremamente relevante do ponto de vista da organização do sistema econômico e da resiliência política da democracia brasileira. Basta lembrar que, na atual conjuntura econômica, a aceleração do processo inflacionário pode ter um efeito perverso e recorrente sobre a distribuição de renda, sendo mais destrutivo sobre as condições de vida dos mais pobres do que os benefícios de algumas políticas sociais compensatórias.

Felizmente, o Banco Central tem realizado um trabalho eficiente e eficaz de guardião da estabilidade monetária e evitado que a economia entre num processo de desorganização estrutural, como tem ocorrido na Argentina com o avanço das taxas de inflação.

Neste sentido, destacam-se as palavras de Lênin sobre a importância do valor da moeda. Segundo Keynes, Lênin dis-

se que: "A melhor forma de destruir o sistema capitalista seria corromper o dinheiro. Em um processo contínuo de inflação, governos podem confiscar, sem serem observados, uma parte importante da riqueza de seus cidadãos".

Não podemos pensar em um novo ciclo de expansão considerando apenas o conceito de PIB potencial construído no escopo dos limites macroeconômicos de curto prazo. É preciso pensar a aceleração do crescimento da economia brasileira na perspectiva de uma nova revolução industrial que sirva de fundamento para um processo de desenvolvimento sustentável do Brasil.

A NOVA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

As revoluções industriais, que vêm ocorrendo na história mundial desde o século 18, resultaram em aumentos significativos na produtividade da mão de obra. As ondas de inovação, que vão desde a energia a vapor às redes digitais, trouxeram grande prosperidade para muitas nações, multiplicando o rendimento do trabalho por algumas centenas de vezes em relação aos valores que prevaleciam em 1785. Na verdade, de acordo com Schumpeter, o capitalismo evolui segundo as ondas de inovação científica e tecnológica.

Ao longo das quatro últimas décadas, há, em escala mundial, uma crescente inquietação quanto à capacidade de suporte da base de recursos naturais do Planeta para acomodar a intensificação dos níveis de acumulação, de produção e de consumo de milhões e milhões de habitantes, que vêm sendo incorporados aos diversos mercados de bens e serviços. Somam-se a isto, os impactos destrutivos que as mudanças climáticas têm provocado sobre os ecossistemas mundiais. No caso brasileiro, a inquietação da opinião pública se estende desde o desmatamento das florestas tropicais até a degradação ambiental das principais bacias hidrográficas do País, passando pela intensa poluição do ar nas grandes metrópoles. Destaca-se a demanda de alimentos que tem crescido em escala mundial em função da melhoria do padrão de vida dos países menos desenvolvidos ou em função também de programas compensatórios de combate à fome.

Devido a essas inquietações tem surgido um grande número de propostas para se construir uma nova ordem econômica internacional, baseada em uma concepção abrangente e ampliada de desenvolvimento sustentável. Entre essas propostas destaca-se a que afirma estarmos caminhando para uma nova revolução industrial, na qual se processam mudanças radicais na produtividade dos recursos materiais e de energia, e na qual a emergência de um capitalismo natural se torna inevitável.

Um elemento central do capitalismo natural é a ideia de que a economia moderna já está passando de uma ênfase na produtividade humana para um aumento radical na produtividade dos recursos naturais (reciclagem de resíduos, usos múltiplos da água, melhorias nos coeficientes técnicos de produção, agricultura de precisão etc.). Já há estudos mostrando ser possível quadruplicar a produtividade dos recursos na medida em que se compreenda melhor o extraordinário desperdício de materiais e de energia no atual sistema industrial.

Como as ondas de inovação são fundamentais para a prosperidade econômica, a expansão da produtividade dos recursos naturais se baseia nas inovações da ecologia industrial, da biomimética, do sistema de design integrado, da nanotecnologia, da química verde etc., ou seja, inovações intensivas de ciência e tecnologia. No Brasil, está em andamento o projeto do Terceiro Salto das Inovações Científicas e Tecnológicas da Agropecuária Brasileira, o qual, entre outros projetos da Nova Revolução Industrial, visa a inovar na produção de alimentos saudáveis, sustentáveis e resistentes às mudanças climáticas.

A doutrina do capitalismo natural propõe que haja reinvestimentos na sustentação, na restauração e na expansão dos estoques de capital natural, a fim de que a biosfera possa produzir serviços de ecossistemas e recursos naturais mais abundantes.

O capitalismo natural propõe, também, um novo modelo industrial, no qual nem todos os produtos sejam apenas manufaturados e vendidos, mas que surja uma economia de serviços em que os consumidores adquirem serviços de bens duráveis por meio de aluguel e arrendamento, de tal forma que a indústria se responsabiliza pelo ciclo completo de materiais. A indústria deve lidar com os resíduos e os problemas resultantes de danos ambientais, e deve recuperar os produtos e tratá-los como ativos, o que termina por aumentar a produtividade dos materiais e da energia.

A construção de um ciclo de desenvolvimento sustentável deve, pois, se basear em inovações científicas e tecnológicas baseada num tripé de três ideias-força: transformação, endogenia e participação. Deve-se evitar, ao mesmo tempo, o Princípio de Pollyanna entre as responsáveis pela condução do processo de reestruturação do País.

Pollyanna é um clássico da literatura infanto-juvenil, escrito e popularizado a partir de 1913. Pollyanna gostava de praticar um jogo que consistia em extrair algo de positivo mesmo nas coisas mais desagradáveis ou desfavoráveis. Na Psicologia Social, essa atitude recebeu a denominação de "Princípio de Pollyanna" para designar atitudes ingênuas diante de situações dramáticas, sofridas ou até mesmo catastróficas na formulação e execução das políticas públicas.

A preferência, ao se formular e implementar uma política econômica para um país em crise socioeconômica e socioambiental, deveria ser, segundo o neuropsiquiatra austríaco Victor Frankl, pelo otimismo trágico: "Espera-se que certo otimismo com relação ao nosso futuro possa fluir das lições do nosso trágico passado".

Onze municípios respondem por quase 25% do PIB brasileiro

O IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística divulgou em 15 novembro - novos estudos relativos às Contas Nacionais de 2021 – considerados últimos dados disponíveis que contemplam o PIB – Produto Interno Bruto do país, estados e municípios.

Os municípios que responderam por cerca de ¼ do PIB em 2021 foram: São Paulo (SP), com 9,2%; Rio de Janeiro (RJ), 4,0%; Brasília (DF), 3,2%; Belo Horizonte (MG), 1,2%; Manaus (AM), 1,1%; Curitiba (PR), 1,1%; Osasco (SP), 1,0%; Maricá (RJ), 1,0%; Porto Alegre (RS), 0,9%; Guarulhos (SP), 0,9% e Fortaleza (CE), 0,8%.

Em 2021, 11 municípios responderam por quase 25% do PIB nacional e 16,6% da população brasileira, enquanto as 87 cidades com os maiores PIB's representavam, aproximadamente, 50% do PIB total e 36,7% da população do país. Em 2002, apenas quatro municípios somados representavam cerca de ¼ da economia nacional.

Onze municípios responderam por quase 25% do PIB nacional: São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Brasília (DF), Belo Horizonte (MG), Manaus (AM), Curitiba (PR), Osasco (SP), Maricá (RJ), Porto Alegre (RS), Guarulhos (SP) e Fortaleza (CE).

Em 2021, os três municípios com os maiores PIB per capita tinham nas indústrias extrativas sua principal atividade econômica: Catas Altas (MG), com R$ 920.833,97, Canaã dos Carajás (PA), com R$ 894.806,28 e São Gonçalo do Rio Abaixo (MG), com R$ 684.168,71.

Três municípios maranhenses tinham os menores PIB per capita em

2021: Santana do Maranhão (MA), com R$ 5.407,66, Primeira Cruz (MA), com R$ 5.732,25 e Matões do Norte (MA), com R$ 5.737,04.

Entre as 185 concentrações urbanas do país, 132 perderam e 53 aumentaram sua participação no PIB nacional entre 2020 e 2021, confirmando a tendência de desconcentração.

Maricá (RJ) foi o município com maior ganho de participação no PIB do país em 2021, alta de 0,5 ponto percentual (p.p.). A seguir, vieram Saquarema (RJ), com mais 0,3 p.p; Niterói (RJ), com +0,2 p.p.; São Sebastião (SP) e Campos dos Goytacazes (RJ), ambos com +0,1 p.p.

São Paulo (SP) concentrou 9,2% do PIB do país, 0,6 p.p. a menos do que em 2020.

De 2020 para 2021, as cinco quedas de participação mais intensas foram de São Paulo (SP), com - 0,6 p.p.; Rio de Janeiro (RJ), -0,4 p.p; Brasília (DF), -0,3 p.p.; Belo Horizonte (MG) e Porto Alegre (RS), ambos com -0,1 p.p

Onze municípios responderam por quase 25% do PIB nacional: São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Brasília (DF), Belo Horizonte (MG), Manaus (AM), Curitiba (PR), Osasco (SP), Maricá (RJ), Porto Alegre (RS), Guarulhos (SP) e Fortaleza (CE).

A Cidade-Região de São Paulo concentra 22,6% do PIB nacional, ante 10,1% para a Amazônia Legal e 6,2% para o Semiárido.

Administração pública é a principal atividade econômica na maioria dos municípios da Amazônia Legal e Semiárido. Na Cidade-Região de São Paulo predominam os Demais serviços, ou seja, o setor de Serviços excluindo-se o Comércio e a Administração pública.

O número de municípios brasileiros onde a Agricultura era a atividade principal subiu de 1 049 em 2020 para 1 272 em 2021.

Em 2021, os três municípios com os maiores PIB per capita tinham nas indústrias extrativas sua principal atividade econômica: Catas Altas (MG), com R$ 920.833,97, Canaã dos Carajás (PA), com R$ 894.806,28 e São Gonçalo do Rio Abaixo (MG), com R$ 684.168,71.

Três municípios maranhenses tinham os menores PIB per capita em 2021: Santana do Maranhão (MA), com R$5.407,66, Primeira Cruz (MA), com R$ 5.732,25 e Matões do Norte (MA), com R$ 5.737,04.

Dados mostram que, entre 2020 e 2021, os cinco municípios com os maiores ganhos de participação no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil foram Maricá (RJ), com crescimento de 0,5 ponto percentual; Saquarema (RJ), +0,3 ponto percentual; Niterói (RJ), com +0,2 ponto percentual; São Sebastião (SP) e Campos dos Goytacazes (RJ), ambos com +0,1 ponto percentual. Na lista dos 25 municípios com maior participação no PIB, as novidades foram as entradas de Maricá (RJ) e Itajaí (SC), e as saídas de Sorocaba (SP) e Uberlândia (MG).

Já as cinco quedas de participação mais intensas foram de São Paulo (SP), com perda de participação de 0,6 ponto percentual; Rio de Janeiro (RJ), -0,4 ponto percentual; Brasília (DF), -0,3 ponto percentual; Belo Horizonte (MG) e Porto Alegre (RS), ambos com -0,1 ponto percentual.

"Os resultados expressam uma recuperação econômica das capitais e outras agregações com maior participação no PIB brasileiro que, por terem como atividade principal os serviços presenciais, foram fortemente afetadas pela pandemia de COVID-19. No entanto, apesar do aumento nominal desse grupo de municípios em 2021, a participação deles no PIB ainda está aquém do patamar de 2019", explica Luiz Antonio de Sá, analista de Contas Regionais do IBGE.

"O bom desempenho de Maricá (RJ) se deve à extração de petróleo e gás. Já os cinco municípios que diminuíram sua participação foram influenciados pelos Serviços, sobretudo as Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados em São Paulo e Porto Alegre, Administração pública em Brasília e Belo Horizonte, e Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços relacionados no Rio de Janeiro", destaca Luiz Antonio.

OS CINCO MAIS RICOS DE MINAS

Município	PIB	Atividade principal	PIB per capita
Belo Horizonte	R$ 105.829.675.000	Serviços	R$ 41.818,32
Uberlândia	R$ 43.129.285.000	Serviços	R$ 61.038,02
Contagem	R$ 36.479.765.000	Serviços	R$ 54.136,41
Betim	R$ 33.132.919.000	Serviços	R$ 73.624,78
Nova Lima	R$ 21.042.646.000	Serviços	R$ 216.092,40

OS CINCO MAIS POBRES DE MINAS

Município	PIB	Atividade principal	PIB per capita
Serra da Saudade	R$ 21.891.000	Administração pública	R$ 28.392,42
Cedro do Abaeté	R$ 22.406.000	Administração pública	R$ 19.483,63
Passabém	R$ 23.595.000	Administração pública	R$ 14.574,00
São Sebastião do Rio Preto	R$ 25.970.000	Administração pública	R$ 17.571,23
Paiva	R$ 27.301.000	Administração pública	R$ 17.996,58

Fonte: Estado de Minas – 14.12

Em 2021, 11 municípios responderam por quase 25% do PIB nacional e 16,6% da população brasileira, enquanto as 87 cidades com os maiores PIBs representavam, aproximadamente, 50% do PIB total e 36,7% da população do país. Em 2002, apenas quatro municípios somados representavam cerca de ¼ da economia nacional.

Os municípios que responderam por cerca de ¼ do PIB em 2021 foram: São Paulo (SP), com 9,2%; Rio de Janeiro (RJ), 4,0%; Brasília (DF), 3,2%; Belo Horizonte (MG), 1,2%; Manaus (AM), 1,1%; Curitiba (PR), 1,1%; Osasco (SP), 1,0%; Maricá (RJ), 1,0%; Porto Alegre (RS), 0,9%; Guarulhos (SP), 0,9% e Fortaleza (CE), 0,8%.

Entre 2002 e 2021, Manaus (AM) subiu da sétima posição para a quinta; Curitiba (PR), passou da quinta para a sexta; Osasco (SP), da 16ª para a sétima; Maricá (RJ), da 354ª para a oitava; enquanto Porto Alegre (RS) passou da sexta para a nona; Guarulhos (SP), da 14ª para a décima e Fortaleza (CE), da 12ª para a 11ª.

DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA INTENSIFICADA EM 2020 SE MANTÉM

A tendência histórica de redução relativa da importância econômica dos grandes centros urbanos continuou em 2021. As duas maiores concentrações urbanas do Brasil somaram 23,2% de participação no PIB, após totalizarem 23,6% em 2020. São Paulo/SP passou a responder por 15,4% do PIB brasileiro, contra 16,2% em 2020. Tal resultado foi o recuo mais expressivo dentre todas as concentrações urbanas. O Rio de Janeiro/RJ, porém, aumentou sua participação, passando de 7,4% para 7,8% do PIB brasileiro em 2021. Esse foi o maior avanço verificado dentre as concentrações urbanas que expandiram sua participação no PIB de 2020 para 2021.

Dentre as 185 concentrações urbanas existentes no país em 2021, 132 perderam e 53 aumentaram sua participação no PIB nacional, confirmando a tendência de desconcentração. As grandes concentrações urbanas foram as que tiveram as maiores perdas. Entre as 53 que ganharam peso, somente 6 eram consideradas grandes concentrações urbanas (de um total de 26). Dentre as médias concentrações urbanas, o resultado também foi de redução, porém menos acentuada. Somente 47 médias concentrações urbanas

ganharam participação em 2021 (de um total de 159).

CENTRO-SUL TEM PIB PER CAPITA SUPERIOR À MÉDIA BRASILEIRA

Em 2021, os três municípios do país com os maiores PIB per capita foram Catas Altas (MG), com R$ 920.833,97, Canaã dos Carajás (PA), com R$ 894.806,28 e São Gonçalo do Rio Abaixo (MG), com R$ 684.168,71. Os três municípios têm nas indústrias extrativas a sua principal atividade econômica.

Três municípios maranhenses tinham os menores PIB per capita em 2021: Santana do Maranhão (MA), com R$5.407,66, Primeira Cruz (MA), com R$ 5.732,25 e Matões do Norte (MA), com R$ 5.737,04. Nos três municípios, a atividade econômica predominante era a Administração pública.

Os maiores valores do PIB per capita, em 2021, pertencem aos grandes centros urbanos do Centro-Sul e a algumas regiões em que ocorre a combinação de atividade Agropecuária significativa e pequena população, como a borda Sul da Amazônia Legal, na região central de Mato Grosso e, ainda, municípios do sul de Goiás e leste de Mato Grosso do Sul, no oeste baiano e no alto curso do Rio Parnaíba. O cálculo do PIB per capita dos municípios utiliza as estimativas de população residente em 1º de julho de 2021, enviada pelo IBGE ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Municípios com maior participação no Produto Interno Bruto (PIB) nacional - 2021

Posição relativa no PIB 2002	2020	2021		PIB (R$ 1.000)	Participação (%)
1°	1°	**1°**	**São Paulo (SP)**	828.980.608	9,20
2°	2°	**2°**	**Rio de Janeiro (RJ)**	359.634.753	3,99
3°	3°	**3°**	**Brasília (DF)**	286.943.782	3,18
4°	4°	**4°**	**Belo Horizonte (MG)**	105.829.675	1,17
7°	5°	**5°**	**Manaus (AM)**	103.281.436	1,15
5°	6°	**6°**	**Curitiba (PR)**	98.003.704	1,09
16°	7°	**7°**	**Osasco (SP)**	86.111.260	0,96
354°	26°	**8°**	**Maricá (RJ)**	85.814.296	0,95
6°	8°	**9°**	**Porto Alegre (RS)**	81.562.848	0,91
14°	9°	**10°**	**Guarulhos (SP)**	77.376.467	0,86
12°	11°	**11°**	**Fortaleza (CE)**	73.436.128	0,81
10°	10°	**12°**	**Campinas (SP)**	72.946.775	0,81
34°	19°	**13°**	**Niterói (RJ)**	66.345.730	0,74
8°	12°	**14°**	**Salvador (BA)**	62.954.487	0,70
17°	13°	**15°**	**Goiânia (GO)**	59.865.990	0,66
9°	17°	**16°**	**São Bernardo do Campo (SP)**	58.277.014	0,65
18°	15°	**17°**	**Barueri (SP)**	58.027.667	0,64
24°	14°	**18°**	**Jundiaí (SP)**	57.670.893	0,64
11°	16°	**19°**	**Recife (PE)**	54.970.305	0,61
20°	18°	**20°**	**Duque de Caxias (RJ)**	53.136.666	0,59
22°	20°	**21°**	**Paulínia (SP)**	52.389.437	0,58
147°	22°	**22°**	**Parauapebas (PA)**	49.763.040	0,55
94°	29°	**23°**	**Itajaí (SC)**	47.754.802	0,53
13°	21°	**24°**	**São José dos Campos (SP)**	45.208.808	0,50
31°	25°	**25°**	**Joinville (SC)**	45.069.864	0,50

Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios - 2021

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS IBGE

Nas grandes concentrações urbanas, a maior razão do PIB per capita foi registrada na concentração urbana de Campinas/SP, seguida pelas de Brasília/DF, São Paulo/SP, Sorocaba/SP e São José dos Campos/SP. Tal cenário é semelhante ao verificado em 2002, ainda que se observe uma alteração na ordem das grandes concentrações urbanas no ranking, além da saída de Curitiba/PR da lista para a inclusão de Sorocaba/SP. Ao longo da série histórica, as maiores razões do PIB per capita tiveram redução relativa, convergindo para a média nacional.

Em 2002, 13 grandes concentrações urbanas apresentavam PIB per capita maior que a média nacional. À exceção de Brasília/DF e Manaus/AM, as demais se encontravam nas Regiões Sudeste e Sul. Já em 2021 o número de grandes concentrações urbanas com razão acima de 1,0 foi de 14, com a inclusão de Cuiabá/MT.

Algumas das grandes concentrações urbanas do Nordeste e uma do Norte, que já possuíam razão do PIB per capita inferior a 1,0 em 2002, distanciaram-se da média nacional ao longo do período, com destaque para Aracaju/SE, Natal/RN e Salvador/BA na Grande Região Nordeste, Goiânia/GO na Grande Região Centro Oeste e Belém/PA na Grande Região Norte.

A redução da desigualdade regional do PIB per capita em 2021 pode ser vista também nas regiões do Semiárido, da Amazônia Legal e da Cidade-Região de São Paulo. Em 2002, a razão do PIB per capita do Semiárido e da Amazônia Legal eram, respectivamente, 0,33 e 0,58. Em 2020, o Semiárido apresentava razão do PIB per capita de 0,43 e a Amazônia Legal, de 0,75.

Em 2021, por sua vez, essas regiões apresentaram índices de 0,41 e 0,76, respectivamente. A razão do PIB per capita seguiu avançando na Amazônia Legal, mas oscilou para baixo em 2021 no Semiárido. A Cidade-Região de São Paulo, por outro lado, correspondia a 1,85 do valor nacional em 2002, 1,61 em 2020 e 1,55 em 2021.

CIDADE-REGIÃO DE SÃO PAULO CONCENTRA 22,6% DO PIB NACIONAL

A Cidade-Região de São Paulo apresentou perda de participação no total do PIB nacional, saindo de 23,5% do PIB do Brasil, em 2020, para 22,6%, em 2021, o que representou uma queda de 0,9 ponto percentual. No sentido oposto, a Amazônia Legal aumentou sua participação de 9,9% para 10,1%, uma expansão de 0,2 ponto percentual. O Semiárido, por sua vez, viu sua participação ser reduzida de 6,4%, em 2020, para 6,2% em 2021.

"A Cidade-Região de São Paulo vem perdendo participação ao longo da série histórica e reforçou essa tendência em 2021. No caso da Amazônia Legal, o crescimento da Agropecuária foi um fator importante. Já o Semiárido, que desde 2013 ganhava participação, desta vez perdeu. A queda da participação de Serviços no PIB nacional afetou os municípios que têm essa atividade como a mais relevante, caso da maior parte do Semiárido", observa Marcelo Araujo, geógrafo do IBGE.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E "DEMAIS SERVIÇOS" PREDOMINAM NO PAÍS

Em relação ao perfil econômico dos municípios, a principal atividade em 43,2% (2409 municípios) deles foi Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social. Em Amazonas, Roraima, Amapá e Paraíba esse percentual ultrapassou 90,0%. O Paraná, no entanto, teve só 6,3% de seus municípios com essa característica.

Dos 358 municípios cuja atividade principal, em 2021, foi Indústrias de transformação, 293 estavam nas Regiões Sudeste e Sul, o que equivale a 81,8%. Mato Grosso obteve o maior percentual de cidades em que a Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita figurou como a atividade de maior destaque (56,0%), seguido por Mato Grosso do Sul (53,2%) e Rio Grande do Sul (48,9%).

Excluindo dessa análise a Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, a atividade "Demais serviços" se destacou em 3 075 municípios, seguida pela Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita, principal atividade em 1 272 municipalidades. Ante 2020, houve crescimento expressivo no número de cidades com Agricultura como atividade principal, de 1 049 em 2020 para 1 272 em 2021, o que está relacionado ao aumento de preços de alguns dos produtos agrícolas mais relevantes na economia nacional em 2021.

CONCENTRAÇÕES URBANAS PERDEM PARTICIPAÇÃO NO CENÁRIO NACIONAL DESDE 2002

De 2002 a 2021, São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ) registraram as maiores quedas de participação entre os municípios brasileiros, mostrando uma tendência de desconcentração do PIB municipal. São Paulo (SP) perdeu 3,5 pontos percentuais de participação na economia nacional, influenciado, principalmente, pela redução relativa de Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados.

Na capital fluminense, a perda de 2,3 pontos percentuais ocorreu em razão da diminuição de seu peso nos Serviços, sobretudo em Atividades Imobiliárias e Informação e Comunicação. Em seguida aparece Brasília (DF), com decréscimo de 0,4 ponto percentual, devido principalmente à Indústria, com influência da Construção. Campos dos Goytacazes (RJ) e Belo Horizonte (MG) vêm em sequência, ambos também com decréscimo de 0,4 ponto percentual, provocado pela extração de petróleo e gás no primeiro município e pelas Atividades Imobiliárias no segundo.

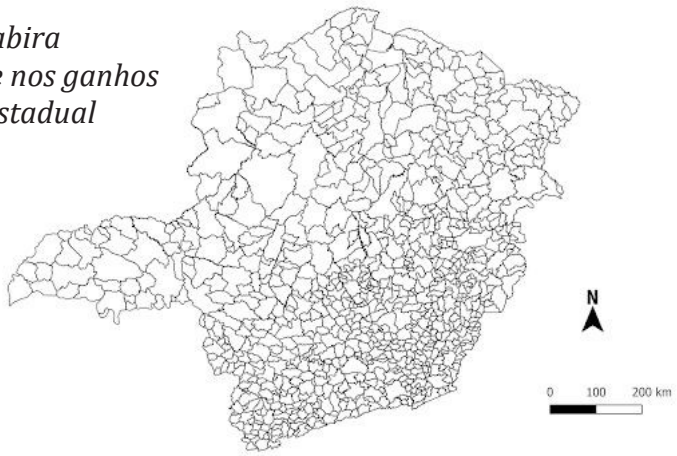
O município com maior ganho de participação no PIB nacional de 2002 a 2021 foi Maricá (RJ), com aumento de 0,9 ponto percentual, devido à extração de petróleo e gás. Os municípios paraenses Parauapebas e Canaã dos Carajás aumentaram 0,5 e 0,4 ponto percentual, respectivamente, com a expansão da extração de minério de ferro, ocupando o segundo e quinto lugares em ganho de participação. Em Saquarema (RJ), o aumento de 0,4 ponto percentual também foi devido à extração de petróleo e gás. Itajaí (SC), quarto lugar em ganho de participação, também com 0,4 ponto percentual, ganhou destaque devido ao Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas.

Entre os recortes selecionados, a Cidade-Região de São Paulo, reduziu de 27,0% para 22,6% a sua participação no PIB nacional, não só em função da diminuição do peso da capital paulista no PIB, mas também pela perda relativa de outros municípios que a compõem e que têm representatividade na indústria brasileira. Por outro lado, a Amazônia Legal (3,2 p.p.) e o Semiárido (0,9 p.p.) ganharam participação desde 2002.

Fonte: Ricardo Bergamini – IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Jornal Minas Gerais e outros

Metade do PIB de Minas Gerais está concentrado em apenas 21 cidades

O estado conta com 853 municípios. Itabira e Catas Altas são destaques per capita e nos ganhos de participação no produto agregado estadual



Vinte e um municípios mineiros responderam por mais da metade do Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais, estimado em R$ 857,6 bilhões em 2021, conforme dados apresentados pela Fundação João Pinheiro (FJP) o dia 15/12.

Das 853 cidades, 50 representaram 66,8% do indicador, e 242 formaram 90% do resultado. Além de Belo Horizonte (12,3%), também se destacaram como base do PIB os municípios de Uberlândia (5%), Contagem (4,3%), Betim (3,9%) e Nova Lima (2,5%).

PIB PER CAPITA

Catas Altas foi o município mineiro com o maior PIB per capita, indicador que representa a capacidade de geração de renda atribuída a cada pessoa de um determinado local, com R$ 920.833,97 Por outro lado, considerando-se o período de 2010 a 2021, a FJP constatou que Extrema, no Sul de Minas, foi o município com maior ganho de participação no total do PIB estadual.

O pesquisador da FJP, Thiago Almeida, explica que a indústria extrativa mineral (minério de ferro) predominou em seis dos dez municípios com o maior PIB per capita: Catas Altas, São Gonçalo do Rio Abaixo, Itatiaiuçu, Conceição do Mato Dentro, Itabirito e Nova Lima. "O ano de 2021 marca a retomada da extração de minério nos municípios do quadrilátero ferrífero após o rompimento da barragem em Brumadinho em 2019. E foi esta retomada na extração e produção de minério de ferro, somada ao efeito significativo dos preços e cotações do produto, que fez da região um dos destaques positivos no resultado do PIB dos municípios", analisa o pesquisador.

Além disso, a metalurgia foi decisiva para o resultado em Jeceaba e Ouro Branco. Apesar da crise hidrológica em 2021, Araporã (onde está localizada a usina de Itumbiara) ainda apareceu na décima posição entre os municípios com melhor ranqueamento.

VOCAÇÕES REGIONAIS

Os dados do PIB dos municípios de Minas Gerais em 2021 confirmaram a existência de uma grande diversidade no seu grau de especialização: se, por um lado, a agricultura foi a principal atividade econômica em 109 cidades mineiras, outras 51 tiveram na indústria de transformação o carro-chefe da economia local. "Os dados mostram que 2021 foi favorável para a produção das commodities agrícolas. Um bom exemplo disso é o caso de Unaí que se destaca, novamente, como um importante município produtor de soja em Minas Gerais", destaca Almeida.

As indústrias extrativas (mineração) predominaram em 29 cidades. Já a geração de eletricidade foi principal destaque em 15 municípios. Tanto a pecuária quanto a produção florestal dominaram a estrutura produtiva local em sete, o comércio em seis e a construção civil em dois.

DESTAQUES

Itabira e Catas Altas foram destaques em 2021 tanto no que se refere ao indicador do PIB per capita quanto em relação aos ganhos de participação no produto agregado estadual.

Tal fato se deu em razão da retomada da produção minerária e, principalmente, do aumento extraordinário das cotações do minério de ferro. O avanço nos preços e na produção física de produtos minero-siderúrgicos, por exemplo aço e ferro-gusa, também favoreceu municípios com especialização produtiva na metalurgia (tais como Ipatinga e Ouro Branco).

CÁLCULO

A divulgação do PIB dos municípios ocorre com defasagem de dois anos. O período é necessário para a contabilização das bases de dados mais completas e abrangentes apresentadas por diversas pesquisas anuais realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Por isso, os resultados do PIB municipal de 2021 estão sendo divulgados no final do ano de 2023. É importante ressaltar que a compilação dos resultados do PIB municipal é coordenada pelo IBGE em parceria com os institutos estaduais de estatísticas, no caso de Minas Gerais, a Fundação João Pinheiro.

Os vencedores do Prêmio Band Cidades Excelentes 2023 na etapa nacional

Andressa Anholete/Band

O vice-prefeito de Curitiba, Eduardo Pimentel Slaviero, recebe o troféu de capital referência das mãos de Geraldo Alckmin, vice-presidente do Brasil

O Prêmio Band Cidades Excelentes 2023 anunciou no dia11 de dezembro os 23 vencedores da etapa nacional. O evento, realizado no teatro do Centro Cultural Banco do Brasil, em Brasília (DF), foi apresentado pelos jornalistas Eduardo Oinegue e Lana Canepa, com transmissão simultânea no canal Band Jornalismo no YouTube. A noite foi embalada pelo tenor Thiago Arancam, que abriu a cerimônia cantando o hino nacional, e teve os cinco troféus principais confeccionados pelo artista plástico de renome internacional Yutaka Toyota.

O encontro contou com a presença de Geraldo Alckmin, vice-presidente da República; Celina Leão, vice-governadora do Distrito Federal; João Saad, presidente do Grupo Bandeirantes de Comunicação; Raimundo Godoy, presidente-executivo do Instituto Aquila; além de autoridades federais, prefeitos, secretários e assessores das cidades classificadas. "Há 15 anos, desenvolvemos esse projeto junto ao Instituto Aquila com a intenção de estimular a gestão pública. O material vai ser utilizado durante os debates que serão realizados nas eleições municipais de 2024, possibilitando que nosso Jornalismo aborde os pilares da premiação em questões mais técnicas e menos teóricas", afirmou João Saad em seu discurso.

O instrumento empregado na avaliação é o Índice de Gestão Municipal Aquila (IGMA), que utiliza conceitos de big data e reúne as informações públicas mais atualizadas de todas as cidades do país, além dos projetos enviados pelas próprias prefeituras através do site oficial. A plataforma é estruturada com base em Inteligência Artificial que, a partir de algoritmos, consolida os resultados de 67 indicadores em uma única nota final.

Raimundo Godoy também fez questão de reforçar a importância do evento, que está em sua terceira edição. "Existe uma competição saudável e silenciosa entre os municípios e quem ganha com isso são os cidadãos, que percebem a melhoria estrutural dos serviços. Conseguimos mapear 100% das cidades brasileiras de forma autônoma. O Prêmio Band Cidades Excelentes é o despertar de um novo tempo, já que a plataforma foi desenvolvida não para criticar, mas para construir uma visão de futuro extremamente importante para as próximas gerações", destacou.

A premiação contempla seis pilares: Governança, Eficiência Fiscal e Transparência; Educação; Saúde e Bem-Estar; Infraestrutura e Mobilidade Urbana; Sustentabilidade; e Desenvolvimento Socioeconômico e Ordem

Botucatu-SP foi o grande destaque, sendo premiada em três categorias: IGMA Geral – Cidade Excelente, Governança, Eficiência Fiscal e Transparência e Infraestrutura e Mobilidade Urbana

Pública. Na etapa nacional, os municípios são divididos em cinco categorias de acordo com o tamanho da população: menor ou igual a 30 mil habitantes; entre 30 mil e 100 mil habitantes; entre 100 mil e 500 mil habitantes; e acima de 500 mil habitantes e capitais.

OS VENCEDORES DA TERCEIRA EDIÇÃO FORAM:

PRÊMIO PRINCIPAL – IGMA GERAL – CIDADE EXCELENTE

Capital: Curitiba (PR)

Menor que 30 mil habitantes: Luzerna (SC)

Entre 30 mil e 100 mil habitantes: Timbó (SC)

Entre 100 mil e 500 mil habitantes: Botucatu (SP)

Acima de 500 mil habitantes: Uberlândia (MG)

GOVERNANÇA, EFICIÊNCIA FISCAL E TRANSPARÊNCIA

Menor que 30 mil habitantes: Paraíso do Norte (PR)

Entre 30 mil e 100 mil habitantes: Concórdia (SC)

Acima de 100 mil habitantes: Botucatu (SP)

EDUCAÇÃO

Menor que 30 mil habitantes: Pires Ferreira (CE)

Entre 30 mil e 100 mil habitantes: Eusébio (CE)

Acima de 100 mil habitantes: Sobral (CE)

SAÚDE E BEM-ESTAR

Menor que 30 mil habitantes: Peritiba (SC)

Entre 30 mil e 100 mil habitantes: Ivaiporã (PR)

Acima de 100 mil habitantes: Sobral (CE)

INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA

Menor que 30 mil habitantes: Holambra (SP)

Entre 30 mil e 100 mil habitantes: Louveira (SP)

Acima de 100 mil habitantes: Botucatu (SP)

SUSTENTABILIDADE

Menor que 30 mil habitantes: São Manoel do Paraná (PR)

Entre 30 mil e 100 mil habitantes: Santa Cruz do Capibaribe (PE)

Acima de 100 mil habitantes: Pinhais (PR)

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E ORDEM PÚBLICA

Menor que 30 mil habitantes: Treviso (SC)

Entre 30 mil e 100 mil habitantes: Pomerode (SC)

Acima de 100 mil habitantes: Jaraguá do Sul (SC)

Os 1.327 projetos recebidos neste ano foram avaliados pela Mandatum Consultoria. O prêmio conta com auditoria externa da empresa BDO Brazil.

Ana Sanches assume como nova CEO da Anglo American no Brasil, uma das maiores empresas de Minas Gerais

A executiva Ana Sanches assumiu oficialmente a presidência da Anglo American no Brasil, no dia 05 de dezembro último. Ela ocupava a posição de Diretora Financeira das divisões Técnica, Sustentabilidade, Projetos e Desenvolvimento na sede global da companhia, em Londres – Inglaterra, e, agora, será responsável por comandar os negócios de minério de ferro (Minas-Rio), em Minas Gerais e Rio de Janeiro, e de níquel (Codemin e Barro Alto), no estado de Goiás.

Ana Sanches retornou ao Brasil no início de novembro como parte do plano de transição da empresa junto ao ex-presidente local que deixou o posto em vista de um alegado novo ciclo profissional. Ela é brasileira e está há 11 anos na Anglo American, tendo trabalhado na área financeira por nove anos no Brasil e por dois anos e meio na Inglaterra.

"Seguiremos focados rumo a uma transformação do setor mineral, em busca de processos operacionais ainda mais eficazes, inovadores e seguros. Esperamos ser cada vez melhores nas relações com as comunidades e ainda mais responsáveis com a preservação ambiental, sempre pautados por nosso propósito de reimaginar a mineração para melhorar a vida das pessoas", ressalta.

A companhia gera cerca de 12 mil empregos, entre diretos e terceiros, e investimentos no país de, aproximadamente, R$ 12 bilhões, previstos até 2027. Em relação à sustentabilidade, a nova CEO reforça a importância do Plano de Mineração Sustentável, que guia as ações da empresa nos pilares ambiental, social e governança. "Temos a meta de reduzir 30% da emis-

são de gases do efeito estufa em nossas plantas operacionais, até 2030. Em alinhamento a esses objetivos do plano, realizamos a assinatura de contratos de compra e de autoprodução de eletricidade, o que possibilitou uma matriz de energia elétrica 100% renovável nas operações do Brasil", exemplifica.

Sobre os desafios de assumir a nova função, Ana Sanches destaca que a Anglo American completou, em 2023, 50 anos de história no Brasil, e os negócios de minério de ferro e níquel ocupam um papel estratégico na empresa, operacional e financeiramente. "Orgulhosos do nosso passado e atentos aos desafios do presente e do futuro, manteremos o compromisso de desenvolver uma mineração responsável, de alta performance e com resultados sustentáveis. Tudo isso com a dedicação e o empenho de todos os nossos empregados e parceiros, e em alinhamento ao planejamento estratégico da empresa globalmente e aqui no Brasil", afirma.

Ana Sanches é mineira, graduada em Economia pela UFMG e Ciências Contábeis pela Fumec, e possui 26 anos de experiência em finanças, auditoria, planejamento estratégico e desenvolvimento de novos negócios. Tem MBA em Finanças pelo Ibmec e Educação Executiva pela Harvard Business School, Columbia University e London School of Economics.

Ingressou na Anglo American em 2012, durante a implementação do projeto Minas-Rio, e, de 2015 a 2021, foi Chief Financial Officer (CFO) das operações de minério de ferro e níquel no Brasil. Em 2018, foi nomeada como uma das mulheres mais influentes na mineração global pelo Women in Mining e, em 2019, ganhou o prêmio Equilibrista do Ibef-MG, como diretora financeira de destaque. Em 2021, se mudou para Londres, na Inglaterra, e, além de seu cargo de CFO na sede global da empresa, acumulou também, em 2022, o papel de diretora interina da área de Projetos de Capital do grupo.

Em suas experiências prévias à Anglo American, trabalhou por oito anos como auditora externa na Arthur Andersen e na Deloitte, como responsável por projetos de auditoria em grandes empresas brasileiras e multinacionais. De 2006 a 2012, trabalhou na Holcim (indústria de cimento), como controller das operações no Brasil.

Ritmo de crescimento mais lento da economia global em 2024

A economia global deve ter desaceleração no ritmo de crescimento em 2024, principalmente em consequência da estagflação, que combina inflação elevada, estagnação econômica e aumento do desemprego, nos países mais ricos, compensada em parte pela resiliência de nações emergentes como o Brasil. A estimativa foi apresentada nessa quinta-feira, dia 30, pela Coface, líder mundial em seguro de crédito e especializada na gestão de riscos comerciais e em proteção contra a inadimplência.

De acordo com Bruno de Moura Fernandes, diretor de Pesquisa Macroeconômica da Coface, o PIB global deverá crescer 2,1% em 2024, em comparação a uma estimativa de 2,5% para este ano e depois de registrar alta de 3,1% em 2022. O PIB menos aquecido deve abranger nações como os Estados Unidos (previsão de crescimento de 2.0% este ano e de 0,9% em 2024), China (5,0% versus 4,3%), Índia (6,3% versus 5,0%) e Brasil (2,8% e 1,4%, respectivamente).

Um dos motivos para essa retração, segundo o estudo da companhia, é a persistência da inflação. "Os preços das matérias-primas tiveram altas moderadas em geral este ano, mas ainda estão muito acima dos níveis registrados antes da pandemia", lembra Fernandes. "A moderação no reajuste dos preços de energia reduziu a inflação, mas a alta dos preços está se estendendo."

De olho nesse cenário, a Coface acredita que os Bancos Centrais – principalmente os de países mais ricos – tenderão a manter níveis elevados de juros nos próximos trimestres, o que pode levar a um quadro de estagflação.

Na América Latina, a inflação tem registrado queda em vários países. mas o crescimento econômico tem sido modesto e há várias situações diferentes na região, afirma a Coface: enquanto Brasil e México mostram resiliência aos impactos negativos, a Argentina convive com inflação em alta e crescimento em queda, com poucas perspectivas de melhorar esse quadro no médio prazo mesmo com o novo governo eleito este mês.

Um ponto de atenção do estudo global da Coface foi o crescimento da quebra de empresas em grande parte dos países analisados, como Alemanha, França, Reino Unido, Estados Unidos – quadro que se repete também em nações com perspectivas econômicas mais favoráveis, como o Brasil, onde o número de recuperações judiciais e falências tem batido sucessivos recordes.

A Coface realiza regularmente estudos sobre a economia global. De origem francesa, a companhia atua há 75 anos e atende empresas em mais de 100 países.

BID, BNDES, CAF e Fonplata anunciam R$ 50 bilhões para rota de integração regional

Parceria entre os bancos foi articulada em conjunto com o Ministério do Planejamento e Orçamento e, no Brasil, contará com o "PAC da Integração"

Quatro bancos de desenvolvimento anunciaram, no Rio de Janeiro, um acordo de cooperação para fornecer apoio financeiro e técnico a projetos estratégicos, primordialmente de infraestrutura, para constituição de uma rede de rotas de integração e desenvolvimento sul-americano.

Articulados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento do Brasil, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o CAF (Banco de desenvolvimento da América Latina), e o Fonplata anunciaram que colocam à disposição de projetos de integração US$ 10 bilhões (cerca de R$ 50 bilhões) para os próximos três anos.

O acordo de cooperação denominado "Rotas para a Integração", foi assinado pelo presidente do BID, Ilan Goldfajn, e por seus colegas Aloizio Mercadante (BNDES), Sérgio Diaz-Granados (CAF) Luciana Botafogo (Fonplata). A assinatura foi acompanhada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, pela ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, e pelo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, entre outras autoridades do governo federal.

O BID disponibilizou US$ 3,4 bilhões (cerca de R$ 17 bilhões) para integração nos próximos três anos e coloca à disposição uma equipe dedicada exclusivamente a apoiá-los para esses fins. Com expertise técnica para ajudar os diferentes países a gerar esse plano conjunto e priorizar intervenções concretas, o BID tem um histórico de conhecimento, de desenvolvimento de projetos, de cooperação técnica que muitas vezes fornecemos sem a necessidade de retorno ao banco.

"O BID está plenamente comprometido com a agenda de integração para América do Sul. No contexto dessa nova parceria, estamos mobilizando R$ 17 bilhões em assistência financeira e técnica para projetos de infraestrutura em apoio à integração da América do Sul. Além do financiamento, o BID apoiará os países da região colocando à disposição uma equipe com expertise técnica para

ajudar a gerar esse plano conjunto e priorizar intervenções concretas," disse Goldfajn.

A ministra Simone Tebet, com apoio das secretarias de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID) e de Assuntos Institucionais (SEAI), participou da articulação da parceria entre os bancos de desenvolvimento regional. O Ministério apresentou para cada um dos bancos o relatório do Subcomitê de Desenvolvimento e Integração Sul-Americana, que desenhou cinco rotas de integração entre o Brasil e seus vizinhos da América do Sul a partir da ótica brasileira. Além de fomentar a infraestrutura, o comércio e a integração nas áreas de cultura, turismo, saúde, proteção ambiental, entre outras, as rotas também permitirão reduzir significativamente o tempo de transporte de mercadorias entre o Brasil e a Ásia.

Tebet relatou o trabalho feito no MPO para estudar e detalhar as rotas de integração. Foram mais de 20 encontros com outros ministérios, governos estaduais e órgãos da administração federal. Diante dos desafios e oportunidades mapeadas, veio a percepção de que é preciso fazer muito mais e avançar no diálogo com os vizinhos. "Por isso estamos anunciando a Iniciativa Rotas para a Integração junto com BNDES, CAF, BID e Fonplata. Cada banco, dentro de suas competências, vai priorizar o financiamento em condições adequadas e o suporte técnico para apoiar os investimentos necessários à integração sul-americana e seu desenvolvimento sustentável", explicou.

A presidente do Fonplata, Luciana Botafogo, destacou que a ampliação da integração regional vai ampliar o potencial conjunto dos países "e gerar novas oportunidades comerciais e de investimentos que fortalecem as economias nacionais, gerando emprego e melhoria da qualidade de vida e posicionando-as melhor para o mercado internacional." O Fonplata disponibilizará até US$ 600 milhões para a iniciativa entre 2024 e 2026.

A partir do apoio dos bancos de desenvolvimento e da apresentação do relatório para ministros da América do Sul, em encontro que será realizado nesta sexta-feira, no Rio de Janeiro, as cinco rotas, pensadas a partir da realidade brasileira, começarão a ser discutidas com os demais países da região. No entendimento do governo brasileiro, a integração precisa ser desenhada de forma a beneficiar o conjunto dos países e suas populações.

INTEGRAÇÃO REGIONAL

O subcomitê foi montado no MPO cinco dias após o Consenso de Brasília, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu com líderes dos 11 países da América do Sul. No encontro, eles reafirmaram o compromisso de aprofundar a integração da região. Até agora, o subcomitê fez um trabalho intenso de escuta federativa: todos os 11 Estados que fazem fronteira com a América do Sul foram ouvidos no MPO e apresentaram obras de infraestrutura que consideram prioritárias para a integração regional. Estes projetos foram então comparados com obras do PAC e, colocados no mapa, deram origem a cinco rotas prioritárias de integração. Foram mais de 24 encontros, que também envolveram outros ministérios e órgãos como Receita Federal e Anvisa. No dia 6 de novembro, Tebet apresentou o projeto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que deu aval à iniciativa.

Como explicou a ministra Simone Tebet, "no Novo PAC há 124 iniciativas, espalhadas nos estados de fronteira dessas cinco rotas priorizadas pelo MPO, com caráter direto de integração. Trata-se de um "PAC da Integração", que contempla infovias, hidrovias, rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e linhas de transmissão de energia elétrica".

Tebet lembrou que, "ainda que o comércio intrarregional represente pouco menos de 20% das relações comerciais do Brasil com o mundo, a América do Sul se consolidou como um mercado fundamental para os produtos brasileiros com maior valor agregado". Os vizinhos sul-americanos representam menos de 1,5% do total das importações brasileiras, mas os países da região compram mais de 35% de todos os produtos com alta e média-alta intensidade tecnológica exportados pelo Brasil.

No documento, BNDES, BID, CAF e Fonplata apontam que "o foco desta atuação conjunta serão os projetos estratégicos de infraestrutura de integração, incluindo o apoio tanto por meio da disponibilidade de linhas de financiamento como a estruturação de projetos". E também informam que além do investimento em projetos de infraestrutura, a Iniciativa poderá promover o financiamento de projetos de integração nas áreas de saúde, educação, cultura, direitos humanos, proteção ambiental, entre outras.

Na visão de Ilan Goldfajn, "integrar é sempre o melhor caminho. Na sua essência, a integração consiste em melhorar vidas através da obtenção de ganhos em maior escala. Sabemos também que praticamente nenhuma outra política pública pode estimular o crescimento de forma tão eficaz como a integração".

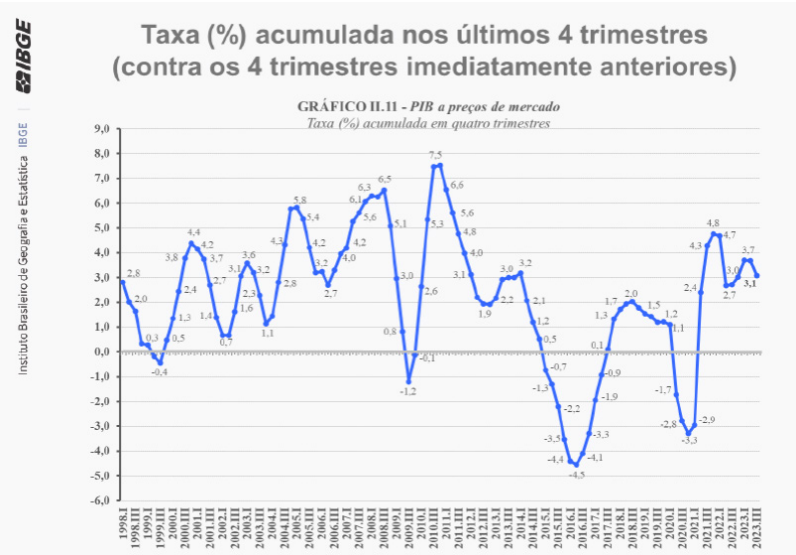
O BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento tem como missão melhorar vidas. Criado em 1959 por iniciativa do ex-presidente Juscelino Kubitschek, o BID é uma das principais fontes de financiamento de longo prazo para o desenvolvimento econômico, social e institucional da América Latina e o Caribe. O BID também realiza projetos de pesquisas de vanguarda e oferece assessoria sobre políticas, assistência técnica e capacitação a clientes públicos e privados em toda a região. Acesse nosso tour virtual.

PIB se mantém estável, mas o Brasil necessita de mudanças urgentes para a política econômica

A economia brasileira se manteve estável e cresceu 0,1% no terceiro trimestre do ano, na comparação com o trimestre anterior. Os dados foram divulgados no dia 5 de dezembro pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. . Segundo a economista Cristina Helena de Mello, diretora da área de Sucesso Docente e Discente da ESPM, havia uma previsão muito pessimista do mercado financeiro para o desempenho do PIB.

O dado divulgado é contraditório em relação ao mercado financeiro, pois ele aponta que as previsões estavam excessivamente negativas. "No meu ponto de vista isso mostra uma relativa miopia na compreensão do fenômeno econômico e das suas interações. Há pontos de atenção importantes a se observar: aspectos positivos que se constituem em impulsionadores de crescimento são o arcabouço fiscal, o compromisso em tentar manter o equilíbrio fiscal anunciado, e a aprovação de uma reforma tributária. Tudo isso mostra uma habilidade política do atual governo de construir cenários mais estruturados e com regras direcionadas a uma competição justa e com crescimento econômico", destaca Mello.

A especialista vê os fatores externos como guerra Ucrânia e Rússia, os conflitos no Oriente Médio e o desafio climático, demandantes de muita atenção. "Estes conflitos e esse cenário internacional impactam em setores críticos para o país como o agronegócio e a indústria extrativa. Esta, não internaliza ciclos de crescimento e representa uma ameaça ao equilíbrio climático e à sustentabilidade ambiental. Já a indústria de transformação vem performando mal, o que



preocupa bastante. É um setor capaz de agregar valor e impulsionar o desenvolvimento. Em especial o setor de máquinas e equipamentos vem apresentando resultados que reforçam expectativas pessimistas para o ano de 2024".

Carecemos de uma visão estratégica de inserção Brasileira no mercado global. Isso permitiria um ritmo de crescimento de longo prazo orientado por metas. Além da ausência de um projeto e planejamento de longo prazo, temos problemas de instrumentos e política econômica de curto prazo. Avançamos com relação à política fiscal e tributária. Mas, o governo deve olhar para política monetária como mais uma peça nesse arsenal de armas para alcançar crescimento e condições econômicas específicas. Essa política monetária com títulos pós-fixados é um equívoco, porque não tem um impacto sobre a estrutura e o balanço patrimonial dos bancos e com isso perde a efetividade", diz.

A economista ressalta que precisamos discutir a forma como fazemos o controle da inflação. Não se trata de discutir se teremos ou não metas inflacionárias, pois devemos ser incansáveis no controle da inflação e estabilidade de preços. Mas, precisamos replicar práticas internacionais que aplicam o regime de metas e conseguem a estabilidade de preços com taxas de juros mais baixas pois atuam com títulos pré-fixados e, portanto, com maior eficiência. "Combinado a esta reflexão sobre a política monetária, podemos também rever a estrutura de negociação de títulos da dívida pública brasileira, trazendo maior simetria nas negociações. Teremos um enorme desafio para 2024! O Mundo muda com velocidade acelerada, o mercado mudou, nós mudamos com a pandemia e em política econômica continuamos atuando da mesma forma que fazíamos antes, com os mesmos debates, as mesmas práticas, os mesmos tempos. Precisamos nos adaptar e antecipar as transformações deste tempo.", conclui.

Desempenho ruim da indústria derruba o PIB mineiro do 3º trimestre de 2023

Piora o ritmo da economia mineira, em relação à média nacional, no acumulado dos 4 últimos trimestres

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira
Presidente/Editor Geral de MercadoComum

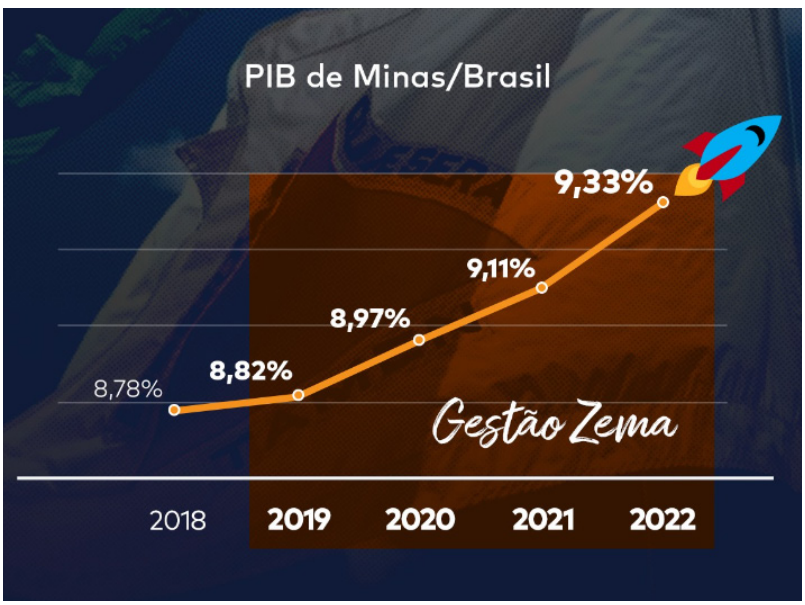
A Fundação João Pinheiro – FJP, instituição ligada ao governo de Minas Gerais divulgou, no dia 20 de dezembro, os dados relativos ao PIB do estado referentes ao 3º trimestre de 2023.

No terceiro trimestre de 2023, o PIB - Produto Interno Bruto de Minas Gerais totalizou R$ 257,8 bilhões, valor nominal 3,2% maior do que o registrado no mesmo trimestre em 2022 (R$ 249,9 bilhões).

Destaca a FJP que o montante alcançado entre julho e setembro deste ano incluiu o valor adicionado das atividades da agricultura, pecuária e produção florestal (R$ 13,8 bilhões), das indústrias (R$ 75,0 bilhões) e dos serviços (R$ 141,6 bilhões), além dos impostos indiretos sobre produtos líquidos de subsídios, que adicionaram R$ 27,4 bilhões aos preços pagos pelos consumidores.

Na comparação com o segundo trimestre de 2023, no entanto, o PIB de Minas Gerais apresentou variação real negativa de -1,4% no terceiro trimestre de 2023. "A retração pode ser explicada pelo resultado trimestral negativo dos subsetores da indústria, de -1,7%", explicou o pesquisador da Coordenação de Contas Regionais da FJP, Thiago Almeida. Por outro lado, a produção agropecuária (0,3%) e das atividades de serviços (0,6%) evoluíram positivamente no mesmo período.

Nessa base de comparação, apenas a construção apresentou variação negativa. Já na média dos últimos 12 meses considerados (outubro de 2022 a setembro de 2023), o PIB de Minas Gerais expandiu 2,6% em relação à média dos 12 meses anteriores (outubro de 2021 a setembro de 2022).



Participação do PIB de Minas Gerais no PIB brasileiro
Fonte: IBGE/FJP – Os dados de 2022 ainda são preliminares

SETORES

Na agropecuária, o menor peso da soja e do milho na passagem do segundo para o terceiro trimestre de 2023 foi compensado pela entrada da cana-de-açúcar, enquanto, na produção agrícola, previsões de aumentos de 37,6% na terceira safra de feijão, de 31,4% na terceira safra de batata-inglesa, e de 105,7% na safra de sorgo também contribuíram para o resultado agregado.

Por outro lado, na pecuária houve redução na comparação interanual de, aproximadamente, 1,5%, no total de leite cru adquirido de estabelecimentos locais.

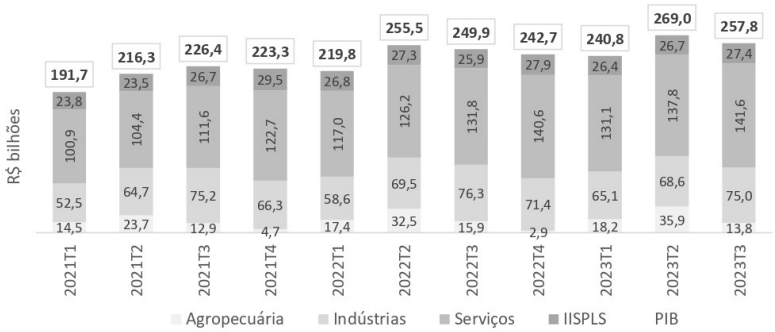
Na produção florestal, a demanda derivada da fabricação de produtos de papel e celulose foi reduzida e da siderurgia permaneceu praticamente inalterada.

Entre as atividades industriais, a

produção das indústrias extrativas de Minas Gerais no terceiro trimestre registrou queda em relação ao trimestre imediatamente anterior e, se comparada ao mesmo trimestre de 2022, a produção foi 1,7% menor. "A indústria extrativa mineral teve uma queda importante na série com ajuste sazonal, de 6,4%. Na comparação com o mesmo trimestre do ano passado, as principais empresas atuantes no estado tiveram queda na produção de minério de ferro", observou Almeida.

Por sua vez, nas indústrias de transformação, houve expansão da fabricação de produtos de alimentos, bebidas, fumo, de produtos de minerais não-metálicos, metalurgia e de produtos de metal (exceto máquinas e equipamentos) em comparação com o trimestre anterior, enquanto foi registrada retração na fabricação de produtos de papel, de derivados do refino de petróleo, de produtos químicos, de máquinas e equipamentos e de veículos automotores. "Na indústria de transformação, a construção civil também apresentou queda. O setor vem sendo bastante afetado pelas taxas de juros elevadas, o que desfavorece o financiamento no setor imobiliário", analisa o pesquisador da FJP.

Gráfico 2 – Valor Adicionado Setorial, Impostos sobre Produtos (IISPLS) e PIB a preços correntes - Minas Gerais – 1º trimestre de 2021-3º trimestre de 2023



Fonte: FJP, Coordenação de Contas Regionais (CCR).
Nota: Os resultados trimestrais de 2022 a 2023 permanecem como preliminares até a divulgação das pesquisas estruturais do IBGE e sua incorporação pelo Sistema de Contas Regionais (SCR-MG).

Agregado Macroeconômico	Base de Comparação			
	Trimestre imediatamente anterior	Mesmo trimestre do ano anterior	Acumulado no ano	Acumulado em quatro trimestres
	Minas Gerais			
PIB	**-1,4**	**2,6**	**3,2**	**2,6**
Valor Adicionado de todas as atividades	**-0,9**	**2,7**	**3,3**	**2,8**
Agropecuária	**0,3**	**22,6**	**11,6**	**8,4**
Indústrias	**-1,7**	**0,0**	**3,3**	**3,3**
Indústrias extrativas	-6,4	-1,7	6,7	6,2
Indústrias de transformação	-1,2	2,0	2,3	2,3
Utilidades públicas	-1,0	3,7	6,6	7,6
Construção	-1,7	-3,4	-0,9	0,0
Serviços	**0,6**	**1,7**	**2,1**	**2,3**
Comércio	0,7	1,2	1,1	1,1
Transporte	2,1	5,8	5,7	5,9
Outros serviços	0,5	3,6	4,7	5,0
Administração pública	0,1	0,4	1,0	0,6
	Brasil			
PIB	**0,1**	**2,0**	**3,2**	**3,1**
Valor Adicionado de todas as atividades	**0,2**	**2,1**	**3,3**	**3,1**
Agropecuária	**-3,3**	**8,8**	**18,1**	**14,4**
Indústrias	**0,6**	**1,0**	**1,2**	**2,0**
Indústrias extrativas	0,1	7,2	7,9	6,3
Indústrias de transformação	0,1	-1,5	-1,6	-0,2
Utilidades públicas	3,6	7,3	5,8	7,4
Construção	-3,8	-4,5	-0,9	0,5
Serviços	**0,6**	**1,8**	**2,6**	**2,8**
Comércio	0,3	0,7	0,9	0,8
Transporte	-0,9	1,6	3,5	4,6
Outros serviços	0,9	2,8	3,8	4,4
Administração pública	0,4	0,4	0,9	0,5

Fonte: IBGE, Coordenação de Contas Nacionais (Conac). FJP, Coordenação de Contas Regionais (CCR).
Nota: Estimativas preliminares, sujeitas à revisão.

OUTRAS ATIVIDADES

Nas atividades de geração e distribuição de eletricidade, gás, água e saneamento, houve expansão de 0,5% na comparação com o trimestre imediatamente anterior e de 2,4% na comparação com o mesmo trimestre do ano passado.

A geração de eletricidade no território de Minas Gerais (em GWh) permaneceu praticamente inalterada na comparação com o trimestre imediatamente anterior, mas apresentou expansão de 2,1% na comparação com o mesmo trimestre em 2022. "O ano de 2023 foi muito bom, de uma maneira geral, para o setor de geração de eletricidade com a recuperação do volume útil dos reservatórios, mas a gente teve uma ligeira queda no volume útil que afetou o resultado do 3º trimestre", finalizou Thiago Almeida.

No período avaliado, a expansão do volume de vendas no comércio de hipermercados, móveis e eletrodomésticos, farmacêuticos, equipamentos e materiais de informática e comunicação, de veículos e de material de construção mais do que compensou a retração nos segmentos do vestuário e de combustíveis.

No terceiro trimestre de 2023, somente as atividades de serviços de informação e comunicação apresentaram expansão no volume de serviços em Minas Gerais tanto na compa-

ração com o trimestre imediatamente anterior quanto na interanual.

O destaque negativo foi para os serviços prestados às famílias e os serviços profissionais, técnicos e administrativos, que apresentaram contração do nível de atividade.

Desempenho da economia mineira no acumulado dos 4 últimos trimestres piora em relação à média nacional

Revela o estudo da Fundação João Pinheiro que, no acumulado dos últimos quatro trimestres deste ano, a economia de Minas Gerais registrou uma expansão de 2,6% - inferior aos 3,1% da média nacional. No acumulado dos três primeiros trimestres do ano de 2023 o desempenho do PIB mineiro praticamente acompanhou o ritmo da economia brasileira que, no geral, apresentou crescimento de 3,2%.

No acumulado dos três primeiros trimestres de 2023 e em valores correntes, a economia mineira somou R$ 767 bilhões no período e a estimativa é que esse valor supere a casa de R$ 1 trilhão. De acordo com o coordenador de Contas Regionais da FJP, Raimundo Leal, a expectativa é que a atividade econômica do estado atinja entre R$ 240 a R$ 250 bilhões nesse intervalo de tempo.

Para a FJP, os próximos trimestres devem ser de continuidade na desaceleração do ritmo de crescimento econômico até que se complete o processo de ancoragem das expectativas inflacionárias e que as taxas de juros reais deixem de atuar num período contracionista. Ela ressalta, no entanto, que eventuais surpresas positivas podem ocorrer a depender da demanda do setor externo por exportações de commodities agrícolas ou minerais.

DIMINUI A PARTICIPAÇÃO DE MINAS NO PIB NACIONAL

Contraposto ao valor nominal do PIB do Brasil, estimado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em R$ 2.741,0 bilhões no terceiro trimestre de 2023, conclui-se que a participação do PIB de Minas Gerais no total nacional foi de 9,4% no período considerado, ligeiramente abaixo da participação estimada para o mesmo trimestre em 2022, de 9,6%.

Nos 22 anos decorridos deste século XXI, em onze deles a variação da taxa do PIB – Produto Interno Bruto de Minas Gerais teve desempenho pior do que a média nacional (2001, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2013, 2014, 2014, 2018 e 2019). Isto significa, literalmente, que a economia estadual cresceu menos do que a média de todos os estados brasileiros nos referidos anos.

Já nos quatro anos iniciais do governo Romeu Zema – 2019 a 2022*, a economia de Minas Gerais conseguiu se desvencilhar do aprisionamento ao já histórico crescimento inferior à média nacional deste século XXI pois, enquanto o PIB brasileiro registrou um aumento médio anual de 1,40% e acumulado de 5,53%, o do estado ficou restrito a uma expansão média anual de 1,54% e acumulada de 6,08% no mesmo período (*os dados de 2022 ainda são preliminares).

Gráfico 3 – Participação do PIB de Minas Gerais no PIB do Brasil – 1º trimestre de 2021-3º trimestre de 2023

Fonte: FJP, Coordenação de Contas Regionais (CCR).
Nota: Os resultados trimestrais de 2022 a 2023 permanecem como preliminares até a divulgação das pesquisas estruturais do IBGE e sua incorporação pelo Sistema de Contas Regionais (SCR-MG).

MINAS GERAIS X BRASIL – VARIAÇÃO ANUAL DO PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO – 2011/2022 - Em %

Ano	Minas Gerais	Brasil
2001	-0,12	1,39
2002	3,73	3,05
2003	2,13	1,14
2004	5,89	5,76
2005	4,02	3,20
2006	3,91	3,96
2007	5,53	6,07
2008	4,68	5,10
2009	-3,92	-0,13
2010	9,08	7,53
2011	2,48	3,97
2012	3,33	1,92
2013	0,47	3,00
2014	- 0,70	0,50
2015	-4,26	-3,55
2016	-2,00	-3,27
2017	1,66	1,32
2018	1,33	1,78
2019	-0,01	1,22
2020	-3,03	-3,28
2021	5,73	4,76
2022	3,49	2,90

*Anos em que a economia de MG teve desempenho pior do que a brasileira. Os dados de 2022 são preliminares. Fonte: IBGE/FJP – Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

PROSEGUR
Tornamos o mundo um lugar mais seguro através da inovação.
PROSEGUR CASH
segurpro
cipher
www.prosegur.com.br

Stellantis anuncia mudanças em sua estrutura organizacional na América do Sul

Desde o dia 1º de dezembro, a Stellantis contará com uma nova estrutura organizacional para o Brasil e América do Sul. Com os anúncios, a empresa busca acelerar o desenvolvimento de soluções de mobilidade sustentáveis e acessíveis, reforçar a posição de suas marcas, além de gerar mais dinamismo para as operações e qualidade dos produtos e serviços oferecidos aos clientes.

Assim, Herlander Zola assumirá a nova posição de Vice-presidente Sênior de Operações Comerciais da Stellantis Brasil e veículos comerciais leves (LCV) para América do Sul, responsável pela comercialização das marcas Fiat, Abarth, Jeep, Ram, Peugeot e Citroën.

Nesta nova estrutura, a área de operações comerciais também contará com algumas mudanças. Os novos responsáveis comerciais pelas marcas da Stellantis no Brasil responderão a Herlander Zola:

André Montalvão, responsável pela operação comercial Fiat e Abarth

Ricardo Gouveia, responsável pela operação comercial Jeep

Gustavo Azambuja, responsável pela operação comercial Peugeot e Citroën

Raquel Ribeiro, manterá sua responsabilidade pela operação comercial Ram

Fabio Meira, adiciona a sua atual responsabilidade de Vendas Diretas o gerenciamento de veículos comerciais leves (LCV) da Stellantis na América do Sul

Alexandre Aquino passa a ser o novo responsável pelas marcas Fiat e Abarth para a América do Sul. Enquanto Hugo Domingues assumirá o comando da marca Jeep para a região. Caberá a Juliano Machado a liderança da marca Ram no continente sul-americano.

Já Frederico Fialho assumirá a área de Planejamento de Programas e Produtos da Stellantis para a América do Sul. Breno Kamei, até então à frente desta área, será o novo responsável global pelos produtos da marca Jeep.

Alexandre Aquino, Hugo Domingues, Juliano Machado e Frederico Fialho se reportam diretamente a Emanuele Cappellano.

Erica Schwambach será a nova responsável pela área de Desenvolvimento de Negócios e Sinergias da Stellantis para a América do Sul, respondendo ao Juliano Almeida, Vice-presidente Sênior de Compras & Supply Chain da Stellantis para a América do Sul que substituirá Fabiano Augusto, que passará a responder por Desempenho & Governança global da marca Jeep.

"Com esta nova estrutura, avançaremos com os ganhos em eficiência e qualidade. Fortaleceremos a presença de nossas marcas, e vamos ampliar a nossa liderança em todos os mercados da região", afirma Emanuele Cappellano, Presidente da Stellantis para a América do Sul.

A Stellantis N.V. (NYSE: STLA / Euronext Milan: STLAM / Euronext Paris: STLAP) é uma das principais fabricantes de automóveis e fornecedoras de mobilidade do mundo. Nossas marcas históricas e icônicas incorporam a paixão de seus fundadores visionários e dos clientes em seus produtos e serviços inovadores, incluindo Abarth, Alfa Romeo, Chrysler, Citroën, Dodge, DS Automobiles, Fiat, Jeep®, Lancia, Maserati, Opel, Peugeot, Ram, Vauxhall, Free2move e Leasys. Impulsionados pela nossa diversidade, lideramos a forma como o mundo se move – aspiramos nos tornar a melhor empresa de mobilidade sustentável, não a maior, enquanto criamos valor para todos os acionistas e as comunidades nas quais operamos.

Brasil precisa aproveitar COP28 para aprimorar regulação do mercado de carbono

Modelos globais podem servir de inspiração para avanço da agenda regulatória. FecomercioSP defende escopo em que empresas dos Serviços e do Comércio participem de forma voluntária

A Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas deste ano (COP28), que começou na semana passada e termina na próxima semana (terça-feira, 12), é uma ótima oportunidade para o Brasil debater e observar modelos de regulação do mercado de carbono a nível global, seguindo países como Canadá, Nova Zelândia e Coreia do Sul, que já contam com escopos em operação, ou mesmo a União Europeia, cujo sistema entrou em vigor em 2005.

O Conselho de Sustentabilidade da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) tem se debruçado sobre o tema há alguns anos, principalmente em torno de duas premissas centrais: que empresas dos setores de Serviços e Comércio não sejam incluídas em um futuro mercado regulado e, por consequência, que tenham condições legais de vender créditos de carbono dentro desse mercado — podendo, assim, reduzir as emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) de forma voluntária.

Isso acontece porque esses negócios não podem ser considerados grandes emissores (conforme previsto no PL 412/2022, acima de 25 mil toneladas por ano). Na prática, são quase, em sua totalidade, empresas de pequeno e médio portes, que, apesar de serem a base da economia do País, produzem níveis de carbono muito abaixo dos operadores de maior porte. Por isso, não podem ser equiparadas a esses grandes emissores.

A Federação já levou esse pleito a diversos atores do Poder Público nos últimos anos, como governos locais, parlamentares federais e até mesmo à ministra do Meio Ambiente, Marina

Silva, em uma reunião realizada em março deste ano. A Entidade acompanha de perto a tramitação do Projeto de Lei (PL) 412/2022, proposto pelo senador Chiquinho Feitosa (DEM/CE).

O escopo do texto abarca uma série de fatores positivos para uma futura regulação do mercado de carbono — como a criação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases Estufa (SBCE), com foco sobre grandes emissores [tabela 1] —, mas alguns pontos ainda precisam de ajustes. Dentre eles, é fundamental que existam créditos validados, que possam ser disponibilizados para comercialização quando as regras passarem a ser exigidas, já que é só assim que o SBCE poderá começar a vigorar de fato.

Além disso, a implementação do mercado regulado deve ter o prazo reduzido de seis anos para três, de forma que os ativos sejam negociados com mais rapidez na economia. O texto em tramitação também não define qual e onde ficará lotado o órgão responsável por estruturar o mercado de carbono nos cenários local e internacional. A Assessoria Técnica da FecomercioSP entende que essa definição, prevista no Acordo de Paris (assinado em 2015), é importante no processo regulatório mais amplo.

Para a FecomercioSP, tão importante quanto esses ajustes é que o PL em questão mantenha dispositivos importantes já presentes no texto, como a desconsideração de negócios dos Serviços, do Comércio e do Turismo entre as empresas do SBCE e, tão relevante quanto, que os ativos desses empreendimentos sejam validados para entrar no mercado regulado e gerar renda.

No entendimento da Federação, é um avanço significativo para o Brasil se a ocasião da COP28, em Dubai (que tem a maior comitiva nacional da história do encontro), for utilizada pelo governo brasileiro para discutir, de forma mais aprofundada, os rumos da regulação do mercado de carbono. Seria importante assimilar as lições aprendidas dos modelos já existentes para aprimorar o sistema brasileiro e seguir em direção a um ambiente de comércio de emissões de carbono que contemple, de forma eficaz, os setores regulados e voluntários, além de trazer competitividade para o Brasil no cenário mundial.

AGENTES REGULADOS (OPERADORES E OBRIGAÇÕES) SEGUNDO PL 412/2022

Acima de 10.000 tCO_2 por ano	Acima de 25.000 tCO_2 por ano
I – Submeter plano de monitoramento à apreciação do órgão gestor do SBCE	
II – Enviar relato de emissões e remoções de GEE, conforme plano de monitoramento aprovado	
	III – Enviar o relato de conciliação periódica de obrigações
IV – Atender outras obrigações previstas em decreto ou em ato específico do órgão gestor do SBCE	

A FecomercioSP reúne líderes empresariais, especialistas e consultores para fomentar o desenvolvimento do empreendedorismo. Em conjunto com o governo, mobiliza se pela desburocratização e pela modernização, desenvolve soluções, elabora pesquisas e disponibiliza conteúdo prático sobre as questões que impactam a vida do empreendedor. Representa 1,8 milhão de empresários, que respondem por quase 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e geram em torno de 10 milhões de empregos.

Na COP-28, Sistema Faemg Senar apresenta caso de sucesso em agropecuária sustentável

Resultados do Projeto FIP Paisagens Rurais foram destaque durante workshop Minas Day

Como parte da estratégia de disseminar ao mundo o que a agropecuária mineira e brasileira tem feito em benefício do meio ambiente e como a atividade produtiva pode ser parte da solução para as questões climáticas mundiais, o Sistema Faemg Senar apresentou, no maior evento mundial sobre clima, a COP-28, em Dubai, nos Emirados Árabes, os principais resultados do Projeto FIP Paisagens Rurais. Durante o workshop Minas Day, o Governo de Minas e o setor produtivo lançaram o portfólio "Casos de Sucesso", que reúne 57 exemplos mineiros de enfrentamento à crise do clima, e a calculadora MRV Climático, que gerencia resultados e impactos das ações implementadas.

O FIP Paisagens Rurais é financiado com recursos do Programa de Investimento Florestal (FIP) e atua em sete estados no Brasil no Bioma Cerrado. Cerca de 50% dele está sendo executado em Minas Gerais, em 15 municípios da Bacia do Rio Tijuco, no Triângulo Mineiro. O objetivo é fortalecer a adoção de práticas de conservação e recuperação ambientais, bem como atividades agrícolas sustentáveis de baixa emissão de carbono. Já foram atendidos pelo projeto mais de 2.700 produtores rurais no estado. Mais de 27 mil hectares de áreas degradadas foram recuperados com agricultura de baixa emissão de carbono e mais de 7 mil hectares receberam ações de conservação e restauração ambiental.

Segundo o presidente do Sistema Faemg Senar, Antônio de Salvo, é necessário discutir cada vez mais sobre o papel e a importância dos produtores rurais, mostrando que a agricultura e a pecuária não são os vilões do meio

ambiente. "Viemos à COP mostrar o que Minas tem feito na agricultura para contribuir com a melhoria ambiental do mundo. Sabemos que a agricultura e a pecuária vão estar presentes em todas as discussões climáticas, mas não somos os culpados. A agricultura e a pecuária representam solução para grande parte dos problemas que estão sendo discutidos. Vamos continuar atuando juntos com o Governo e a indústria para que a gente continue avançando e produzindo com sustentabilidade, dando garantia de segurança alimentar para os mineiros e brasileiros", destacou.

O vice-governador de Minas Gerais, Professor Mateus, acrescentou que, sem a agricultura e sem a indústria, não é possível cumprir as metas de redução das emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE). "Fico muito feliz de ver que, em Minas, tanto agricultura quanto indústria têm consciência da importância que é estar aqui neste evento, pois se a gente fica de fora das discussões, apenas ouvindo sem oportunidade de falar, poderemos ser surpreendidos por regras que não fazem sentido e não vão nos levar na direção que queremos", disse. Ele reforçou o diálogo mantido com as federações da Indústria e da Agricultura para a elaboração de planos que se convertem em ações concretas, que saem do papel.

FIP PAISAGENS

Em Minas Gerais, a assistência do FIP Paisagens é executada pelo Sistema Faemg Senar, com apoio de entidades parceiras. Durante dois anos, os produtores recebem assistência técnica e gerencial e orientações para a recuperação de pastagens degradadas, Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal, por meio da visita mensal de um técnico de campo.

"Depois do projeto FIP Paisagens, consegui melhorar o uso das minhas áreas, aumentei minha produtividade e melhorei minha renda. O projeto realizou o treinamento de nascentes na minha propriedade. Aquela nascente que praticamente não minava água, depois da recuperação, tem chegado a 20 mil litros de água por dia", concluiu o produtor rural de bovinocultura de leite Wagner Marzinoto dos Santos, de Itapagipe.

Cresce a preocupação do brasileiro com custos de saúde e idosos são os mais afetados

Para 30% da população, alta dos preços sobre os medicamentos tem impactado mais no orçamento; índice estava em 22% há um ano

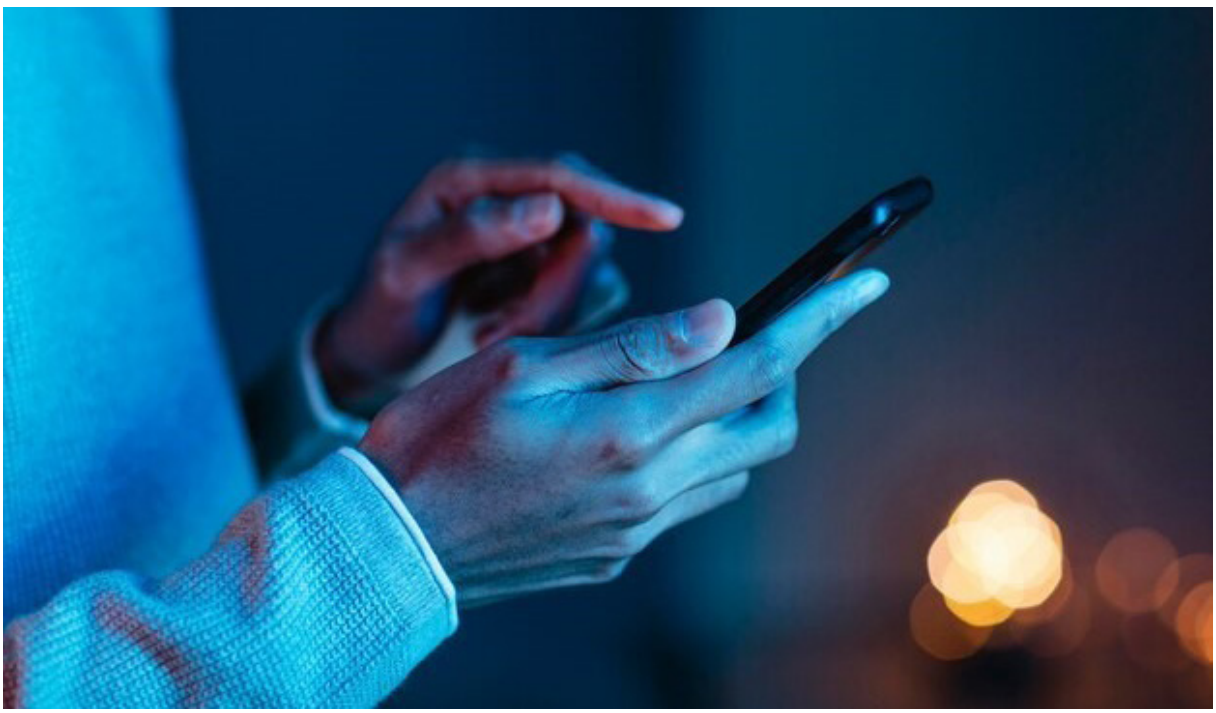
A inflação sobre medicamentos e outros gastos com saúde tem maior impacto na vida de 30% dos brasileiros no momento, índice maior do que os 22% em dezembro de 2022. Ainda, essa preocupação é ainda maior na faixa etária de 60 anos ou mais. É o que aponta a mais recente pesquisa RADAR FEBRABAN, apresentada na última sexta-feira (8) para todo o país.

O pagamento de serviços de saúde e remédios foi o aspecto com maior crescimento em 2023 na pressão inflacionária sobre as famílias. "No período de 12 meses, de dezembro de 2022 ao corrente mês, a inflação sobre remédios e gastos com saúde saltou de 22% para 30%, empatando na segunda posição com "preço de combustíveis". E chega a 37% na faixa etária de 60 anos ou mais", destaca o sociólogo e cientista político Antonio Lavareda, presidente do Conselho Científico do IPESPE.

O item alimentos e outros produtos do abastecimento doméstico permanece isolado em primeiro lugar, com oscilação de dois pontos no intervalo reportado (de 68% para 66%). O indicador alcança 70% entre os que possuem ensino médio, 69% entre os que têm renda entre 2 e 5 salários-mínimos e 69% na Região Sudeste.

Realizada entre os dias 29 de novembro e 2 de dezembro, com 2 mil pessoas nas cinco regiões do País, pelo IPESPE (Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas) para a FEBRABAN, esta edição do RADAR FEBRABAN mapeia as expectativas dos brasileiros sobre este ano e para o próximo, tanto em relação à vida pessoal, quanto em relação à política e à economia do país, e mensura como a população encara as compras de fim de ano, o endividamento, a Reforma Tributária, os golpes e tentativas de golpes bancários. A pesquisa também apura as opiniões de cada uma das cinco regiões brasileiras.

As consequências do uso excessivo de telas para a visão



O uso prolongado de telas pode resultar em uma condição conhecida como Síndrome da Visão do Computador (CVS). Os sintomas incluem fadiga ocular, olhos secos devido à diminuição da frequência de piscar, visão embaçada, dores de cabeça e tensão no pescoço e nos ombros. A exposição constante à luz azul emitida pelas telas também pode interferir nos padrões de sono.

Segundo o Dr. Marcelo Brito, médico oftalmologista, o uso excessivo do celular pode agravar os sintomas da CVS, pois geralmente envolve o foco prolongado em uma tela menor e a realização de atividades que demandam esforço visual. A postura inadequada ao segurar o celular pode contribuir para dores no pescoço e ombros, além de tensão nos olhos. Ainda mais, os estudos mais recentes demonstraram um preocupante aumento dos casos de miopia em crianças e adolescentes em todo o mundo.

"Os sinais de que a visão está sendo afetada incluem dificuldade em focar, visão turva temporária ao afastar o olhar da tela, dores de cabeça frequentes, sensação de olhos secos e irritados. Embora não haja uma recomendação única que se aplique a todos, sugere-se que limitar o tempo total de exposição às telas a cerca de 2 horas por dia, se possível, é uma prática saudável", explica o oftalmologista.

Além disso, usar o celular no escuro pode ser mais prejudicial devido à maior dilatação pupilar em ambientes com pouca luz. Isso aumenta a exposição direta à luz azul emitida pelo dispositivo, o que pode resultar em maior fadiga ocular e perturbação do sono. Recomenda-se evitar o uso excessivo de dispositivos antes de dormir.

Os idosos podem ser mais vulneráveis a problemas oculares devido ao envelhecimento natural do sistema visual. Condições como presbiopia (dificuldade de foco em objetos próximos), catarata e degeneração macular relacionada à idade podem ser agravadas pela idade.

Para um uso seguro das telas, é essencial adotar práticas como a regra 20-20-20, ajustar o brilho da tela conforme a iluminação ambiente, manter uma distância apropriada, considerar o uso de óculos com proteção contra luz azul, realizar exames oculares regulares e limitar o tempo total de exposição às telas, especialmente à noite.

A regra "20-20-20" para reduzir a fadiga ocular funciona assim: A cada 20 minutos de tela, faça uma pausa de 20 segundos e olhe para algo a 20 pés de distância.

Vinho, Gente, Coisas e Adjacências

Tinto pode com peixe? Pode!

Inimá Souza
inima.souza@gmail.com

Apenas como exceção à regra, que impõe: brancos com pescados e frutos do mar - o que já é sabido e de domínio público. Então, a exceção contempla, com todo o cuidado, a escolha de quais tintos podem ser os parceiros, e, igualmente, os peixes que aceitam, sem restrições, essa parceria.

Em relação aos tintos, é necessário que tenham pouco tanino, ainda que se ouça, com frequência, "peixes carnudos com vinhos tintos"; e aí vem, atum, bacalhau, salmão e mais. A verdade, esses vinhos são poucos, são os chamados tintos ligeiros, que devem ser consumidos sem demora.

Com estrutura pouco alcoólica, podem e devem ser servidos a temperaturas mais baixas, por volta dos 12°, 13°, facilitando, assim, a combinação. Alguns são recorrentes, a exemplo de um Cabernet Franc (não um grande Cabernet Franc), Pinot Noir (mais simples), Beaujolais, Merlot (também mais simples).

A lista inclui uns tintos brasileiros, alguns vinhos ligeiros portugueses, da mesma forma, certos italianos, espanhóis. Todavia, se surgiu a dúvida, volte para os assertivos vinhos brancos, ou até para alguns rosados que se comportam bem com peixes, em preparos menos elaborados.

A exceção, contudo, não abarca peixes de carnes brancas e de sabor delicado (linguado, truta etc.), e, também, camarão, lagosta, mariscos (ótimos com a acidez vibrante de um vinho verde) e outros.

PIZZA E VINHO

Ambos fazem uma parceria perfeita; e tem sempre um vinho ideal para acompanhar a pizza escolhida. Seguindo esse roteiro a tradicional Pizzaria do Porto, localizada nas proximidades da Praça Raul Soares, no Barro Preto, acaba de apresentar a sua carta de vinhos, cuidadosamente ajustada para a perfeita harmonização com o seu cardápio das mais deliciosas redondinhas.

LEONARDO

Leonardo Almeida Costa Duarte, assim era o nome de batismo; mas, para nós, para os tantos que tiveram o privilégio de conhecê-lo, e com ele conviver, simplesmente, Leo. Alma cândida, carregava, dia e noite, um sorriso de menino, maior que o próprio rosto. Do seu Restaurante do Porto, na Sagrada Família, irradiava-se e à imagem de um cometa luminoso, passou deixando um rastro de luz.

Tim, tim.

Mercado Gastronômico

Uma lista fora da caixa!

Sérgio Augusto Carvalho
sergioamc@uol.com.br

O site americano TasteAtlas divulgou, em dezembro, a suas listas de melhores e piores da culinária mundial em 2023. A melhor e a pior cozinha, a melhor e a pior comida, o melhor e o pior prato...

Várias curiosidades atraem a atenção de quem entra na pesquisa pelas polêmicas criadas a partir das escolhas. Se a intenção do Site era polemizar, acertou em cheio.

Quem acessa a Pesquisa completa vai ter o que pensar por muito tempo. Evidentemente, nós aqui vamos direto na lista de "Melhores Cozinhas do Mundo". Foram classificados 100 países, e o Brasil ocupou um honroso 12º lugar numa lista encabeçada pela Itália, que foi seguida (em ordem) pelo Japão, Grécia, Portugal, China, Indonésia, Mexico, França, Espanha, Peru, Índia e nosso glorioso país!

Os europeus contestaram a classificação da França como oitava cozinha do mundo, perdendo posição mais honrosa para México, Indonésia e Grécia. Na verdade, é muito difícil fazer uma classificação deste tipo usando critérios populares. Isto é, se a fama da cozinha tem relação com a aceitação pelo público e pela crítica internacional. A cozinha francesa é muito mais aceita e elogiada no mundo inteiro que a mexicana, indonésia e até mesmo a grega, que tem suas raízes presentes em grande parte da gastronomia francesa (não apenas na culinária).

Prefiro acreditar que a definição dos colocados até o sétimo lugar tenha sido decidida no Fotochart. Se ninguém contesta a posição da Itália em primeiro lugar, os outros seis colocados poderiam dividir o segundo lugar e a polêmica seria menor.

O 12* lugar do Brasil nessa lista é incontestável pela classificação alcançada por outros países de cozinha bem mais tradicionais e famosas que a nossa – tipo Turquia, Líbano, Hungria, Rússia, Korea, Suíça e outras mais.

Para o Brasil, o principal destaque – e motivo de orgulho, também polêmico! – foi a escolha da picanha como "Melhor Comida do Mundo"(Best Dishes in the World). Esta escolha parece que põe fim a uma antiga discordância entre brasileiros e argentinos: a picanha é deles ou é nossa. Tudo porque, lá a picanha chama-se tapa de cuadril e é tirada da ponta da chã, como aqui – só que os açougueiros espertinhos tupiniquins gostam de aumentar o seu tamanho e peso cortando acima para pegar um pedaço da chã (preço menor) e transformá-la em picanha.

O nome "picanha", na Argentina, é pouco conhecido (até por ciúmes). Essa denominação brasileira não é velha. Nasceu entre os anos 50 e 60, na antiga Churrascaria Bambu, em São Paulo, que encomendava suas carnes na Argentina e cobravam o olho da cara por um corte portenho. Certa vez, veio um corte que eles não pediram e o chef do restaurante resolveu aproveitar a carne, gorda e comprida, para fazer uma experiência. Cortou a ponta dessa carne, grelhou e serviu o playboy famoso na época, Baby Pignatari.

Acompanhada de batatas fritas, a carne deixou Pignatari empolgado. Chamou o chef e perguntou que carne era aquela. Ele respondeu: "é a parte onde se pica la aña"('aña'é um espeto usado para cutucar bois). "Pica La Aña" virou PICANHA!

Pois a nossa gloriosa picanha desbancou verdadeiros Ícones da cozinha mundial, como a Pizza Napoletana, Shashlik, Papardelle com Cinghiale (javali), Raclete, Parmigiana, Risotto ai Funghi Porcini, Bisteca alla Fiorentina, Ceviche, Chateaubriand e Pesto Genovês – entre outras tantas delicias mundiais.

Neste quesito, a grande injustiçada foi, novamente, a França, com menos pratos incluídos até mesmo que o Brasil – que ainda emplacou o vatapá, escondidinho e tutu de feijão entre as 100 melhores comidas do mundo. Este é um detalhe que pode manchar a idoneidade deste ranking...

Mais motivos para discussão é a lista de "Melhores Cidades para se Comer no Mundo". Mais uma vez, a França tem motivos para duvidar do TasteAtlas Awards 2023: Paris, a Meca da cozinha contemporânea no mundo, abiscoitou apenas o 14º lugar, atrás até de .... Bueno Aires (13º)!!!

Pelo Site, as 10 Melhores Cidades onde se come bem no mundo são: 1) Roma; 2) Bologna; 3) Nápoles; 4) Viena; 5) Tokio; 6) Osaka; 7) Hong Kong; 8) Turim; 9) Gaziantep (Turquia); 10) Bandung (Indonésia).

Outros centros: 14) Paris; 20) Lima; 29) Santiago do Chile; 31) São Paulo; 32) Bo-

As 100 Melhores Cozinhas do Mundo, segundo a TastAtlas são estas:

tasteatlas AWARDS 23/24

100 Best Cuisines in the World

1	Italy	4.65	26	Georgia	4.39	51	Egypt	4.21	76	Uzbekistan	3.97
2	Japan	4.65	27	Bosnia and Herzegovina	4.39	52	South Africa	4.20	77	Azerbaijan	3.96
3	Greece	4.64	28	Colombia	4.38	53	Ukraine	4.18	78	Taiwan	3.96
4	Portugal	4.61	29	Romania	4.36	54	Syria	4.18	79	Uruguay	3.96
5	China	4.59	30	Bulgaria	4.36	55	Ireland	4.17	80	Montenegro	3.96
6	Indonesia	4.57	31	Malaysia	4.36	56	Singapore	4.16	81	Ethiopia	3.95
7	Mexico	4.56	32	Germany	4.35	57	Pakistan	4.15	82	Iraq	3.94
8	France	4.55	33	Philippines	4.35	58	Puerto Rico	4.14	83	Qatar	3.94
9	Spain	4.55	34	Belgium	4.35	59	Norway	4.12	84	Trinidad and Tobago	3.92
10	Peru	4.54	35	Czech Republic	4.34	60	Bolivia	4.11	85	Libya	3.92
11	India	4.52	36	Austria	4.34	61	North Macedonia	4.11	86	Laos	3.92
12	Brazil	4.52	37	Switzerland	4.33	62	Israel	4.10	87	Barbados	3.92
13	Poland	4.50	38	Lithuania	4.32	63	Palestine	4.10	88	Cyprus	3.91
14	Argentina	4.50	39	England	4.31	64	Slovenia	4.08	89	Bangladesh	3.91
15	Turkiye	4.49	40	Algeria	4.31	65	Finland	4.03	90	Kazakhstan	3.91
16	USA	4.48	41	Russia	4.28	66	Tunisia	4.02	91	Albania	3.90
17	Thailand	4.48	42	Slovakia	4.28	67	Haiti	4.01	92	Kyrgyzstan	3.90
18	South Korea	4.46	43	Canada	4.26	68	Jamaica	4.00	93	Myanmar	3.90
19	Croatia	4.45	44	Sweden	4.25	69	Armenia	4.00	94	New Zealand	3.89
20	Serbia	4.45	45	Netherlands	4.24	70	Venezuela	3.99	95	Saudi Arabia	3.89
21	Hungary	4.44	46	Morocco	4.24	71	Belarus	3.99	96	Northern Ireland	3.89
22	Vietnam	4.44	47	Scotland	4.23	72	Moldova	3.99	97	The Bahamas	3.89
23	Iran	4.42	48	Ecuador	4.23	73	Sri Lanka	3.98	98	Dominican Republic	3.88
24	Chile	4.42	49	Denmark	4.22	74	Jordan	3.98	99	Wales	3.88
25	Lebanon	4.40	50	Australia	4.21	75	Cuba	3.97	100	Ghana	3.88

tasteatlas AWARDS 23/24

100 Best Dishes in the World

1	Picanha	4.75	26	Païdakia	4.58	51	Parmigiana alla napoletana	4.54	76	Fritto misto	4.50
2	Roti canai	4.74	27	Pernil	4.58	52	Causa rellena	4.54	77	Hünkar beğendi	4.50
3	Phat kaphrao	4.73	28	Tonkotsu ramen	4.57	53	Kaisendon	4.54	78	Boiled Maine Lobster	4.50
4	Pizza Napoletana	4.70	29	Khinkali	4.57	54	Tagliatelle al ragù alla Bolognese	4.53	79	Kokoretsi	4.50
5	Guotie	4.70	30	Chilaquiles	4.57	55	Khachapuri	4.53	80	Kapustnica	4.50
6	Khao soi	4.70	31	Focaccia di Recco col formaggio	4.57	56	Linguine allo scoglio	4.53	81	Tahchin	4.50
7	Butter Garlic Naan	4.67	32	Zeytoon parvardeh	4.57	57	Bryndzové halušky	4.52	82	Hong shao rou	4.50
8	Tangbao	4.67	33	Ciorba Radauteana	4.57	58	Escondidinho	4.52	83	Lechazo	4.50
9	Shashlik	4.66	34	Pierogi	4.56	59	Pasta carbonara	4.51	84	Guacamole	4.49
10	Phanaeng Curry	4.65	35	Pesto Genovese	4.56	60	Döner kebab	4.51	85	Nigiri	4.49
11	Pappardelle al cinghiale	4.64	36	Carnitas	4.55	61	Ragù alla Bolognese	4.51	86	Gambas al ajillo	4.49
12	Amêijoas à Bulhão Pato	4.64	37	İskender kebap	4.55	62	Shoyu ramen	4.51	87	Ceviche mixto	4.49
13	Pempek	4.64	38	Manti	4.55	63	Ajvar	4.51	88	Syrniki	4.49
14	Bánh mì thịt	4.63	39	Hot pot	4.55	64	Giouvetsi	4.51	89	Tombik Döner	4.49
15	Tom kha gai	4.61	40	Tacos gobernador	4.55	65	Tequeños	4.51	90	Kleftiko	4.49
16	Vatapá	4.61	41	Siu yuk	4.55	66	Mtsvadi	4.51	91	Ayam goreng	4.49
17	Dakos	4.60	42	Tacos al pastor	4,54	67	Bubur ayam	4.51	92	Tsitsila tabaka	4.49
18	Leche de tigre	4.60	43	Murgh makhani	4.54	68	Lasagne alla Bolognese	4.50	93	Tutu de feijão	4.49
19	Carne asada tacos	4.59	44	Shawarma	4.54	69	Gyros	4.50	94	Cordero asado	4.49
20	Cağ kebabı	4.59	45	Raclette	4.54	70	Adana kebap	4.50	95	Souvlaki	4.48
21	Maguro nigiri sushi	4.59	46	Karē	4.54	71	Beijing kao ya	4.50	96	Bistecca alla Fiorentina	4.48
22	Cochinita pibil	4.58	47	Tikka	4.54	72	Mercimek çorbası	4.50	97	Sinigang	4.48
23	Karaage	4.58	48	Tandoori	4.54	73	Massaman Curry	4.50	98	Żurek	4.47
24	Châteaubriand	4.58	49	Gringas	4.54	74	Risotto ai funghi porcini	4.50	99	Steak au poivre	4.47
25	Carne de porco à Alentejana	4.58	50	Česnečka	4.54	75	Pollo a la brasa	4.50	100	Phở bò	4.47

gotá; 34) New York; 43) Rio de Janeiro; 54) Lisboa; 55) Recife; 66) Salvador; 84) Belo Horizonte; 94) Barcelona .

As referências do TasteAtlas para identificar Belo Horizonte como uma cidade onde se come bem no mundo são interessantes, também. Comidas: coxinha, churrasco, X-Tudo e pão de queijo. Restaurantes: Nonô, Rei do Mocotó; Queijaria; Boca do Forno; Baby Beef; Baiana do Acarajé.

Com esta eu me vou.

Que as notícias sejam melhores em 2024 para todos nós!

Saúde!!!

Cartagena das Índias, Colômbia - Cidade Cinematográfica

Paulo Queiroga
Com ajuda do Blog: malapronta.com.br

A cidade de Cartagena hoje, Patrimônio Mundial pela Unesco, foi fundada pelos espanhóis colonizadores da América no ano 1533. Considerada uma das 25 cidades mais bonitas do mundo, segundo o Guia/site Travel Leisure, é também recomendada por um dos guias mais importantes dos Estados Unidos, o Frommers, como um dos 12 destinos do mundo para visitar.

LOCAL COBIÇADO

Estrategicamente localizada no Mar do Caribe colombiano, Cartagena era porto de parada obrigatória na antiga rota que unia as colônias à Europa, particularmente ao Império espanhol nas Américas. Daí sua importância comercial e o grande interesse da corte da Espanha no Caribe colombiano, por isso mesmo palco de sangrentas disputas.

PASSADO E PRESENTE

Atualmente, Cartagena preserva seu passado com a vantagem de agregar um ambiente charmoso, seguro e encantador para o visitante. Suntuosas construções seculares, jardins internos floridos, portais que ostentam a riqueza dos períodos colonial e republicano, ruas alegremente coloridas pela cultura crioula caribenha, hotéis charmosos, e requintada culinária regional e internacional são suas marcas.

A cidade antiga se protegia de ataques piratas com 11 km de muralha. Vale um passeio no fim de tarde em cima dos seus largos muros. Dentro da muralha é onde se concentram os principais pontos turísticos.

VOLTAR NO TEMPO

Transpor a entrada principal da muralha é como se deixar levar ao tempo da América colonial. O visitante é recebido por uma estátua do antigo militar espanhol, Blas de Lezo, considerado herói e histórico defensor do castelo em tempos de conflitos.

Caminhar pelo centro histórico é uma sequência de surpresas de cores, flores e vendedores de frutas típicas, artesanato, souvenirs etc. (às vezes insistentes). Sem esquecer das mulheres com

trajes típicos crioulos, as palenqueras, semelhantes às nossas baianas, que cobram para tirar foto ao seu lado.

Impressiona a suntuosidade do Castelo de San Felipe da Barajas, o Guardian de Cartagena. Construção iniciada em 1536, aparentemente terminado em 1657, a fortaleza no alto de colina de San Lázaro é hoje um dos principais pontos turísticos da cidade. Por dentro da fortaleza uma série de labirintos servia para confundir o inimigo em caso de invasão. Do alto da murada avista-se um singular pôr do Sol do Caribe.

VIOLÊNCIA E PODER

Não se pode deixar de conhecer o Palácio da Inquisição de Cartagena. Um casarão na Plaza Bolivar, com grandes colunatas e majestoso jardim central em estilo espanhol e elementos árabes, era a sede do Tribunal do Santo Ofício mantido pela igreja católica para investigar, processar e punir hereges e infiéis.

A Santa Inquisição chega à Cartagena em 1610 e ali funcionou por cerca de 200 anos. Transformado o casarão em Museu Histórico de Cartagena em 1924, o espaço abriga um acervo impressionante de instrumentos de tortura utilizados pela Inquisição para obter a "confissão" dos investigados.

Na mesma estética realista, o museu tem também uma ala de convivência e aprendizado dedicada aos Direitos Humanos, a contrastar com a violência do período colonial.

Uma região animada de Cartagena é o bairro Getsemani. Um espaço colorido, repleto de murais, onde se mistura arte popular com posicionamento político. Um verdadeiro mosaico de cores nas paredes das loja e restaurantes, nos guarda-sóis, nas barraquinhas, um lugar deliberadamente transmutado de bairro pobre para um destino turístico cult. Vale a pena curtir a cena deste arco íris cultural.

Las Bóvidas é um prédio enorme pintado em amarelo escuro, dezenas de arcos e colunas, construído no final do século XVIII, onde servia de cofre para munições e masmorra. Dizem que durante as guerras de independência na América Latina, os presos sofriam com a maré subindo a dentro na prisão até os joelhos. Hoje é um mercado turístico movimentado, que abriga lojas de artesanatos e exposição de arte. Do alto do edifício, uma vista infinita do infinito mar do Caribe e desta cidade mágica enche os olhos e a alma.

Nova York recebeu um total de 61,8 milhões de visitantes em 2023, sendo 589 mil brasileiros

Número mantém o Brasil como quarto principal emissor de turistas estrangeiros para a cidade, atrás apenas de Reino Unido, Canadá e França

O setor de turismo da cidade de Nova York continuou a impulsionar a economia do Estado e da cidade em 2023, gerando um impacto econômico de US$ 74 bilhões, sendo que mais de US$ 48 bilhões são provenientes de gastos diretos (não ajustados pela inflação). Essa atividade é responsável por mais de 380 mil empregos nas áreas de lazer e hospitalidade – cerca de 9% da força de trabalho local – e sustenta milhares de empresas de pequeno porte e de propriedade de minorias em todos os cinco distritos. A receita tributária, que totalizou mais de US$ 6 bilhões gerados pelos gastos dos visitantes, economizou para cada família da cidade nova-iorquina aproximadamente US$ 2 mil em 2023.

A New York City Tourism + Conventions, organização oficial de marketing de destino dos cinco distritos da cidade, também divulgou sua previsão final para 2023, com a cidade atraindo 61,8 milhões de viajantes este ano, uma recuperação de 93% em relação aos níveis recordes de visitação da cidade, alcançados em 2019.

"Eu já disse isso antes e vou dizer novamente: Nova York está de volta! E os números do turismo deste ano provam que nossa recuperação econômica está mais forte do que nunca", afirmou o prefeito de Nova York, Eric Adams. "O setor de turismo da cidade atinge todos os cantos dos cinco distritos, apoiando empresas pequenas e de propriedade de minorias e gerando mais de 380 mil empregos localmente. Somos gratos a cada um dos quase

62 milhões de turistas que geraram mais de US$ 74 bilhões em atividades econômicas para nossa cidade no decorrer deste ano e esperamos receber ainda mais visitantes em 2024".

"Ao longo de 2023, Nova York viu um retorno contínuo aos padrões de viagem pré-pandêmicos, reafirmando a posição do setor como um impulsionador da economia da cidade, o qual gerou US$ 74 bilhões em impacto econômico", disse o presidente e CEO da New York City Tourism + Conventions, Fred Dixon. "Nossa cidade está mais vibrante do que nunca. Novas atrações, ofertas culturais, restaurantes, uma experiência de chegada acolhedora e muito mais ajudaram Nova York a permanecer como um dos principais destinos para viajantes nacionais e internacionais".

VIAGENS DOMÉSTICAS E INTERNACIONAIS

As viagens domésticas chegarão a 51,1 milhões em 2023, um aumento de 7,9% em relação a 2022.

A visitação internacional, que representa quase metade de todos os gastos dos viajantes, chegará a 10,8 milhões de turistas em 2023, um aumento de 14,9% em relação ao ano anterior.

Em dezembro de 2023, mais viajantes estrangeiros terão visto válido nos Estados Unidos do que em qualquer outro momento da história.

Em 2023, os cinco maiores mercados internacionais da cidade de Nova York serão Reino Unido (974.000), Canadá (864.000), França (728.000), Brasil (589.000) e Alemanha (554.000).

O Canadá recuperará seu lugar como o segundo maior mercado internacional.

Os países da Europa Ocidental recuperam sua posição como principais mercados para viagens internacionais para a cidade.

As condições econômicas na América do Sul permanecem mistas, mas Brasil, Colômbia e Argentina continuam sendo importantes mercados emissores.

Os mercados da Ásia-Pacífico estão retornando em um ritmo mais lento devido a preocupações com distância, economia e acesso.

O mercado chinês está começando a retornar à medida em que a capacidade de voo aumenta; a China foi o segundo maior mercado externo da cidade de Nova York em 2019.

VIAGENS DE NEGÓCIOS E LAZER

As viagens de negócios são responsáveis por aproximadamente 20% de todas as visitas anuais à cidade de Nova York; esse foi o setor mais atingido pela pandemia e continua a se recuperar em um ritmo mais lento.

Em 2023, espera-se que as viagens de negócios aumentem para 11,8 milhões, crescendo em quase 3 milhões de visitantes.

INFRAESTRUTURA DE TURISMO

Nova York continua sendo o maior portão de entrada para os Estados Unidos. A cidade opera o sistema aeroportuário mais movimentado do mundo, com mais de 2.900 voos chegando semanalmente ao Aeroporto Internacional John F. Kennedy (JFK), Aeroporto Internacional Newark Liberty (EWR), Aeroporto LaGuardia (LGA) e Aeroporto Internacional Stewart (SWF). Mais voos chegam pelos aeroportos da cidade de Nova York do que por qualquer outro destino nos Estados Unidos.

O tráfego aéreo nos aeroportos LGA, JFK e EWR agora excede os níveis pré-pandêmicos.

Mais de US$ 20 bilhões em investimentos estão sendo feitos nos aeroportos JFK, EWR e LGA para melhorar a experiência do viajante:

O LGA está passando por uma transformação de US$ 8 bilhões que o converterá em um terminal principal único e estruturalmente unificado, com melhor acesso ao transporte e comodidades de alto nível para os passageiros – será a primeira reconstrução completa de um aeroporto dos Estados Unidos em mais de 25 anos. Todas as construções restantes estão programadas para serem concluídas em 2024.

A Autoridade Portuária de Nova York e Nova Jersey, em colaboração com a American Airlines e a Unibail--Rodamco-Westfield Airports, está lançando uma iniciativa de renovação comercial para o Terminal 8 no JFK, orçada em US$ 125 milhões.

Esse projeto apresentará mais de 60 novas opções de compras e restaurantes, enfatizando negócios locais e diversificados, após uma expansão do terminal de US$ 400 milhões.

Em 12 de janeiro de 2023, o Aeroporto de Newark estreou o Terminal A renovado. Ao custo de US$ 2,7 bilhões, ele oferece 33 novos portões que atendem aos clientes da Air Canada, American Airlines, JetBlue e United Airlines, diretamente conectados a um estacionamento de vários níveis.

Esse aeroporto também está trabalhando em um novo sistema de trem com guia elevada, de quatro quilômetros, para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e diminuir os congestionamentos.

O sistema de metrô da cidade de Nova York continuou a se recuperar, atingindo um recorde de 2,9 milhões de viagens pagas no sábado, 09 de dezembro, o que representa o maior número de viagens em um dia de fim de semana em quatro anos.

HOTÉIS

O desempenho dos hotéis permaneceu forte em 2023, com uma estimativa de 36,5 milhões de diárias vendidas, aproximadamente 8% abaixo dos níveis recordes de 2019.

Nova York está novamente entre os três principais mercados norte-americanos e foi a cidade com melhor desempenho hoteleiro nos Estados Unidos no quarto trimestre de 2023.

A demanda por hotéis permaneceu forte e foi apoiada por um aumento constante das viagens de negócios no meio da semana.

Mais de 70 novos hotéis, criando mais de 10.000 quartos de hotel, serão adicionados ao inventário local nos próximos três anos nos cinco distritos.

O inventário de quartos de hotel ativos ou disponíveis em toda a cidade continua a variar à medida em que os hotéis se ajustam às novas condições do mercado. Em dezembro de 2023, cerca de 121.464 quartos estavam no inventário ativo.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

O setor de artes e cultura continuou a ver a abertura de novos espaços e exposições. As vagas nessa área cresceram 7% em relação ao ano anterior, chegando a aproximadamente 84.800 empregos.

A temporada 2022/2023 da Broadway registrou 12,3 milhões de ingressos vendidos, 16,8% abaixo da temporada recorde de 2018/2019, pré-Covid (a última temporada completa antes da paralisação).

O comparecimento à Broadway aumentou 6% em relação a 2022, enquanto a receita bruta total aumentou 9%, chegando a US$ 11 milhões.

Olhando para o futuro

America 250: em 2026, os Estados Unidos celebrarão 250 anos de sua fundação. A cidade de Nova York comemorará seu status de primeira capital do país, o local de nascimento do governo americano e o lugar onde a Declaração de Direitos foi escrita.

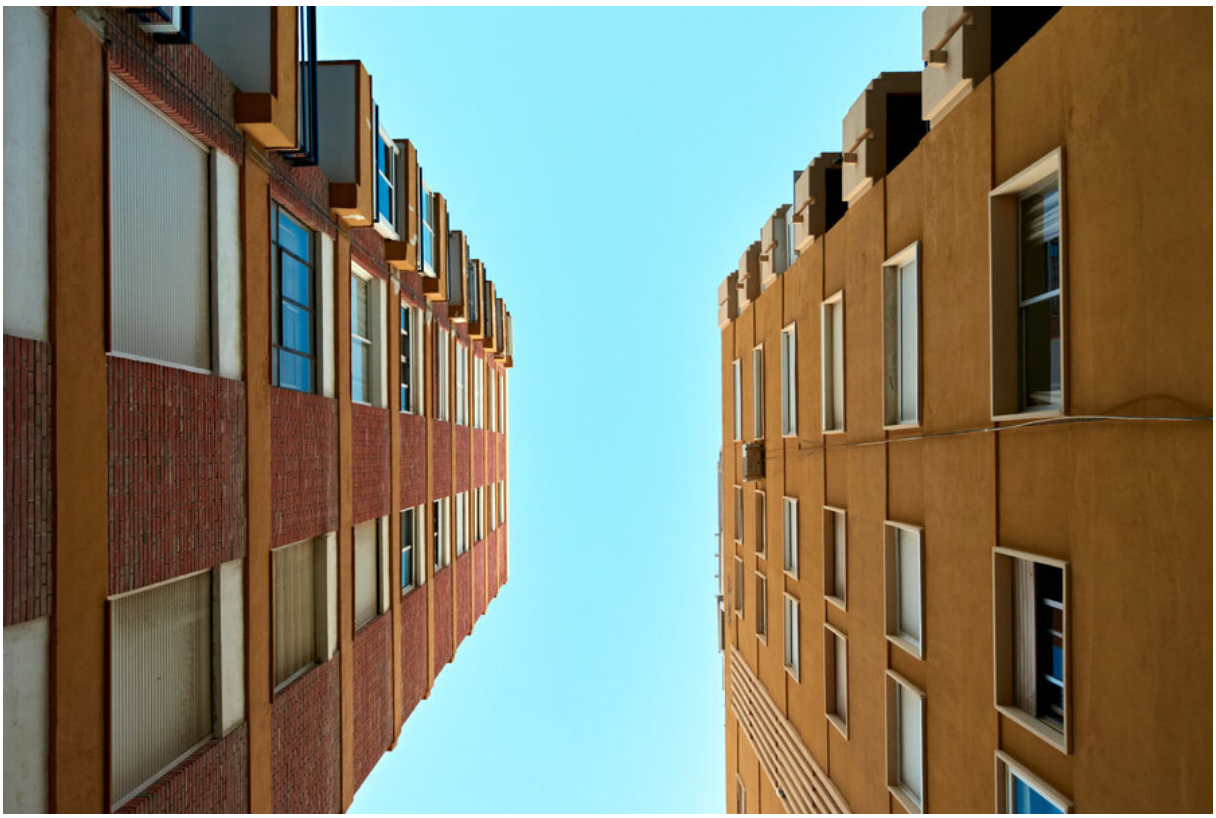
Copa do Mundo da FIFA 2026: a FIFA anunciou Nova York/Nova Jersey como cidade-sede da Copa de 2026. Outros detalhes serão anunciados nas próximas semanas, inclusive quais jogos serão realizados na área.

Atualmente, a cidade de Nova York está no caminho para receber 64,5 milhões de visitantes em 2024.

Fontes: The Broadway League, MTA, New York City Tourism + Conventions, Autoridade Portuária de Nova York e Nova Jersey, Tourism Economics, STR Data, Departamento de Comércio dos Estados Unidos e Departamento de Estado dos Estados Unidos.

Apartamento não é casa – Lei proíbe alterações nos edifícios

Kênio de Souza Pereira
Diretor em MG da Associação Brasileira de Advogados do Mercado Imobiliário (ABAMI) - Diretor da Caixa Imobiliária Netimóveis
kenio@keniopereiraadvogados.com.br



Causa perplexidade a postura de muitas pessoas comprarem um apartamento térreo com área privativa e passarem a realizar novas construções como se fosse uma casa e que não existissem coproprietários de todas as áreas comuns do edifício, inclusive da fachada que têm o dever de não alterar a edificação que é coletiva.

Os edifícios são construídos com base no projeto arquitetônico previamente aprovado pelo município, dentro do coeficiente de aproveitamento específico para o local, que geralmente é totalmente utilizado. Nem a construtora, após vender na planta uma unidade, pode alterar o projeto e os tamanhos das unidades sem a aprovação unânime dos condôminos, muito menos um condômino após o prédio ficar pronto. A pretensão de fazer cobertura ou laje no térreo afronta o projeto, a lei municipal, a Lei nº 4.591/64, o Código Civil e a convenção, por aumentar a área construída.

As pessoas têm total liberdade em adquirir o que lhes interessa, dentro de suas possibilidades, existindo milhares de apartamentos com os mais variados tamanhos e configurações. Os edifícios consistem em propriedade coletiva, tendo cada unidade determinada fração ideal do terreno, não podendo o comprador alterar o projeto que ao final da construção foi conferido pela fiscalização da prefeitura para a obtenção do Habite-se, que passou a ser denominado Baixa de Construção.

Caso o interessado na compra perce-

ba que o apartamento não lhe atende, deve comprar um lote e construir uma casa da forma que bem desejar, pois nesse caso não tem ninguém para lhe questionar. Consiste numa atitude ilegal construir na área externa do apartamento: telhados, espaço gourmet, banheiro, academia, churrasqueira, garagem, suíte, depósito etc. pois tal obra exige primeiramente permissão dos condôminos, em especial, do proprietário do andar de cima diante da possibilidade deste ser o principal prejudicado com a nova laje.

CONVENÇÃO PODE AUTORIZAR AMPLIAÇÕES NO TÉRREO E NO TERRAÇO.

Em vários edifícios o construtor ou incorporador prevê o direito do adquirente do apartamento de cobertura construir acréscimos, especialmente por ser comum tais obras em nada prejudicarem as fachadas e nem a segurança, pois a estrutura foi previamente projetada para suportar essa nova obra.

A situação das coberturas é simples por não interessar aos demais condôminos o que ocorre no terraço que consiste em área de uso exclusivo do proprietário da cobertura. Por essa razão inúmeras convenções estipulam essa liberdade ao proprietário da cobertura. O condomínio não pode criar obstáculos, onerar com taxas ou inibir tal construção por esse direito estar previsto desde a concepção do edifício.

Da mesma forma, há convenções que permitem a construção no piso térreo do apartamento, bem como em andares comerciais por ter o construtor constatado que não causará danos aos demais condôminos. Nesses edifícios a construtora deixou espaços que permitem a nova laje sem causar problemas para os vizinhos, cabendo a opção do proprietário da unidade térrea realizar ou não o acréscimo. Ficará, por conta dele, arcar com os custos de projeto e aprovação perante o município, caso tenha interesse.

LEI PROTEGE VIZINHOS DE TEREM PREJUÍZOS COM OBRAS IRREGULARES

Situação bem diferente consiste na pretensão de se construir nova laje no térreo, que conforme a finalidade e posicionamento, pode gerar riscos e facilitar a invasão dos apartamentos superiores por meio dessa laje ou telhado que passa a servir como escada para o ladrão acessar as janelas e varandas de quem comprou o apartamento sem esse problema.

De forma incrível há casos de o apartamento térreo fazer uma laje e o proprietário do apartamento acima deseja fazer uma sala ou quarto novo, ou seja, "um puxadinho", e o do terceiro andar repetir a proeza, de maneira a modificar a fachada. Isso é inaceitável, pois coloca em risco toda a edificação diante do aumento de carga, criando novas tensões, sendo comum o surgimento de trincas, que ao final os responsáveis se recusam a arcar com os custos expressivos das reparações.

RISCO À SEGURANÇA DO APARTAMENTO LOCALIZADA PERTO DA NOVA LAJE

Mesmo que a assembleia aprove com votação expressiva a nova laje, o proprietário do andar logo acima, diante do aumento de risco de invasão, bem como pela desvalorização, poderá impedir tal obra. Certamente muitas pessoas não comprariam o apartamento se tivessem visto uma laje a poucos centímetros da sua janela ou varanda, sendo, portanto, a insegurança fator de desvalorização.

POSSIBILIDADE DE LEGALIZAR E O BOM SENSO

Quanto à legalização, cada município tem sua regra, sendo que em Belo Horizonte, durante décadas, temos constatado a flexibilidade do poder público permitir a utilização do UTDC (Unidade de Transferência do Direito de Construção), bem como a compra de Outorga Onerosa, para viabilizar essas construções. O assunto é complexo, exigindo a análise de caso a caso diante das diversas possibilidades que geram dúvidas para quem não atua profissionalmente com Direito Imobiliário e com as regras de construção que implicam na análise de leis municipais que evoluem constantemente.

É tempo de Natal, tempo de lembrar Afonso Maria de Liguori

Jayme Vita Roso
Advogado, ambientalista e escritor
vitaroso@vitaroso.com.br

Antes de abordar o tema, breve recordação de Afonso Maria de Liguori (1696-1787).

Nascido de uma família aristocrática protestante, ainda não tendo completado dezessete anos, consegue obter o tão cobiçado título de Doutor in utroque iure (Doutor num e noutro direito). Homem de sucesso, com vinte anos, a disputa injusta de um caso provocou-lhe uma crise tão significativa que decidiu interromper a carreira e decidir ser sacerdote.

Pois então, com modo de ser advogado, simples, claro, natural, direto, contrastava com a tendência de sua época o seu estilo humano e discreto de viver, conquistando o afeto do povo.

Com trinta e sei anos, teve grave doença afastando-o de suas atividades e, sua convalescência numa cidade vizinha (Amalfi), devolveu-lhe o momento de voltar à sua vida.

O tempo em que esteve em Amalfi, em que vivenciou a miséria dos pastores e dos camponeses que não conseguiam ter acesso a nenhuma assistência espiritual, decidira-o a fundar uma comunidade, que se espalhou, nascendo então a Congregação dos Redentoristas.

Síntese da sua biografia produzida pelo Instituto Cristo Re Antoniano Maschile. Quando impresso o calendário de dezembro de 2023 a dezembro de 2024, Santo Afonso foi considerado um dos treze santos que mudaram o rosto da Europa.

Com o que conquistou na militância da advocacia, gestado pela sólida cultura

humanista de seu tempo, mitigada por seu espírito livre e aberto ao que lhe foi trazido pela vocação, tudo acompanhado por sua honestidade intelectual.

O livro As glórias de Maria, escrito e publicado em Nápoles em 1750, tiveram sucesso que nem ele nem qualquer outra pessoa poderia ter imaginado. Teve mais de mil publicações e, no ano de 1939, traduzido para mais de quinze línguas, em umas 600 edições.

Encerrando as cortinas, trazendo a informação, Afonso compôs e musicou "Tu vens das estrelas" (Tu scendi dalle stelle), que o público tomou conhecimento desse pastoral e daí até uns dias, na Itália, não agnóstica, substitui o Jingle Bell.

Músico, poeta, escritor, sacerdote e autor de 101 obras. Em 1775, recebeu permissão para se aposentar e foi viver numa comunidade redentorista em Pagani, onde morreu em 1º de agosto de 1787. Ele foi beatificado em 15 de setembro de 1816 pelo Papa Pio VII e canonizado em 26 de maio de 1839 pelo Papa Gregório XVI. Papa Pio XII declarou-o santo padroeiro dos confessores e moralistas em 26 de abril de 1950 e escreveu a encíclica Haurietis Aquas sobre ele (como está redigido na contracapa da edição de Natal – meditações e poesias, edição de Oreste Gregório. Milão: San Paolo, 2003).

Publiquei, em Migalhas (Editora), em 2015, Apontamentos aos Códigos Deontológicos do Advogado Europeu e Italiano: Breves informações sobre o dodecálogo jurídico de Santo Afonto Maria di Liguori (São Paulo: Migalhas, 2015). Reunidos mais de dois séculos, ainda à baila a pergunta que lancei: "Está a deontologia forense submissa às regras morais?". Assim, são essas algumas das principais deontologias que Afonso de Liguori enunciou que, por fidelidade e probidade, as traduzi do biógrafo de Afonso: 1. O advogado não necessita aceitar causas injustas, porque são perniciosas para a consciência e para o decoro próprio; 2. O Advogado não deve defender uma causa com meios ilícitos e injustos; 3 A dileção e a falta de cuidados dos advogados comumente prejudicam os clientes e devem reparar-se os danos; 4. Deve o advogado implorar a Deus ajuda para a defesa; 5. Deus é o primeiro protetor da justiça; 6. A justiça e a honestidade não devem separar-se dos advogados católicos, aliás, devem sempre preservar-se como as pupilas dos olhos; 7. Ao defender as causas, deve-se ser verídico, sincero, respeitoso e razoável.

Que o ano de 2024 traga a todos os leitores que me brindaram com suas atenções e carinhos grandes felicidades!

Feliz Natal e próspero ano Novo são meus sinceros desejos.

BDMG Cultural completa 35 anos de projeção de talentos e referência em premiação instrumental e arte contemporânea

Sob a visão de que Cultura é desenvolvimento, instituto foi fundado em 1988 e é reconhecido por seus programas e editais de apoio ao setor

Projeção de novos talentos, reconhecimento de artistas consagrados e referência em premiação instrumental e arte contemporânea. O BDMG Cultural chegou, em 14 de dezembro, aos 35 anos de história de incentivo e promoção da cultura mineira. Fundado sob a visão de que a Cultura está diretamente relacionada ao desenvolvimento, o instituto pauta sua atuação neste conceito ao unir Estado, iniciativa privada e segmentos diversos da sociedade em seus projetos.

"O BDMG Cultural é uma instituição sólida e que anda lado a lado do desenvolvimento da arte de Minas Gerais, tendo testemunhado momentos muito importantes da cultura do nosso Estado. Com sensibilidade e trabalho, mantiveram as características e a essência do instituto, que é referência nacional no fomento, registro e divulgação dos nossos processos culturais", comenta Gustavo Mitre, presidente do BDMG Cultural.

Fundado em 1988 pelo então presidente do Banco, Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, o BDMG Cultural desenvolve programas e editais que atuam em diferentes etapas da produção cultural, buscando ir além da exibição de espetáculos já montados, obras já concebidas e linguagens consolidadas no mercado.

No campo musical, o instituto completa 23 anos como referência nacional na promoção de novos ta-

lentos e na premiação de artistas consagrados. Ao todo, mais de 700 jovens artistas passaram pelos projetos, com mais de 40 espetáculos realizados e 27 talentos premiados. Nesse portfólio, ainda se destacam o Coral BDMG e o Prêmio BDMG Instrumental, considerado por especialistas como o mais longevo e consistente do setor no país. Ao longo de 22 edições, 88 artistas foram premiados, com cerca de 140 shows realizados.

"Nos anos 1980, uma primeira geração de músicos se fixou em Minas, construindo a partir daqui sua linguagem musical, suas carreiras e seu público, sem ter que se submeter ao aceite do eixo Rio-São Paulo. Antes disso, para se dedicar à música por aqui, era preciso trabalhar com publicidade, dar aulas ou tocar nos bares da cidade os grandes sucessos das rádios nacionais. É neste contexto que nasce o BDMG Cultural, participando ativamente da estruturação do setor desde então, em diferentes etapas e formas da produção artística", afirmou a musicista Titane, que foi a diretora cênica do espetáculo em comemoração aos 35 anos.

ACERVO E PESQUISA

Nas artes visuais, a Galeria de Arte BDMG Cultural completa 35 anos de parceria com os artistas locais e integra o Circuito Liberdade, complexo cultural gerido pela Secretaria de Cultura e Turismo do Estado (Secult). Com um acervo valioso, a Galeria tem obras importantes das artes plásticas mineiras na atualidade. Praticamente todo esse acervo está disponível no site do instituto (bdmgcultural.mg.gov.br). Iniciado no final da década de 1980, ele disponibiliza mais de 270 obras, sendo tema de trabalhos de curadoria e pesquisa em arte contemporânea. Ao todo, mais de 570 artistas expuseram suas obras na galeria.

"O instituto se destaca no Programa de Mostras em sua Galeria, que

anualmente publica editais para seleção de talentos que retratam a cena artística contemporânea. Além disso, tem realizado exposições de artistas populares, em especial do Norte de Minas e Jequitinhonha, mostrando como é pujante o trabalho da região. Destaco também o programa de residências do BDMG, fundamental para o processo de aprendizagem dos novos talentos, que trabalham juntos com artistas e curadores durante a experiência", ressalta a curadora Rita Lages, professora e pesquisadora de Teoria e História da Arte.

Além disso, o BDMG Cultural também exerce um importante papel como centro de produção e difusão de conhecimento, com a promoção de debates, conferências e palestras com especialistas da área, em parceria com universidades e centros de pesquisa em todo o país. O instituto já lançou diversos livros e catálogos, mantendo a "Revista BDMG Cultural - Histórias Contemporâneas da Cultura", também disponível virtualmente em seu site.

CELEBRAÇÃO

Além do show "Sons de uma história: tambores e vozes nos 35 anos do BDMG Cultural", realizado, no Palácio das Artes, com artistas como Maurício Tizumba, Raquel Coutinho, Sérgio Pererê, Sérgio Santos e Titane, instrumentistas premiados ao longo da histórico da instituição e guardas de congado, uma mostra especial foi organizada em celebração aos 35 anos.

Até 10 de março, na Galeria de Arte do BDMG Cultural, será apresentada a mostra "Não sou idêntica a mim mesma: Mulheres artistas no acervo BDMG Cultural". Com entrada gratuita, a exposição poderá ser visitada diariamente, das 10h às 18h, e das 10h às 21h nas quintas-feiras.

Lei Rouanet

MinC e Governo Federal não liberaram R$ 16 bi para projetos culturais via Lei Rouanet

O Ministério da Cultura divulgou, no dia 28 de dezembro, a seguinte nota:

"Mais uma vez tentam criminalizar o maior instrumento de incentivo à cultura no país, a Lei Rouanet, com informações distorcidas e sensacionalistas. O Ministério da Cultura (MinC) e o Governo Federal não realizam repasses diretos de recursos públicos para projetos culturais e para artistas, via Lei Rouanet.

Em 2023, a demanda por financiamento de projetos culturais através da Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet) foi muito superior aos anos anteriores, atingindo 10.676 propostas admitidas, de um total de 12.265 recebidas.

Já o valor somado que os proponentes podem captar com patrocinadores atingiu R$ 16,7 bilhões nesse ano. No entanto, esse montante não foi liberado pelo MinC e pelo Governo Federal. Apesar da alta demanda de admissibilidade de propostas, o valor efetivamente captado e renunciado pelo Governo Federal, até 19 de dezembro de 2023, foi de R$ 1,271.375.779,96. Já a projeção, considerando todo o exercício fiscal, é de R$ 2,5 bilhões. Em 2022 o valor efetivamente renunciado foi de R$ 2,1 bilhões.

Esses dados comprovam que, com a recriação do MinC, houve um recorde de projetos inscritos, o que se deve a uma demanda reprimida dentro da sociedade durante os quatro anos anteriores, quando havia uma legislação que dificultava muito a apresentação de propostas ao Ministério.

Além disso, em 2023 houve um crescimento do número de propostas de planos anuais e plurianuais (até quatro anos); modernização do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (SALIC), com mais agilidade na avaliação da admissibilidade das propostas; e realização de vários editais públicos lançados por empresas patrocinadoras e pelo MinC, que ampliaram a possibilidade de acesso mais democrático e melhor distribuído pelas regiões brasileiras.

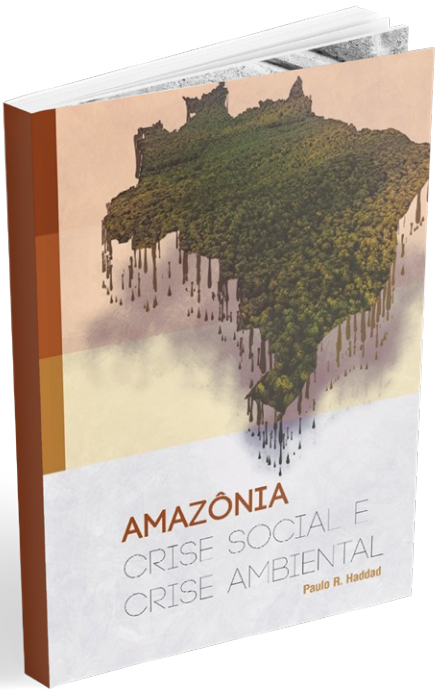
Cabe ressaltar, ainda, que o mecanismo de Incentivo a Projetos Culturais funciona por demanda espontânea da sociedade. As propostas são apresentadas em plataforma digital livremente. Essa solicitação é avaliada pelo MinC e, caso cumpra as exigências da Lei, recebe a autorização de captação de recursos junto aos investidores (empresas e pessoas físicas) para a realização do projeto.

O MinC reforça que o investimento em cultura deve ser valorizado e fortalecido por se tratar de um setor com forte impacto positivo na economia brasileira, representando 3,11% do Produto Interno Bruto (PIB). Esse resultado da economia da cultura e das indústrias criativas supera, por exemplo, o índice da indústria automobilística que registrou um valor de 2,1%, em 2020. Outro destaque é que para cada R$ 1 investido na Lei Rouanet, o retorno para a sociedade é de R$ 1,59.

Além disso, o setor cultural emprega 7,4 milhões de pessoas no país, o que equivale a 7% do total dos trabalhadores da economia brasileira.

Portanto, investir em cultura é investir em emprego, renda, emancipação social.

Livro em homenagem a Alysson Paolinelli



O prof. Paulo R. Haddad acaba de lançar um livro em homenagem ao Professor e Ministro Alysson Paolinelli intitulado AMAZÔNIA CRISE SOCIAL E CRISE AMBIENTAL (Editora Caravana- Belo Horizonte).

Propõe que se vá para além das diretrizes e recomendações gerais para resgatar o processo de desenvolvimento sustentável da Região (= crescimento econômico acelerado e globalmente competitivo + justiça social na distribuição dos frutos do crescimento + conservação, preservação e recuperação dos ecossistemas regionais) detalhando, passo a passo, a implementação de três Programas Estratégicos:

Amazônia Legal no Terceiro Ciclo de Expansão da Economia Brasileira.

Promoção e Desenvolvimento de Aglomerações Produtivas de Micro e Pequenas Empresas na Amazônia Legal (Modelo da Terceira Itália).

A Organização de um Sistema de Promoção Industrial da Bioeconomia na Amazônia Legal.

Destaca um modelo de desenvolvimento a partir das inovações schumpeterianas que caracterizam o Terceiro Salto de Inovações Científicas e Tecnológicas da Agropecuária Brasileira; o objetivo é produzir alimentos para a Humanidade (mercados e programas de segurança alimentar) sem desmatar e com elevação da produtividade total dos fatores de produção. Baseia nas ideias e propostas de Alysson Paolinelli quando presidente no Instituto Fórum do Futuro.

Analisa os impactos econômicos, sociais e ambientais dos Programas Estratégicos para atenuar os desequilíbrios regionais de desenvolvimento no Brasil e para gerar os recursos no médio prazo que equilibrem os usos e fontes dos próprios financiamentos realizados em sua implementação.

O livro é dividido em duas Partes. Na Introdução, são apresentados indicadores que mostram uma crise social como uma realidade dramática para os 38 milhões de brasileiros residentes na Amazônia Legal, tão grave quanto a crise ambiental, a qual tem ganhado maior espaço nos meios de comunicação nacionais e internacionais.

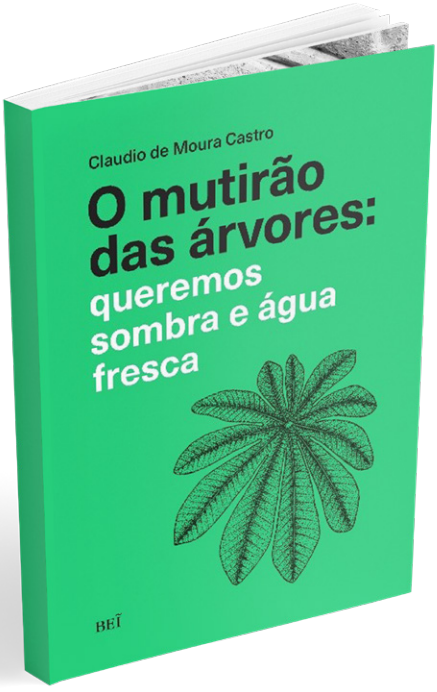
Na Parte I, estuda-se a origem dos pensamentos econômicos (clássico e neoclássico) que deram origem às ideologias ambientalistas e como elas definem o valor econômico da Amazônia. Procura-se esclarecer como se formam os modelos mentais presentes nos processos de decisão de diferentes protagonistas individuais ou institucionais sobre a relação com o sistema natural da Região. "Modelos mentais consistem de paradigmas de conhecimento, que formam uma espécie de biblioteca que informa a perspectiva do indivíduo e estruturas de referência que incluem crenças, inferências e objetivos".

Na Parte II, é analisada a participação da economia da Amazônia Legal em um 3º ciclo de expansão da economia brasileira, que está imersa na "armadilha da renda média", a qual sugere que a transição de um país de renda média para uma economia avançada não é um processo simples de se realizar historicamente. No caso brasileiro, essa transição poderá ocorrer se estruturarmos um novo ciclo de expansão: um período longo de crescimento econômico acelerado, precedido de reformas político-institucionais, estruturado a partir de um plano decenal de desenvolvimento, com a eliminação dos pontos de estrangulamento.

Escreveu esse livro, não apenas a partir de sua experiência de mais de trinta anos na vida acadêmica, mas também a partir da experiência de quarenta anos de atividades diversificadas de consultorias na Amazônia e no Centro-Oeste. Valorizou, na redação do livro, um número imenso de conversações locais e regionais com os principais protagonistas e empreendedores que fazem o desenvolvimento sustentável acontecer na Região. Pois, como diz Guimarães Rosa: "Uma coisa é pôr idéias arranjadas, outra é lidar com país de pessoas, de carne e sangue, de mil-e-tantas misérias... De sorte que carece de se escolher".

O livro se encontra disponível em e-book na AMAZON e impresso na Editora Caravana (55 - 31- 97306-6624)

O mutirão das árvores



"Ao leitor, devo explicar minhas qualificações para a empreitada que começa aqui. Afinal, sou um economista que se dedicou à educação e, nos assuntos de meio ambiente, digamos que eu seja um observador qualificado. Nem um leigo completo, nem um profissional de silvicultura ou ecologia. Vejo o assunto com um pé dentro e outro fora da área. Dessa perspectiva, escrevo."

O esclarecimento é de Claudio de Moura Castro e aparece no início dos "Agradecimentos" de O mutirão das árvores: queremos sombra e água fresca, seu novo livro, que acaba de ser publicado pela BEÏ Editora. A obra representa o mais ambicioso resultado das reflexões do autor sobre o maior – e por isso mesmo incontornável – desafio da atualidade: conter a elevação da temperatura da Terra. "Sem desprezar o deleite de uma boa sombra, trata-se de responder de forma contundente à escassez generalizada de água e ao aquecimento global. Embora não seja o único caminho a ser trilhado, a tese é persuasiva: plantar árvores é o melhor remédio para esses males", atesta o economista.

O envolvimento de Castro com os temas ambientais vem de uma época em que o assunto não tinha no Brasil qualquer traço de prioridade. Quando, no começo dos anos 1970, regressou ao país depois de uma temporada acadêmica no exterior, na qual tomou contato com a ecologia, ele incluiu no programa da disciplina que ministrava no pioneiro mestrado em Economia da Fundação Getulio Vargas do Rio de Janeiro um capítulo de estudos em torno da questão. "Não demorou para que um aluno, talvez o primeiro da classe, pontificasse com uma declaração furibunda: 'Ecologia é coisa de americano!'", relata o autor no livro. "Pouco adiante, esse mesmo jovem foi fazer seu doutoramento em Harvard e voltou ambientalista. (...) É como se a trajetória dele espelhasse a de um bom número de brasileiros. Ninguém se preocupava com tais problemas. As exceções eram vozes perdidas, na contramão das percepções e crenças da nossa gente. Contudo, acabamos por perceber o equívoco. Meu aluno sofreu uma mudança brusca nas suas crenças. A sociedade brasileira anda mais devagar. Ainda assim, vemos emergir mais convertidos e os céticos estão na defensiva", assinala Castro.

Escrito em uma linguagem cristalina e atenção aos dados científicos, O mutirão das árvores escancara as graves consequências que o descaso com as florestas e as mudanças climáticas pode trazer. Prefaciada por Alysson Paolinelli (1936-2023), engenheiro agrônomo que foi ministro da Agricultura e um dos responsáveis pela criação da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa), a obra ressalta a importância do Estado para reverter o atual cenário, atuando no papel de maestro de uma concertação ao lado da iniciativa privada e da sociedade civil. Em larga medida, o livro tem o propósito de ser um chamamento à razão em nome da sobrevivência do planeta – e da própria espécie humana.

Claudio de Moura Castro (Rio de Janeiro, 1938) é graduado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre pela Universidade Yale e doutor pela Universidade Vanderbilt (sempre em sua área de formação). Foi professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Fundação Getúlio Vargas, Universidade de Chicago, Universidade de Brasília, Universidade de Genebra e Universidade da Borgonha. Autor de mais de cinquenta livros e mais de trezentos artigos científicos, é colunista do jornal O Estado de S. Paulo. Foi diretor-geral da Capes, secretário executivo do Centro Nacional de Recursos Humanos, do Ministério do Planejamento, e funcionário da OIT, Banco Mundial e BID. Assessorou a diretoria do grupo Pitágoras (Cogna) e do Instituto Positivo.

FICHA TÉCNICA

Título: O mutirão das árvores: quermos sombra e água fresca

Autor: Claudio de Moura Castro

Ilustrações bico de pena: Marcus Brito

Projeto gráfico: Alexandre Costa

ISBN: 978-65-86205-37-4

Idioma: Português

Páginas: 240

Formato: 15,7 x 23 cm

Acabamento: Brochura, no papel pólen bold

Ano: 2023

Preço de capa: R$ 68,00

Susep lança Manual Técnico de Seguro Garantia

Previsto no Plano de Regulação da Susep, documento complementa a Circular Susep nº 662/2022

A Superintendência de Seguros Privados (Susep) acaba de divulgar em seu site o Manual de Seguro Garantia. O documento busca apresentar definições e conceitos do produto, em uma linguagem simples e acessível às partes envolvidas neste seguro. O material dispõe, de forma clara, objetiva e detalhada, sobre a estrutura e funcionamento do seguro, durante todo o seu ciclo de vida, buscando traduzir e esclarecer as regras dispostas pelo novo marco regulatório do seguro garantia, a Circular Susep nº 662/2022.

Prevista no Plano de Regulação da Susep para o ciclo 2023-2024, a publicação deste documento visa proporcionar uma maior compreensão do seguro garantia aos seus consumidores e público em geral, assim como às seguradoras, resseguradoras e corretores de seguros. O manual poderá ser utilizado para dirimir eventuais dúvidas do seguro e respectivas especificidades.

De acordo com Bárbara Gomes, Analista Técnica que coordenou a elaboração do manual, o documento amplia a transparência e a confiança no produto. "A publicação do manual representa um importante passo em direção à simplificação e democratização do entendimento do seguro garantia", afirma.

A busca por maior clareza nas operações do seguro garantia tem como objetivo, ainda, ajudar a reduzir a assimetria de informação entre as partes envolvidas, com o intuito de fortalecer a confiança no produto, reduzir controvérsias administrativas e judiciais, além de mitigar o risco de seu enfraquecimento diante de outros instrumentos financeiros não-securitários.

ANUNCIE NA MELHOR

REVISTA DE ECONOMIA
FEITA EM MINAS, AGORA
EM TODO O BRASIL

19,75 MILHÕES

de visualizações no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023 – de acordo com o Google Analytics Search.

Com 30 anos de tradição, a MercadoComum expandiu suas atividades para todo o território nacional, levando informação a um seleto público composto por formadores de opinião e executivos de alto nível das médias e grandes empresas.

Divulgue sua empresa para quem decide os negócios!

A CADA EDIÇÃO MENSAL:

- Estudos aprofundados sobre a economia de Minas Gerais, brasileira e mundial
- Artigos com análise política e de mercados assinados por nomes de peso no cenário nacional
- Reportagens especiais com foco nos mais relevantes setores econômicos
- MC promove, há 28 anos, o Prêmio Top of Mind – Marcas de Sucesso – Minas Gerais
- MC há 29 anos promove o Ranking de Empresas de Minas Gerais e realizará em 2023 o 25º Prêmio Minas – Desempenho Empresarial – Melhores e Maiores – Minas Gerais.
- As edições mensais são encaminhadas, em PDF e por e-mail, a um público de 120 mil formadores de opinião em todo o país.

MercadoComum®
HÁ 30 ANOS FORMANDO OPINIÕES!

Publicação de MinasPart Comunicação, Ltda.
Rua Padre Odorico, 128 – 10º andar - CEP 30.330-040 – Belo Horizonte – MG
Site: www.mercadocomum.com - E-mail: revistamc@uol.com.br - Fone: 31 3281-6474